



Carolina Valente de Oliveira

**Batalhas Epistêmicas em ambiente polarizado
de uma plataforma digital**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria do Carmo Leite de Oliveira

Rio de Janeiro

Abril de 2021



Carolina Valente de Oliveira

**Batalhas Epistêmicas em ambiente polarizado
de uma plataforma digital.**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Maria do Carmo Leite de Oliveira
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Liliana Cabral Bastos
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Inés Kayon de Miller
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Amitza Torres Vieira
UFJF

Prof. Paulo Cortes Gago
UFRJ

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2021.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Carolina Valente de Oliveira

Graduou-se em Letras Português-Inglês (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2011. Tornou-se Mestra em Estudos de Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde foi bolsista CAPES, em 2016.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Carolina Valente de

Batalhas epistêmicas em ambiente polarizado de uma plataforma digital / Carolina Valente de Oliveira; orientadora: Maria do Carmo Leite de Oliveira. – 2021.

126 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2021.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Polarização. 3. Desequilíbrio epistêmico. 4. Sequencialidade. 5. Tipos de conhecimento. 6. Ambiente virtual. I. Oliveira, Maria do Carmo Leite de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD:400

*A minha mãe e avó que sempre foram fonte de inspiração e amor.
Ao meu marido, meu alicerce.*

Agradecimentos

À minha eterna orientadora e amiga, Maria do Carmo Leite de Oliveira, que é um exemplo de ser humano e profissional. Seu estímulo e confiança que, através de sua competência, simplicidade e generosidade fazem com que eu obtivesse um grande crescimento como profissional e cidadã.

Aos amigos e companheiros do grupo de pesquisa DIPP: Amanda Dinucci, Rony Ron-Rén, Carla Mirelle, Amanda Costa e Carlos. Sem a ajuda de vocês essa jornada seria ainda mais difícil. Obrigada por todas as contribuições intelectuais, alívios cômicos e colo que foram (e são!) de importância sem igual.

A todos os professores que compõem o quadro docente do programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem da PUC-Rio, especialmente à Maria das Graças Dias Pereira, Liliana Cabral, Inés Miller, Erica Rodrigues e Liana Biar.

À Comissão Examinadora que com todo carinho e cordialidade aceitou participar da minha defesa de doutorado.

À minha mãe e avó, Julimar e Adelina (*in memoriam*), que sempre estiveram ao meu lado. Não há agradecimentos suficientes por tudo que fizeram por mim.

Ao meu marido, Leonardo, que sempre foi porto seguro nessa longa e árdua jornada. Obrigada pela paciência!

Aos funcionários da secretaria de Letras, especialmente a funcionária Chiquinha, por sua competência e por serem exemplos de atenção, educação e gentileza.

Ao Jornal/Canal A Nova Democracia que prontamente respondeu à todas as minhas solicitações e dúvidas.

A todos os amigos e familiares que, ao longo desse trabalho, me cercaram de carinho.

À CAPES e à PUC-Rio, pelas bolsas concedidas. Sem tal incentivo, minha jornada no PPGEL teria sido bem mais árdua.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Oliveira, Carolina Valente; Oliveira, Maria do Carmo Leite. **Batalhas epistêmicas em ambiente polarizado num canal de uma rede social**. Rio de Janeiro, 2021. 126 p. Tese de doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Atualmente, diferenças de visões de mundo, especialmente as de natureza ideológica e política, vêm promovendo um clima de polarização, seja no ambiente off-line ou online. Uma das munições utilizadas na guerra do nós contra eles é o conhecimento. Discussões acaloradas são sustentadas por uma disputa de quem tem razão, quem está certo ao defender determinada posição. À luz de uma abordagem que integra a teoria do conhecimento aos estudos sobre postura epistêmica, na perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica, este trabalho tem por objetivo examinar como são construídas as batalhas epistêmicas na seção de comentários de um jornal digital, hospedado no YouTube, que posta vídeos de operações policiais avaliadas como abusivas. Os resultados demonstram que os participantes buscam derrotar o oponente invocando um desequilíbrio epistêmico entre as partes. Para tanto, mobilizam diferentes recursos linguísticos para reivindicar uma postura epistêmica de mais conhecimento e deslegitimam posições que não são sustentadas por conhecimentos fundamentados e confiáveis. Os resultados revelam também que, em termos de efeitos argumentativos, as batalhas epistêmicas são um jogo sem vencedores. Elas não contribuem para modificar crenças enganosas, informações falsas e preconceitos. Elas servem apenas para reforçar a construção de identidades totalizantes, dificultando qualquer possibilidade de entendimento mútuo, ainda que não haja acordo.

Palavras-chave:

Polarização; desequilíbrio epistêmico; sequencialidade; tipos de conhecimento; ambiente virtual; operação policial.

ABSTRACT

Oliveira, Carolina Valente; Oliveira, Maria do Carmo Leite (Advisor). **Epistemic Battles in a polarized environment of a digital platform**. Rio de Janeiro, 2021. 126 p. Tese de doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Currently, differences in worldviews, especially those of ideological and political nature, are promoting a climate of polarization, whether in the offline or online environment. One of the ammunitions used in the we versus they war is knowledge. Heated discussions are supported by a dispute of right or wrong, that is, who is right in defending a determined position. In the light of an approach that integrates the theory of knowledge to the studies on epistemic stance, from the perspective of the Conversation Analysis, this paper aims to examine how epistemic changes are constructed in the comments section of a digital newspaper, hosted on YouTube, which posts videos of police operations evaluated as abusive. The results demonstrate that the participants seek to defeat the opponent by invoking an epistemic imbalance between the parties. To this end, they mobilize different linguistic resources to claim an epistemic stance of more knowledge and delegitimize positions that are not supported by reliable and well-founded knowledge. The results also reveal that, in terms of argumentative effects, epistemic battles are a game with no winners. They do not contribute to modifying misleading beliefs, false information, and prejudices. They only serve to reinforce the construction of totalizing identities, hindering any possibility of mutual understanding, even if there is no agreement.

Keywords

Polarization; epistemic imbalance; sequentiality; types of knowledge; virtual environment; police operation.

Sumário

1	Introdução	14
1.1	A questão da pesquisa	14
1.2	Relevância da Pesquisa	17
2	Revisão sobre polarização e (im)polidez	19
2.1	Polarização	19
2.2	A (Im)polidez	24
3	Abordagem da análise da conversa para a fala-em-interação	32
3.1	O Dispositivo de Categoria de Pertença	35
4	Posturas interacionais e tipos de conhecimento	41
4.1	Posturas interacionais	41
4.1.1	Postura deôntica	41
4.1.2	Postura afetiva	44
4.1.3	Postura epistêmica	46
4.2	Tipos do conhecimento na filosofia	53
4.2.1	Tipos de conhecimento	53
4.2.2	Características relevantes do conhecimento científico e de senso comum	56
5	Metodologia de pesquisa	58
5.1	As escolhas do pesquisador	58
5.2	O levantamento de dados	63

6	As batalhas epistêmicas	69
6.1	O caso “Jovem é assassinado por PMs da UPP na favela do Jacarezinho”.....	69
6.2	O caso “RJ: PM promove violento despejo contra famílias que ocupavam prédio de Eike Batista”	79
6.2.1	Sequência 1 - trocas entre Fábio e Márcio.....	80
6.2.2	Sequência 2: A postagem de Alexandre.....	84
6.3	O caso “Flagrante: PM ataca em bares da Lapa após protesto 'Fora Temer”.....	88
7	Batalhas epistêmicas: Bandeira Branca.....	100
7.1	O caso “Flagrante do momento em que jovem é baleado por PMs no morro do Borel”.....	100
7.2	O caso “RJ: Flagrante de policiais aterrorizando manifestantes e censurando a imprensa democrática”	105
8	Considerações finais.....	113
9	Referências bibliográficas	116

Lista de abreviaturas e siglas

AC	Análise da Conversa
ACP	Análise da Categoria de Pertença
AND	A Nova Democracia
AAF	Ameaça à face
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CP	Categoria de Pertença
DCP	Dispositivo de Categoria de Pertença
DIPP	Grupo Discurso, Interação e Práticas Profissionais
K	Knowledge/Conhecimento
MIR	Membership Inference-rich Representative
PA	Par adjacente
PPP	Primeira parte do par
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SPP	Segunda parte do par
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

Lista de quadros e figuras

Figura 1 – Partidos Políticos.....	20
Figura 2 – Internet vs Realidade.....	30
Figura 3 – Interface gráfica do usuário.....	59
Figura 4 – Canal a Nova Democracia no <i>YouTube</i>	64
Figura 5 – Interface do Canal a Nova Democracia.....	65
Figura 6 – Interface do Canal a Nova Democracia (continuação).....	66
Quadro 1 – Modelo de Bousfield (2008).....	29
Quadro 2 – Adaptado de Biber e Finegan (1989)	45
Quadro 3 – Expressão de certeza Biber e Finegan (1989).....	52
Quadro 4 – Expressão de dúvida Biber e Finegan (1989).....	52
Quadro 5 – Tipos de conhecimento.....	55
Quadro 6 – Participantes.....	67
Quadro 7 – Dispositivos utilizados para exibir postura deôntica, afetiva e epistêmica.....	114

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

Madre Teresa de Calcutá

1 Introdução

“As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha” (Bauman, 2016)¹

1.1.

A questão de pesquisa

A polarização é um fenômeno histórico e mundial, mas que, nos dias atuais, vem assumindo contornos de maior expressão. Com o avanço das tecnologias e com o papel que as redes sociais vieram a ocupar como espaço público de discussão e ativismo, favoreceu-se uma mobilização virtual que influencia, alimenta, molda e monitora o modo como as pessoas veem e constroem a realidade.

Na história recente do Brasil, um contexto que promoveu discussões polarizadas foi o da política, durante as eleições para Presidente em 2014 e 2018. Somem-se a isso fatos como a divulgação de grandes escândalos envolvendo corrupção de políticos dos principais partidos, o processo de impeachment da Presidenta Dilma e temas que alimentaram posições extremas sobre comportamento, que reforçaram o embate de opiniões e a divisão entre o que se generalizou como uma postura de direita x esquerda, conservadora x liberal, dentre outras divisões.

Nesse cenário, passou-se a questionar o status do povo brasileiro como um povo não politizado, apático e que evita conflitos, pois a “tensão que normalmente pertencia às torcidas de futebol em jogos clássicos acalorados, passou para a política” (Brugnago e Chaia, 2015). Se, no esporte, a divisão entre torcedores envolve apenas paixão, em outros campos, são diferenças de crenças, de valores e de ideologias que alimentam discursos do ódio, a prática da violência

¹Entrevista de Zygmunt Bauman à Revista El País em 2016. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

verbal e não verbal.

Um dos palcos em que mais se vem cultivando a violência verbal é o da internet. Pesquisa realizada em 2016, pelo projeto *Comunica que muda*², mostrou que o Brasil tem uma tendência a cultivar o ódio nas redes sociais. No projeto, foram analisadas 393.284 publicações do *Twitter, Facebook e Instagram* que faziam menções aos temas racismo, política e homofobia.

Do total de postagens, 84% eram negativas, isto é, expressavam intolerância. No Brasil, há inclusive grupos conhecidos de propagação de ódio na internet³ que conseguem ganhar dinheiro com práticas misóginas, racistas, feminicidas, homofóbicas, dentre outras.

Como defende Zizek (2008), a internet propiciou uma superproximidade entre os indivíduos. Mundos internos, protegidos no ambiente off-line, passaram a ser compartilhados no mundo online, desintegrando a parede simbólica de proteção da civilização. No que diz respeito aos ambientes polarizados em redes sociais, o compartilhamento de mundos ideológicos e políticos diferentes tem servido como instrumento da “política do amigo e do inimigo” (Stanley, 2020) que, como mostram Oliveira, Valente e Ron-Rén (2020), vem promovendo a guerra do Nós X Eles.

Por oferecer possibilidade de anonimato, o ambiente virtual favorece a polarização, a divisão entre o “grupo do eu” (os que pensam igual) e “o grupo do outro” (os que pensam diferente). Escondido atrás de um computador, o indivíduo pode se permitir certos tipos de animosidade que, no mundo *offline*, isto é, nos encontros face a face, parecem estar mais restritos a situações de conflito aberto, geralmente depois de um crescente escalonamento. No entanto, é equivocado pensar que o problema está na tecnologia. Como já defendia Hutchby (2001), o problema é o modo como o ser humano usa as possibilidades tecnológicas. Logo, se queremos estudar a polarização como uma prática comunicativa, precisamos

²https://www.comunicaquemuda.com.br/wpcontent/themes/comunica/dist/dossie/dossie_intolerancia.pdf Acessado em 08 de setembro de 2019.

³<https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2018/06/como-funciona-o-maior-grupo-de-propagacao-de-odio-na-internet-brasileira-que-lucra-com-misoginia-racismo-e-homofobia.html> Acessado em 08 de setembro de 2019.

descrever o que é uma fala polarizada.

A polarização tem recebido descrições simplistas e vagas. Em termos de linguagem, ela é definida como o discurso do ódio e caracterizada por marcas, como uso de linguagem ofensiva, grosseira, por falta de civilidade. Outras vezes ela é apresentada em termos das funções da linguagem ofensiva, como a do ataque pessoal, através da calúnia, injúria ou difamação. Uma questão que tem sido destacada na mídia impressa é que a polarização inviabiliza o debate, na medida em que não há troca de argumentos, mas sim ataques pessoais.

Dado o nosso interesse em ver a polarização como fenômeno comunicativo, buscamos selecionar um contexto polarizado para análise. Assim, o contexto escolhido foi a sessão de comentários de usuários de um canal do *YouTube*, intitulado “Jornal A Nova Democracia” (doravante AND)⁴. Trata-se de um jornal virtual que compartilha vídeos de operações policiais em comunidades. Cada vídeo postado recebe uma manchete e é acompanhado de uma matéria cujo design é marcado por um viés ideológico.

Por adotarmos uma abordagem *data driven*, o que chamou nossa atenção, nas análises iniciais dos comentários postados nesse contexto, foi um tipo de ataque pessoal não identificado na literatura: o uso do conhecimento como munição para combater aquele que se apresenta como um oponente ideológico.

Partindo dessas primeiras observações, levantamos as seguintes perguntas de pesquisa:

- (i) Qual o papel da postura epistêmica em contextos polarizados?
- (ii) Que tipos de conhecimento estão em jogo em interações conflituosas?
- (iii) Que outras posturas interacionais contribuem para a construção do discurso do ódio?

É à luz da Análise da Conversa que pretendemos contribuir para o entendimento da noção de ataque pessoal a partir de uma análise da postura

⁴Jornal A Nova Democracia - <https://www.youtube.com/channel/UC7G7saR0vFSMh-SdEyF3Utg> Acessado em 08 de setembro de 2019

epistêmica.

Os nossos objetivos específicos são:

- (i) Identificar os recursos epistêmicos mobilizados pelos participantes em sequências desafiliativas;
- (ii) Identificar os tipos de conhecimento que alimentam as batalhas epistêmicas;
- (iii) Examinar o papel das posturas deôntica e afetiva na progressão do conflito.

1.2. Relevância da pesquisa

A polarização vem marcando a vida social na contemporaneidade. A intolerância, vem afetando as relações sejam no nível privado, sejam no nível público. A diversidade de pensamento vem inviabilizando o diálogo e o entendimento. O que acontece no mundo *offline* vem sendo levado para o mundo *online*. Se uma certa displicência com as regras de civilidade já vem sendo apontada nos encontros face a face, isso fica ainda mais saliente no mundo virtual, dada a natureza pública do contexto e da heterogeneidade do público que ali interage. Logo investigar o comportamento das pessoas na *web* tem, como afirmam Tagg et al. (2017), uma grande dimensão social e importância política para a sociedade atual.

Outra questão que justifica a relevância da pesquisa é o fato de não haver na literatura estudos mais amplos sobre a polarização como prática comunicativa. O estudo de Tagg et al. (2017), por exemplo, explora a questão da ofensa no mundo *online*, mas não contempla outros dispositivos, como o papel da dimensão epistêmica em interações virtuais conflituosas. Outra lacuna diz respeito ao modo como são construídas as inferências em falas polarizadas de orientação política. Trata-se de um aspecto fundamental para um melhor entendimento dos sistemas de conhecimento subjacentes à inferência social, contribuindo, assim, para o estudo das categorias de identidade como recursos interpretativos.

Outro aspecto teórico relevante é apontado por Hoffman (2010a, p. 12). A Linguística está somente no início de sua exploração de todas as possibilidades de estudo da dimensão sociolinguística da internet. Assim, diante do crescimento das redes sociais como meio de comunicação, locus de debate, da prática de contra vigilância, do jornalismo cidadão, dentre outros, estudos que visem a olhar as particularidades da interação no ambiente virtual são bem-vindos.

No que concerne à relevância aplicada do nosso trabalho, destacamos dois aspectos. O primeiro diz respeito à responsabilidade dos agentes de redes, canais, espaços de internet usados sem moderação, o que favorece a construção de uma sociedade mais intolerante, menos aberta ao diálogo e mais orientada para bate-bocas do que para debates, isto é, discussões apoiadas em argumentos e não em ataques pessoais.

Do mesmo modo, a análise dos comentários envolvendo a prática policial pode contribuir para os cursos de formação de policiais, uma vez que, segundo Howard et al. (2005), estima-se que a maior parte do treinamento da polícia é dedicada a aspectos físicos embora 98% da prática da aplicação da lei gire em torno de interagir e se comunicar. Some-se a isso a importância de conhecer e discutir como a sociedade vê a corporação, o uso da força, enfim o que entendem como adequado ou não, justo ou não, num dado contexto. Os comentários analisados podem levar os policiais a refletirem sobre suas práticas e a aperfeiçoarem seus desempenhos.

2 Revisão sobre polarização e (im)polidez

O ataque pessoal tem sido estudado especialmente a partir das teorias de (im)polidez (Arendholz, 2013; Balocco; Shepherd, 2017; Garcés-Conejos Blitvich, 2010; Hardaker, 2010; Xie, 2018) uma vez que uma marca linguística dos ataques é a linguagem ofensiva.

Neste capítulo, apresentamos um breve resumo dos modelos de polidez que inspiraram o primeiro modelo de impolidez (Culpeper, 1996) e nos novos modelos de impolidez. Na seção 2.1 apresentaremos uma revisão da literatura acerca dos temas polarização. Já na seção 2.2 apresentamos uma revisão sobre (im)polidez.

2.1.

Polarização

Apesar de a polarização ser uma questão que convoca pesquisadores de diferentes áreas a pensar, as definições apresentadas não são consideradas suficientes. Essa é a visão de DiMaggio et al. (1996), que, em busca de preencher essa lacuna, propõe tratar a polarização tanto como um estado quanto como um processo. Como estado, ela se refere à natureza antagônica de opiniões sobre uma questão em relação a um máximo teórico; como processo, à maior intensidade dessa oposição ao longo do tempo.

Se tomarmos o viés político da polarização, fica evidente hoje no Brasil o estado da polarização expresso no embate de opiniões entre dois polos, e o processo crescente desse tipo de polarização. A polarização política pode ser entendida como uma polarização que requer divergências em relação a uma gama de questões que advêm da identificação do indivíduo com determinado partido político e/ou ideologia (Abramowitz, Saunders, 2008).

Figura 1 – Partidos Políticos



Fonte: <http://www.taquiprati.com.br/images/charge.jpg>

Uma outra questão importante para se entender a polarização é a distinção entre as chamadas polarização de elite e polarização popular. A primeira se refere àqueles que se organizam em partidos; a segunda, à massa popular, ou seja, ao eleitorado, o público em geral. O ponto em comum entre os dois tipos é a de adesão partidária ocorrer em ambas separadamente ou concomitantemente (Fiorina, Abrams, 2008).

A polarização de elite envolve a polarização partidária do governo e no partido, como organização (Baldassarri, Gelman, 2008) e acontece quando os membros atuantes de um partido têm as mesmas posições político-ideológicas, o que os contrapõe aos membros de outros partidos e sua posição política divergente. Seguem, assim, os preceitos de um sistema de governo democrático em que os partidos políticos polarizados são ideologicamente distintos (Mann, Ornstein, 2012)

Já a chamada polarização popular acontece quando o comportamento do eleitorado, em relação a questões políticas (e outras indivíduos), são divididas em linhas partidárias. Os membros do eleitorado e do grande público tornam-se, geralmente, menos moderados nos casos de polarização popular (Carmines, Ensley, Wagner, 2012).

Outros estudos da polarização popular buscam tendências nas opiniões dos entrevistados sobre uma questão específica, seu histórico de votação e sua ideologia política, a partir de uma régua ideológica que compreende: extrema-

esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema-direita. A partir daí eles tentam relacionar essas tendências ao partido dos entrevistados e a outros fatores potencialmente polarizantes (como localização geográfica ou faixa de renda). Desse modo, apontam como causas da polarização política (i) os partidos políticos, (ii) as ideologias políticas, (iii) os meios de comunicação, dentre outros (DiMaggio et al., 1996; Hetherington, 2009).

Em função da distinção dos tipos de polarização apresentados, alguns autores consideram a polarização política um processo de cima para baixo, isto é, um processo hierárquico: a polarização de elite leva a – ou pelo menos precede - a polarização popular (Carmines, Ensley, Wagner, 2012; Fiorina, Abrams, 2008; Hetherington, 2009).

O certo é que independentemente do tipo, a polarização é uma prática frequente, seja no mundo *offline* seja no *online*. Tem sido assumido que o ambiente virtual pode encorajar mais os usuários a polarizar. Primeiro porque, com seus múltiplos ambientes, a internet possibilita o encontro de duas ou milhares de pessoas em tópicos de discussão. Segundo Rheingold (2000, p. 53), “diferentes pessoas no ciberespaço olham suas comunidades virtuais através de diferentes formas de fechadura. Nas comunidades tradicionais, as pessoas têm um senso de lugar fortemente compartilhado – o quarto, a aldeia ou a cidade em que as interações ocorrem. Dentro das comunidades virtuais, o sentido de lugar requer um ato de imaginação individual”. Em muitas delas inclusive, encontramos pessoas que possuem diferentes ideias, vivências, ideologias etc. Diferentemente do que ocorre em comunidades tradicionais, onde tendemos a nos relacionar com pessoas que compartilham as mesmas ideias, há, no ciberespaço, o constante choque entre pessoas que entendem e veem o mundo de maneira diferente, compartilhando apenas o mesmo lugar misto de exposição de ideias.

No entanto, como demonstra o estudo de Hutchby (2001), a tecnologia não determina o comportamento dos usuários. Não se pode negar que o anonimato e a distância física propiciada pela internet podem encorajar o comportamento polarizado. Mas, como defende Hutchby, o que precisamos é considerar o modo como as pessoas usam as *affordances* (possibilidades) da tecnologia. Esse conceito foi introduzido por Gibson (1979), no campo da

psicologia, para se referir às possibilidades que qualquer objeto oferece para a ação. O modo como os usuários exploram as possibilidades de uma ferramenta de um espaço virtual está associado também às práticas sociais e às normas que são desenvolvidas em comunidades locais.

Um estudo que explora a força do contexto tecnológico para a proliferação de discussões polarizadas envolvendo ideologia política é o de Brugnago e Chaia (2015). Para os autores, a bandeira da liberdade de expressão e o espaço para discussão de temas polêmicos favorece não só o desenvolvimento de grupos ideológicos, mas também à prática diária da polarização. Seu argumento é que as ideias que as pessoas têm sobre o ambiente virtual em que estão se comunicando formam a base na qual elas desenvolvem as ideias sobre a linguagem apropriada, o tipo de comunicação apropriado, as normas de comportamento e as possibilidades (*affordances*) que emergem de um processo de interação. O usuário é quem determina o que ele vai fazer com a tecnologia. Na mesma linha, Meredith (2017), ao estudar as interações em mensagens instantâneas via chat do *Facebook* fornece uma lente através da qual analisa-se não apenas a interação, mas também o contexto tecnológico dessa interação.

Já o estudo de Tagg e Brown (2017) sobre a ofensa no *Facebook*, reconhece fatores situacionais mais amplos, afirmando que o que molda as práticas comunicativas nas redes sociais são: (i) as percepções sobre a ferramenta tecnológica, isto é, seu funcionamento e objetivo; (ii) o tipo de usuário com quem estão se comunicando; (iii) as normas que regulam a interação naquele espaço; (iv) as ideias que os participantes têm do contexto no qual estão interagindo e (v) e as próprias ideologias do usuário ideologias.

No entanto, os resultados encontrados por esses autores contradizem os encontrados por Meredith (2017). De acordo com a autora, o *Facebook* não se mostrou um bom fórum para interações conflituosas. Seus usuários tendem a se interessar menos por argumentos ou conflitos, do tipo descrito em outros espaços como *Twitter* e *YouTube*. Duas explicações são apresentadas como plausíveis: (i) o uso da rede como um boletim de notícias e (ii) a natureza egocentrada desse tipo de rede, o que promove o desejo de uma coexistência pacífica através de uma maior tolerância a visões opostas. A diferença de resultados sugere que o

problema é que não é a rede que promove conflitos interacionais, mas o modo como uma comunidade usa essa rede.

Outra plataforma que tem balizado a discussão sobre espaço virtual e polarização é o *YouTube* já que a plataforma de compartilhamento de vídeos vem tendo uma expansão acelerada como espaço midiático, especialmente no que se à esfera política. Segundo alguns autores, o público eleitoral, menos ou mais engajado, vem recebendo cada vez mais uma quantidade maior de informações, e países que possuem uma quantidade de mídia menos diversificada são menos afeitos à polarização; já países com uma grande quantidade diversificada de informação veiculada pela mídia tornaram-se mais polarizados (Hetherington, 2009; Mann, Ornstein, 2012). A relação entre consumo de notícias e polarização foi, porém, questionada por Nivola e Brady (2006), ao lembrar que a separação ideológica do consumo de notícias *online* é menor do que o consumo de notícias *offline* e interações face-a-face.

A verdade é que não só canais, como *YouTube*, mas também ferramentas de busca, como o *Google*, criam, por meio do uso algoritmos computacionais, bolhas de filtro e personalizam o conteúdo virtual preferido do usuário com base em um histórico e em padrões de pesquisa anteriores, criando um acesso mais focado, isto é, mais polarizado à informação (Pariser, 2011). Logo o que está ainda em discussão é o que contribui para a efetiva polarização política?

Para alguns cientistas políticos, uma das principais causas da polarização são os partidos políticos. As posições ideologicamente distantes causam a polarização tanto daqueles que são membros atuantes, quanto daqueles que fazem parte somente do eleitorado (Abramowitz, Saunders, 1998; Mann, Ornstein, 2012).

Eles também argumentam que a polarização reflete a ideologia do eleitorado, seu posicionamento em relação à religião, a questões éticas e culturais, à situação econômica e às preferências de voto (Murakami, Michael, 2007). Assim, podemos concluir que a polarização política é um fenômeno natural e regular (Dixit, Weibull, 2007) que encontra, no espaço virtual, uma ramificação potente do que ocorre no ambiente *offline*.

Outra questão importante levantada na literatura sobre polarização

política diz respeito às suas consequências. Uma delas é o aumento da animosidade entre partidos e a baixa a cooperação entre eles (Sinclair, 2008), o que acirra a animosidade entre os participantes do eleitorado que estão cada vez mais polarizados devido à polarização da elite.

No caso do Brasil, segundo Brugnago e Chaia (2015, p. 101), a polarização política é:

(...) histórica e tem ditado a forma de fazer política ao longo dos tempos em praticamente todos os regimes democráticos. A luta pelo poder democrático traz à tona os projetos de poder e interesses individuais das pessoas, que se envolvem em um jogo de pensamentos em massa, deixando-se influenciar pelo grupo de ideias que estejam do lado que representa a sua declaração de interesse político. Esse posicionamento político deriva da construção de ideologias alimentadas por dispositivos subjetivadores ou dessubjetivadores, que viabilizam o desenvolvimento destes novos sujeitos ideológicos.

Ainda de acordo com os autores, as manifestações de junho de 2013 aumentaram a dicotomia na participação política brasileira, promovendo um novo capítulo em sua história. A partir dessas manifestações, começou a ficar mais evidente a identificação das pessoas com certo tipo de partido, assim como as diferenças ideológicas que dividem o eleitorado. Esse movimento tomou maiores proporções e acabou polarizando o eleitorado em dois caminhos de militância opostos, resistentes e persistente até hoje.

O radicalismo partidário tomou, então, conta dos membros dos partidos e do eleitorado que se identificava com um ou com outro partido, o que promoveu a intolerância e, muitas vezes, o ódio. A “tensão que normalmente pertencia às torcidas de futebol, em jogos clássicos acalorados, passou para a política” (Brugnago, Chaia, 2015, p. 102). A população passou a discutir política em qualquer ambiente e em qualquer comunidade física ou virtual.

2.2.

A (Im)Polidez

Há algum tempo a questão da polidez é um ponto de interesse de estudiosos do comportamento linguístico e social que buscam compreender os mecanismos de como ela se constrói. Como resume Oliveira (2008), os estudos de polidez foram em sua maioria construídos a partir do conhecimento de senso

comum, isto é, do modo como reconhecemos um comportamento como polido ou impolido (Lakoff, 1973; Brown, Levinson, 1978, 1987; Leech, 1983). Um pedido de desculpas, um bom dia ou um gesto com a mão de um motorista ao sair de uma garagem para que um pedestre tenha prioridade de passagem são vistos como polidos. Do mesmo modo, a falta dessas ações seria avaliada como um comportamento impolido, assim com um xingamento, um comportamento rude. Nesse sentido, os modelos de polidez tiveram como base definições de boas maneiras, educação, civilidade etc., comportamentos considerados apropriados àqueles que vivem em sociedade e seguem uma certa ordem moral compartilhada.

Ainda segundo Oliveira (2008), uma outra direção foi dada ao estudo da polidez, em Watts (1998). Para afastar-se desse tratamento dado à polidez, o autor introduziu o conceito de comportamento político. Mas foi Eelen (2001) que, numa crítica a nove modelos de polidez, questionou não só a base de senso comum no tratamento da polidez, assim como os limites desses estudos para abranger a impolidez. Outros autores, como Kasper (1990), Culpeper (1996, 2008), Kienpointner (1997) e Bousfield e Locher (2008) já apontavam a lacuna da impolidez nos modelos clássicos e buscavam preencher esse vazio.

O primeiro modelo de impolidez foi proposto por Culpeper (1996), espelhado no modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987). Segundo o autor, existem duas condições para a ocorrência da ofensa verbal – (i) a linguagem usada deve estar em desacordo com as expectativas do interlocutor e (ii) a linguagem deve produzir um efeito perlocucionário de ofensa.

Em seu modelo, para cada uma das estratégias de polidez de Brown e Levinson havia uma estratégia de impolidez correspondente, num trabalho de ataque à face do outro:

1. Impolidez direta (*Bald on Record*): um ato de ameaça à face (AAF) é produzido de forma direta e clara; a preocupação com a face não é relevante;
2. Impolidez positiva: utiliza estratégias que objetivam atacar a face positiva reivindicada pelo endereçado;
3. Impolidez negativa: utiliza estratégias que prejudicam a face negativa reivindicada pelo endereçado;

4. Sarcasmo (ou falsa impolidez): produção de um AAF por meio de estratégias de polidez que são falsas.
5. Não produz polidez: deixar de ser polido em situações em que se espera polidez. Ex.: não dizer obrigado (a).

Partindo dessas estratégias, Culpeper (1996) apresenta algumas listas de estratégias para se produzir impolidez positiva e negativa. Como estratégias de produção de impolidez positiva ele propõe: ser antipático, fazer o outro se sentir desconfortável, ignorar o outro, usar uma linguagem etc. Já as estratégias de produção de impolidez negativa são: ridicularizar o outro, invadir o espaço do outro, associar o outro com um aspecto negativo etc.

Numa revisão crítica desse modelo, foi proposta em Culpeper et al. (2003), a inclusão de estratégias lexicais e gramaticais e da prosódia na análise da impolidez. Em outra revisão, Culpeper (2005) estabelece que a impolidez ocorre quando: (1) o falante comunica ataque à face intencionalmente, ou (2) o ouvinte percebe o ataque a sua face como sendo intencional, ou uma combinação de (1) e (2). Tais alterações apontam para o entendimento da (im)polidez como um produto de construção e negociação dos participantes na interação.

Nessa orientação, Culpeper (2010) chama a atenção para o papel central da impolidez em alguns contextos por ele estudados, como: treinamento do exército, interações entre donos de carros e guardas de trânsito, contextos estes estudados por ele. Nesse mesmo trabalho, ele define impolidez como:

(...) uma atitude negativa face a comportamentos específicos que ocorrem em contextos específicos. Ela é sustentada por expectativas, desejos ou crenças sobre a organização social, incluindo, em particular, como as identidades de uma pessoa ou de um grupo são mediadas pelos outros na interação. Os comportamentos situados são vistos negativamente quando eles entram em conflitos com o que era esperado que eles (os comportamentos) fossem ou deveriam ser. Esses comportamentos sempre têm ou são presumidos como tendo consequências emocionais, para pelo menos um dos participantes, ou seja, eles causam ou se presume causar ofensa. Vários fatores podem exacerbar como as ofensas são vistas como um comportamento impolido, incluindo, por exemplo, se um desentendimento pode ser tido como um comportamento fortemente intencional ou não (Culpeper, 2010, p. 3233 – tradução nossa)

Em Culpeper (2011), o autor se concentra em outros aspectos da

linguagem usada para ofender e ressalta a relevância das manifestações e julgamentos de comportamentos emocionais nas projeções e atribuições de impolidez. Assim, ele enumera três tipos de impolidez: (i) a impolidez afetiva; (ii) a impolidez coerciva e (iii) a impolidez de entretenimento. Vale ressaltar que segundo ele os três tipos de impolidez não se excluem e podem até mesmo acontecer de forma simultânea.

Segundo Culpeper (2011), a impolidez afetiva está ligada a normas prescritivas sobre a adequação de manifestações emocionais em dadas situações. Assim, por exemplo, um indivíduo poderia agredir verbalmente (insulto) alguém que o tenha magoado. Já a impolidez coerciva prevê o beneficiamento de quem a produz, pois “é uma ação tomada com a intenção de causar algum dano a uma outra pessoa ou forçá-la a fazer algo” (Culpeper, 2011, p.226). O autor aponta que este tipo de impolidez ocorre mais facilmente em situações em que há um desequilíbrio na estrutura social de poder, isto é, aqueles que se encontram em cargos mais altos possuem uma certa liberdade para serem impolidos, pois os que são subordinados a ele tendem a não revidar com impolidez e mesmo quando o fazem podem ser ameaçados mais severamente. Por fim, a impolidez de entretenimento é a impolidez usada para entreter de forma que o alvo da impolidez seja explorado. Como exemplos podemos citar programas de TV e *talk shows* que lançam mão da violência verbal como forma de entretenimento e produzir audiência às custas dos indivíduos expostos na situação.

Ainda sob a inspiração de Culpeper, tendo por base o modelo de Brown e Levinson (1987), Blitvich (2010), com base num estudo sobre estratégias de impolidez em comentários de vídeos sobre as prévias e eleições presidenciais de 2008, postados no *YouTube*, identifica estratégias léxico-gramáticas de ataque intencional de um falante/ escritor a um outro, indivíduo/coletivo. Do ponto de vista do ouvinte/leitor, a impolidez é entendida pela autora como uma avaliação de que a sua face individual ou coletiva foi ameaçada por um participante em um turno anterior. Corroborando com o modelo de Brown e Levinson, a autora afirma que o ato impolido pode ser realizado (i) explicitamente ou (ii) implicitamente e envolve a face positiva e negativa do falante. Por outro lado, afirma que a produção e interpretação de um ataque à face individual ou coletiva é sustentada pelas normas que orientam a interação em um dado discurso ou

gênero. Como exemplo, cita, como uma norma que orienta a governança de um debate político público, a civilidade. Em outras palavras: a hostilidade de base ideológica dirigida a um outro será percebida por esse outro como violadora da premissa básica do discurso público, ou seja, como impolida.

A partir desse entendimento, a autora estabelece as seguintes estratégias de impolidez:

Impolidez Positiva: uso de estratégias projetadas pelo falante/interagente/participante para atacar a face positiva do ouvinte/interlocutor/destinatário:

- (i) Ignorar/Esnobar o outro;
- (ii) Excluir o outro da atividade;
- (iii) Se dissociar do outro;
- (iv) Ser desinteressado, despreocupado, insensível;
- (v) Usar de marcadores de identidade inadequados;
- (vi) Usar de linguagem secreta e obscura;
- (vii) Fazer o outro se sentir desconfortável;
- (viii) Usar palavras que são tabu;
- (ix) Xingar os outros.

Impolidez Negativa: uso de estratégias projetadas pelo falante/interagente/participante para atacar a face positiva do ouvinte/interlocutor/destinatário:

- (i) Amedrontar;
- (ii) Condescender, desprezar, ridicularizar;
- (iii) Invadir o espaço do outro;
- (iv) Explicitamente associar o outro com um aspecto negativo;
- (v) Registrar a obrigação do outro;
- (vi) Impedir ou bloquear o outro, física ou linguisticamente.

Impolidez Implícita: ameaça a face é performada por meio de uma implicatura conversacional.

- (i) Sarcasmo: uso de estratégias de polidez que não são sinceras.
- (ii) Reter a cortesia: Manter silêncio ou falhar em agir onde um trabalho de polidez é esperado.

Outro modelo que bebe das mesmas fontes é o de Bousfield (2008). Como os autores que lhe serviram de inspiração, Bousfield estabelece estratégias de impolidez, só se diferenciando por excluir do seu modelo a diferenciação entre polidez positiva e negativa:

Quadro 1 - Modelo de Bousfield (2008)⁵

Estratégias de Impolidez Explícita (“on record impoliteness”)
Desdenhar, desprezar o outro: ataque a face positiva do interlocutor, em seu desejo de ser aprovado
Dissociar-se do outro; negar associação ou terreno em comum com o outro; evitar aproximar-se (Culpeper 1996:357)
Demonstrar falta de interesse, de consideração, de empatia (adaptado de Culpeper 1996:357)
Usar marcadores de identidade não apropriados (Culpeper 1996:357); por exemplo, usar título e sobrenome quando tratar-se de uma relação de proximidade, ou um apelido, quando tratar-se de uma relação de distância
Buscar o desentendimento / evitar o entendimento (evitar concordar com o ponto de vista do outro) (Culpeper 1996:357)
Usar linguagem tabu: xingar, ou usar linguagem abusiva ou profana (ou termos ofensivos) (Culpeper 1996:358)
Ameaçar/amedrontar: Instigar a crença de que pode ocorrer uma ação prejudicial ao outro (Culpeper 1996:358)
Ser condescendente, desprezar ou ridicularizar - enfatizar o seu poder relativo. Usar diminutivos para referência ao outro; não levar o outro a sério (Culpeper 1996:358)
Associar, explicitamente, o interlocutor a algum aspecto negativo - personalizar, usar os pronomes ‘eu’ e ‘você’ (Culpeper 1996:358)
Estratégias de Impolidez Indireta (“off record impoliteness”)
Sarcasmo/falsa polidez: usar estratégias de polidez insinceras (Culpeper 1996:356, e Culpeper 2005)
Reter a polidez (“withholding politeness”): Manter-se em silêncio ou deixar de agir em situação em que o trabalho de face é esperado (Culpeper 1996:357)

Embora seja inegável a contribuição de Brown e Levinson para os avanços

⁵ Modelo de Bousfield (2008) baseado em Culpeper (1996, 2005) retirado de Balocco e Shepherd (2017)

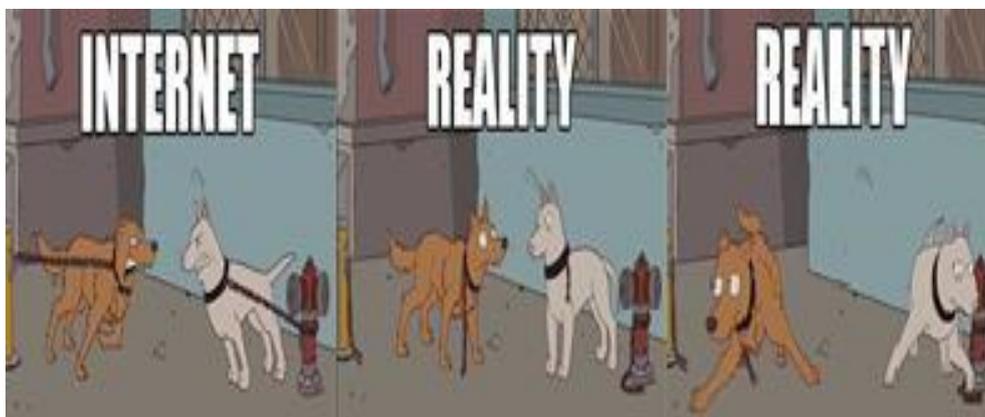
da teoria da polidez, os mesmos aspectos críticos levantados com relação ao seu modelo não podem ser ignorados nos referidos modelos de impolidez aqui apresentados. Talvez por isso, haja também estudos buscando caracterizar o que se entende por linguagem hostil/agressiva/ofensiva.

Amossy (2011), por exemplo, reforça a relativização do peso da mídia digital na promoção do comportamento impolido, lembrando que a impolidez não pode ser dissociada do discurso no âmbito dos debates públicos que frequentemente assumem a característica do discurso polêmico.

A seção de comentários é um caso exemplar. Ali os participantes expressam suas opiniões, tentam convencer o outro polo, mas sem o compromisso de ser verdadeiro, de se basear em fatos e de ter fontes confiáveis. Quando um comentário contraria a expectativa de um dado usuário, ele pode ser ignorado ou, mais frequentemente, ser refutado, de modo agressivo por quem está no outro polo.

Vale lembrar aqui que a distância e o anonimato, já tratados aqui, dá uma certa proteção aos usuários, o que favorece certos tipos de animosidade muitas vezes tolhidos nos encontros face-a-face (Tannen, 1998). Com os limites mais expandidos e muitas vezes sem uma moderação, as emoções ficam mais afloradas e questões morais, sociais e ideológicas ganham proporções radicais e agressivas de expressão.

Figura 2 – Internet vs Realidade



Fonte - <https://giphy.com/gifs/internet-reality-bdxNEv0q8ghmE>

Hostilidade e debate polarizado têm sido associados particularmente a

sites como *YouTube* (e *Twitter*). No que se refere ao *YouTube*, em ambientes potencialmente polarizados, o que parece ser o gatilho de conflito não é o que as pessoas postam, mas o modo agressivo e provocativo dessas postagens, o que torna mais provável o conflito. Para Tagg e Brown (2017), parece que, em geral, os usuários não planejam provocar, mas sim expressar descontentamento colocando um ponto de vista particular. Os autores observam, por exemplo, que, muitas vezes, usuários deixam um comentário e depois se retiram sem resolver o conflito, o que parece apontar para o desinteresse do usuário em se comprometer em debates estendidos ou para uma resistência a ter sua visão modificada.

Já a pesquisa de Amaral (2012), sobre o funcionamento discursivo do *Twitter* durante os jogos da Copa do Mundo no Brasil, apresenta achados que sugerem outros fatores. Para o autor, o fato de a interação ter-se dado em tempo real e o de o contexto situacional ser de grande envolvimento emocional e polarização com relação aos participantes do evento, pode ter contribuído para a ocorrência da linguagem de baixo calão e de agressividade. Nesse sentido, Amaral questiona a defendida intencionalidade da ofensa, afirmando que expressões ideológicas de identidade de grupos podem levar a uma escala não intencional de agressão. Para Balocco (2016), a ocorrência da violência verbal em mídia digital do acontece com resultado do funcionamento discursivo da mídia digital, que como dito anteriormente, permite a aparição de um “eu” que é anônimo, passional, guiado por impulsos irracionais. Aponta também que a falta de recursos como expressões faciais, gestos, tom de voz etc., ocasionaria a busca de outros elementos para compensar essa falta, impactando as normas sociais que regulam as interações virtuais.

Esse capítulo serve para mostrar que o que estamos olhando nessa pesquisa é mais amplo do que uma forma linguística, no entanto as questões levantadas na (im)polidez emergem em outros tipos de fenômeno.

3

Abordagem da análise da conversa para a fala-em-interação

A conversa tem sido objeto de interesse de muitos pesquisadores na área da linguagem (Levinson, 1983; MacLaughlin, 1984; Herring, 1999; Mey, 2001). Mas à medida que mais pesquisadores nas ciências sociais e humanas se voltam para os fenômenos digitais como objetos de interesse, está ficando cada vez mais claro que os métodos tradicionais de pesquisa precisam de um ajuste considerável para a compreensão dos tipos de interação que estão ocorrendo em ambientes *online*.

O uso da Análise da Conversa (AC) como método de análise das práticas interacionais de comunicação *online* foi crescendo nos últimos anos (Giles et. al, 2015). Segundo a autora, esse crescimento promoveu o surgimento de uma AC “digital” que não se concentra apenas no tema da interação online, mas também aborda as normas, dinâmicas e práticas que surgem no ambiente virtual (Giles et al., 2015). Digital ou não, a “AC busca descobrir os procedimentos de raciocínio prático e as competências sociolinguísticas que subjazem à produção da fala em sequências organizadas de interação” (Hutchby, Wooffitt, 1998, p. 14).

Como resumem Paulus et al. (2016), os estudos da interação *online* que usam AC foram categorizados de acordo com seus principais objetivos. O primeiro tipo de estudo tende a (i) comparar a interação face-a-face com a conversa online (Meredith, 2014; Garcia, Jacobs, 1999). A segunda categoria de pesquisa visa (ii) compreender como a conversa online é coerente para os participantes, focando de forma proeminente no turno adjacente interrompido/*disrupted turn adjacency* (Berglund, 2009). O terceiro tipo de pesquisa visa a (iii) entender como os participantes lidam com problemas da conversa; em outras palavras, foca no reparo (Schönfeldt, Golato, 2003; Meredith, Stokoe, 2014). A categoria final de pesquisa foca (iv) na forma como os participantes realizam ações sociais em ambientes assíncronos (Paulus, Lester, 2013; Stommel, Koole, 2010).

Nossa proposta se enquadra no tipo (iv), pois o nosso foco é ação social:

“Frases e enunciados são entendidos como formas de ação situados em contextos específicos e projetados com atenção específica dada a estes contextos. Para os analistas da conversa, o ponto inicial de sua investigação e análise de qualquer enunciado é, dessa forma, a conversa autêntica e sua organização. Além disso, a linguagem varia de acordo com as características sociais dos falantes e contexto social em que se encontram” (Hastrdlová, 2010, p.232 – tradução nossa).

Um dos vários desafios que se apresentam para analisar a comunicação *online* são as várias plataformas através das quais a interação pode ocorrer. Dado o contexto de pesquisa, uma plataforma orientada para a denúncia de práticas policiais consideradas irregulares, os comentários dos usuários tendem a se afiliar ou não à posição do Canal. Logo, a ação social em exame diz respeito às posições sobre a prática policial. Em consonância com a posição de Schegloff, (1991, p. 53) que há questões metodológicas que precisam ser desenvolvidas, buscamos neste estudo ser capazes de demonstrar que o modo como a conversa é conduzida em uma determinada configuração tem consequências “para o formato, a forma, a trajetória, o conteúdo ou o caráter da interação”.

Outro pressuposto que orienta nossa análise é o de que as ações ocorrem em pares, isto é, as elocuições são produzidas sucessivamente com alternância ordenada da tomada de turnos entre os interagentes. Cada turno traz uma ação orientada para a ação produzida anteriormente, influenciando a ação a ser desenvolvida no turno subsequente.

Com base na visão de sequencialidade, Sacks (1992) introduz o conceito de Par Adjacente (PA) que se refere às ações interacionais que vêm em pares. Uma ação em primeiro turno de fala - primeira parte do PA (PPP) – projeta outra ação considerada relevante para os próximos participantes no próximo turno – segunda parte do PA (SPP). Assim, a regra implica que uma ação primeira (primeira parte do par: Ex.: saudação) exige uma ação recíproca (segunda parte do par) na primeira oportunidade possível após a conclusão da primeira (Goodwin e Heritage, 1990).

Para lidar com essa questão, buscamos identificar os recursos que sustentam a interpretação de adjacência, no nosso caso, a avaliação realizada na PPP e a ação de discordância, realizada na SPP. Apesar do nosso foco ser essa sequência, estamos entendendo que a PPP é uma ação responsiva que pode ou

não ser afiliativa, isto é, concordar ou discordar da posição assumida pelo Canal, em forma de legenda, sobre o vídeo projetado. Estamos também considerando como unidade de análise as sequências

de expansão do PA, focadas não mais nas avaliações sobre o vídeo, mas no embate dos participantes de ataques pessoais, decorrentes do conflito instalado na sequência básica.

Apesar da problematização do aspecto da adjacência no ambiente virtual, observa-se a manutenção das características do PA (Schegloff, 2007):

- (i) Ser composto por dois turnos
- (ii) Ser realizado por diferentes interagentes
- (iii) Ser colocado de maneira adjacente, i.e., um após o outro
- (iv) Possuir dois turnos relativamente diferenciados, PPP e SPP

Schegloff (2007) acrescenta ainda que nenhuma dessas características é invariável ou até mesmo rígida, e todas elas demandam elaboração. No que se refere à sequência aqui em exame, a literatura aponta algumas características de cada parte do PA.

Segundo Schegloff (2007), a primeira parte do par é composta por enunciados, tais como: convites, pedidos, ofertas etc., ou seja, são elocuições que dão início a uma troca. As segundas partes de par são tipos de elocução, tais como: resposta, aceitação e rejeição, ou seja, são práticas responsivas em relação à elocução anterior.

Além da organização sequencial, outro princípio a ser considerado o da organização de preferência. As ações não são equivalentes: há linhas de ação preferidas e não-preferidas. O sistema de preferência distingue a organização da parte de um par adjacente de acordo com o status desse tipo de turno conversacional, especialmente o da segunda parte do par. A noção de preferência corresponde ao conceito linguístico de marcado/não marcado aplicado ao formato de um turno.

O estudo de Pomerantz (1984) é referência nas questões relacionadas à preferência em relação à SPP. Em sua pesquisa, a autora examinou PA cuja primeira parte era uma avaliação, e a segunda uma concordância/discordância.

Seu estudo mostrou que, quando a SPP era de concordância com a avaliação, o formato era preferido, isto é, não marcado. Quando a SPP era uma discordância, o formato era não preferido, isto é, marcado por atrasos, prefácios, pausas, falsos começos, reparos, prestação de contas, indiretividade.

Oliveira (1992), ao estudar pedidos em cartas empresariais, mostra que a PPP também pode ser formatada como preferida ou despreferida, dependendo da obrigação ou não de atendimento ao do pedido e à necessidade ou não de negociação do status do interlocutor.

Apesar de existir um padrão quanto à organização de preferência em relação à SPP, Pomerantz já reconhecia que existem algumas exceções, dependendo da PPP. Por exemplo, quando a PPP é uma autodepreciação (*Estou feia*) a discordância que ocorrena SPP é uma ação preferida (*De jeito nenhum*).

De acordo com Duranti (1997, p. 260), “olhar para a estrutura de preferência é uma forma de alcançar o coração daquilo que faz da linguagem um poderoso instrumento da cultura”. Assim, entende-se que as preferências devem ser pensadas como tendências fornecidas no e pelo sistema, e não como propriedades psicológicas. Schegloff (1995, p.58), adiciona que, “na discussão de *preferência* e *despreferência*, é importante manter claramente o foco na característica social/interacional das sequências e nas orientações a elas não como algo psicológico”. Dessa forma, devemos considerar que a noção de preferência não é individual, mas coletivamente definida (Bilmes, 1988 apud Duranti, 1997, p. 260). Em ambientes polarizados, de conflito aberto, a questão da preferência/despreferência pode também não seguir o padrão identificado.

A conversa é mais do que uma simples troca de informações entre indivíduos, pois expectativas, conhecimentos, comportamentos, tradições, etc., são requeridos no processo conversacional (Hastrdlová, 2010). Um aspecto fundamental, portanto, diz respeito à identidade que os participantes tornam relevante na interação e aos posicionamentos que assumem na interação.

Esses são os tópicos que serão tratados a seguir.

3.1.

O Dispositivo de Categoria de Pertença (DCP)

Foi, no início da década de 1960, que Sacks deu início aos seus estudos sobre Análise de Categorias de Pertença (ACP), de forma a ampliar o seu entendimento sobre o uso da linguagem como ação social. O autor buscou entender como os indivíduos participantes de uma interação lançavam mão de categorias sociais específicas como elementos organizadores das atividades em curso (Sacks, 1992; Schegloff, 2006).

Após seu falecimento em 1975, Schegloff e Jefferson publicaram em 1992 suas palestras (*Lectures*) nas quais Sacks desenvolve o conceito de coleções e categorias. De acordo com suas proposições, os indivíduos, membros ativos da sociedade, se arranjam em diversas coleções e, por sua vez, as coleções englobariam diversas categorias. Um exemplo dessas proposições seria a coleção “R” e “K”. A primeira possui relevância pragmática e abrange pares relacionais padronizados (Standardized Relational Pairs). Já a coleção “K” é a que abrange categorias que englobam expertise.

Pares relacionais padronizados (*Standardized Relational Pairs*) são os pares formados de direitos e obrigações entre os constituintes do par relacional. Para melhor exemplificar, atentemos para os pares: mãe e bebê, esposa e esposo, chefe e empregado. Essas duplas de palavras são constituídas por membros que possuem direitos e deveres recíprocos. Para exemplificar a reciprocidade e a relevância pragmática manifestada pela coleção “R” é só retirarmos a segunda parte do par relacional, ou seja, retirar “bebê” do par relacional mãe e bebê, para notarmos que temos uma mãe sem seu bebê ou que o bebê não é filho de qualquer mãe, mas sim da mãe citada. A coleção “K” (*knowledge*), que compreendida como a coleção relacionada à profissão, compreende as categorias que estão relacionadas a conhecimento (*knowledge*). Incluem-se aí as categorias de professores, advogados, policiais, e outros profissionais.

No convívio social, os indivíduos lançam mão dessas categorias pertencentes às várias coleções existentes e classificam uns aos outros de forma constante. Quando categorizamos e lançamos mão de coleções existentes nós também fazemos inferências constantes. De acordo com Corona (2011) quando nós “escutamos ou falamos sobre uma pessoa, a vemos ou conversamos com ela, estamos automaticamente fazendo inferências sobre esse indivíduo e o

adequando a alguma categoria preestabelecida no senso comum da sociedade na qual vivemos”. O que podemos extrair desse pensamento é que um indivíduo, atuante na sociedade, está sempre classificando outros indivíduos lançando mão das diferentes categorias das várias coleções disponíveis, e cada categoria traz no seu interior uma carga de inferências que ajudam a organizar o senso social comum.

Segundo ainda Sacks (1992), as inferências provocadas pelas categorias são denominadas de Dispositivo “MIR” (*Membership Inference-rich Representative*). Clarificando, ao ser classificado em uma dada categoria, o indivíduo, representante daquela categoria, carrega dentro de si todas as atividades e atributos, isto é, direitos e obrigações atrelados àquela categoria (*category bound*). Esses direitos e obrigações são construídos de forma cultural e social. Entende-se então, que o mecanismo da categoria de pertença funciona como um estoque de conhecimento do senso comum, o qual é acessado toda vez que uma referência a essa categoria é formulada (Schegloff, 2006).

A partir do estudo de uma história contada por uma criança, iniciada com a frase: “*The baby cried; the mommy picked it up*”, Sacks (1992, p. 236), em artigo intitulado “*The Baby Cried*”, Sacks, propõe um exercício em que omite as identidades bebê e mamãe, substituídas por X e Y e observa que os indivíduos preenchem as lacunas respectivamente por bebê e mãe. A explicação que encontra é que os indivíduos compartilham determinadas inferências. Logo, categorias são “ricas em inferência”.

A partir daí, Sacks (1995, p.40) nomeou esse “maquinário central da organização social” de Dispositivo MIR (*Membership Inference-rich Representative*, ou em português, Representante Rico em Inferências). Segundo ele, uma dada categoria, como terapeuta, católica ou filha, por exemplo, carrega consigo um conjunto de características e ações que são construídas socioculturalmente, tendo como base o senso comum e normas sociais.

Outra conclusão importante de Sacks diz respeito às “atividades vinculadas à categoria” que moldam as inferências específicas que usamos. No exercício X chorou Y pegou no colo, as categorias bebê e mãe são inferidas pelas atividades atreladas a essas categorias. Surge assim, o termo “Dispositivo de

Categorização de Pertença” (DCP) que torna evidente a estrutura e as propriedades do conhecimento de senso comum.

Acrescenta ainda o autor que as categorias são organizadas por nós em coleções. Categorias como “terapeuta” e “professor”, por exemplo, são ouvidas como parte de uma coleção maior: “ocupação”. Já “filho” e “pai” integram a coleção família; “vegano” e “vegetariano” à coleção “preferência alimentar”, etc. Existem também casos em que a mesma categoria pode pertencer a diferentes coleções: criança pode pertencer à coleção estágio de vida ou família.

Sacks identifica também regras para o emprego das coleções de categorias. A primeira regra é a da “economia”. Segundo está regra, geralmente uma única categoria se faz suficiente para se produzir uma descrição inteligível. Uma referência como “professor” ou “criança” não necessita de informações adicionais (peso, idade, status civil etc.). A regra em questão é bastante utilizada em pares relacionais padronizados tais como pai-filho, professor-aluno etc. Esses pares são entendidos como pares que possuem direitos e deveres um em relação ao outro, como no exemplo mãe-bebê (X chorou, Y pegou no colo).

A segunda regra é a da “consistência”. Esta regra sugere que outras categorias da mesma coleção podem ser usadas para categorizar outros indivíduos do mesmo grupo. Por exemplo, podemos utilizar a coleção “família” para categorizar diferentes membros, como “avó”, “pai”, “mãe”, “irmão”, etc. Podemos inferir que, se um falante utiliza duas ou mais categorias para descrever pelo menos dois sujeitos e se tais categorias podem ser entendidas como pertencentes a uma mesma coleção, então assim deve ser feito. É dessa forma que entendemos de forma instantânea que o bebê e a mãe pertencem à mesma coleção (família).

Em suma Sacks, postula que a utilização do DCP é feita pelos indivíduos a fim de que a administração e a elaboração da ordem social sejam realizadas. A análise do DCP busca descrever esse uso. Ao usarmos o DCP, atribuímos aos indivíduos categorias levando em consideração um episódio e o conjunto de categorias nas quais aqueles indivíduos se encaixam. Dessa forma, é importante entendermos a predileção e orientação dos indivíduos para determinada categoria e as implicações dessa categorização. As conclusões sobre a utilização que os

indivíduos fazem do dispositivo de pertença acontecem através da análise das ações desses mesmos indivíduos, principalmente, através do uso da linguagem.

Embora a noção de CP, desenvolvida por Sacks, tenha ficado por um tempo adormecida nos estudos da AC, os conceitos relacionados a ela vêm sendo expandidos por vários autores. A professora de comunicação e ciências midiáticas Lena Jayyusi (1984), por exemplo, ampliou o conceito de atividades atreladas à categoria. A autora postula que a categoria está atrelada a propriedades convencionalmente previstas, assim como a hábitos, crenças etc. Em outras palavras, quando categorizamos um indivíduo, estamos partindo do que está convencionalmente enraizado em nossa sociedade, como hábitos e crenças locais. Assim, a categoria de pertença se refere aos conceitos categóricos já culturalmente disponíveis e aos quais os membros rotineiramente lançam mão. Nesse sentido, categorias carregam convencionalmente um agrupamento de traços esperados, que carregam um agrupamento de possíveis ações, hábitos, tempo, lugares etc.

A autora introduz também o conceito de categoria de incumbência (*incumbency category*) para se referir àquilo que é esperado do indivíduo como sendo seu dever, responsabilidade, obrigação ou função. Jayyusi (*ibidem*) distingue também o que chama de grupos auto-organizados. Trata-se de grupos construídos com base em um conjunto de crenças, interesses, atitudes, comprometimento e inclinações e constituídos através de uma série de regras e procedimentos de regras de pertencimento.

Afirma também que a categorização de indivíduos é, além de descritiva, atributiva. Por exemplo, a categoria “Comunista”, além de descrever aquele que é membro de um partido ou movimento comunista, pode envolver atribuição de certos tipos de caráter. Ela ressalta que, quando uma descrição ou ação é usada para gerar caráter ou atributo, aqueles que categorizam outros se apoiam nesse caráter/atributo gerados para esboçar ações e expectativas futuras sobre as posturas ou envolvimento dos categorizados.

Nessa linha, a autora introduz o conceito de desistorização. Esse conceito aparece quando encapsulamos um conjunto específico de práticas de vários indivíduos (performances, hábitos etc.) em vários momentos em um único tipo, e esse tipo é usado para projetar ações futuras de qualquer indivíduo que se

encaixe nele. Um lugar ou instituição também podem gerar uma categorização de pertença relevante, dependendo do contexto e do que é gerado a partir dele. A categorização de tipo também pode ser entendida como uma categorização de atributos coletivos em um trabalho preditivo em que a predição é feita em referência a indivíduos específicos e ações ao longo do tempo.

Nesse ponto, fica claro pelos estudos de Sacks (1992), Schegloff (2006) e Jayyusi (1984, 1991) que a Análise da Categoria de Pertença vai além de uma simples categorização, pois, na verdade, ela faz referência às identidades dos atores sociais e “não se propõe a recorrer a categorias prontas ou produzidas pelo pesquisador para explicar aquilo que está acontecendo”. O que a ACP busca é entender, dentro da interação e contexto social, e como as identidades são organizadas, realizadas, construídas ou contestadas (Osterman, Sell, 2009).

Aliado à questão da identidade, está a postura dos participantes na interação, objeto do próximo capítulo.

4

Posturas interacionais e tipos de conhecimento

Neste capítulo, apresentamos na seção 4.1 uma breve revisão da literatura sobre a postura interacional, contemplando na subseção 4.1.1. a postura deôntica, na 4.1.2. a postura afetiva e na 4.1.3. a postura epistêmica, que é central para o estudo aqui proposto. Na seção 4.2 apresentamos os tipos de conhecimento identificados na filosofia destacando os mais relevantes para a presente pesquisa.

4.1.

Posturas interacionais

Segundo Couper-Kuhlen e Selting (2017), durante uma conversa, o falante se posiciona publicamente em direção a algum objeto, seja ele uma coisa, uma pessoa, um enunciado, uma situação de forma a julgá-lo. Uma vez que os falantes estão interagindo com os outros, e esses outros exibem posturas, a postura de um falante vai alinhar-se, ou não, com a de seu cointerlocutor (Du Bois, 2007). A postura está sempre presente quando falamos; não existe um momento de conversa que não seja relevante saber onde estamos em relação ao outro (Du Bois e Kärkkäinen, 2012; Couper-Kuhlen, Selting, 2017).

É costume distinguir vários tipos de postura na interação ; central entre esses estão a postura epistêmica (o que eu sei e como eu sei); a postura afetiva (como está o meu humor, atitude, sentimento ou emoção, incluindo a intensidade) (Ochs, 1996; Couper-Kuhlen, Selting, 2017); e a postura deôntica (o que eu considero necessário ou desejável) (Stevanovic, Peräkylä, 2012; Couper-Kuhlen, Selting, 2017).

4.1.1.

Postura Deôntica

O adjetivo deontico refere-se à deontologia que é a ciência dos direitos e deveres morais, principalmente dos deveres particulares de cada profissão⁶. Nessa linha, um médico possui o direito de receitar remédios e aconselhar pacientes; um professor tem o direito de ensinar o conteúdo de sua disciplina; um padre tem o direito de aconselhar os fiéis de sua paróquia sobre questões de fé; um advogado tem o direito de instruir seus clientes sobre assuntos que envolvem leis etc.

Sob a perspectiva das pesquisas de fala-em-interação, o domínio deontico é definido como o “direito de determinar as futuras ações de outra pessoa” (Stevanovic e Peräkylä, 2012, p. 297); assim, os estudos de fala-em-interação buscam elucidar o fenômeno da negociação em torno de exercícios de direitos deonticos através dos mecanismos interacionais de formação de ação (Levinson, 2013). Desse modo,

“De maneira mais explícita, a análise de perspectiva interacional procura evidenciar como a negociação em torno de exercício de direitos deonticos se dá por meio da averiguação do como e do porquê certos desenhos de turnos de fala são compreendidos como reivindicantes de direito de determinar as ações futuras de outrem em algumas circunstâncias e em outras não.” (Andrade, 2019, p. 117).

Posto isso, segundo Stevanovic e Peräkylä (2012, 2014), durante a interação, os falantes se orientam para uma dimensão deontica, ancorados em questões de direitos e obrigações para se posicionar e posicionar os outros na interação. Assim, fica por conta do analista voltar seu olhar para a ação responsiva ao primeiro turno de fala que gera um curso de ação, pois essa resposta é elaborada pelo falante a partir do que ele entendeu da ação do turno anterior. O uso de diretivas, solicitações etc. são formas de reivindicar o direito deontico que pode estar relacionado a algum tipo de poder, seja o que emana de uma posição ocupada (uma chefia), ou o que emana de uma expertise sobre um dado terreno de conhecimento ou de posse de recursos dos quais um interlocutor depende. Temos, assim, que, durante a interação, os indivíduos se posicionam de acordo com a necessidade dos eventos que vão se desenrolando, ou seja, durante os turnos conversacionais, os indivíduos podem fazer recomendações, promover ideias, fazer exigências etc. em relação ao ouvinte. Em resumo, a postura deontica está relacionada ao direito ou autoridade, conforme é exibido na conversa (Stevanovic e Peräkylä 2012; Stevanovic, Svennevig, 2015).

⁶ Dicionário online <https://www.dicio.com.br/deontico/> Acessado em 03 de novembro de 2020.

Embora essa postura gere, de um modo geral, uma ação responsiva de aceite dessas ações, um interlocutor pode exibir em seu turno resistência e até recusa em fazer o que foi pedido.

Segundo Stevanovic (2011), em alinhamento com os estudos de Heritage e Raymond (2005), cabe examinar o domínio deôntico em termos de *status* e postura deônticos.

O *status* e postura deôntica, como seus equivalentes epistêmicos, são geralmente congruentes entre si, mas nem sempre é o caso. Como Stevanovic e Peräkylä (2014, p.191) observam, “falantes altamente autorizados raramente precisam comandar, enquanto os falantes com pouca autoridade às vezes podem tentar inflar a autoridade deles com diretrizes mais assertivas”.

O *status* deôntico de um indivíduo é, segundo Stevanovic, 2011, um estado de coisas, um direito que o indivíduo possui, independentemente de ele ter sido reivindicado ou não no momento da interação. Labov (1972) menciona que, quando A solicita B a fazer X, é necessário que A tenha o direito de dizer a B para fazer X, para que isso seja ouvido como um comando válido. O uso de diretivos para requisitar que alguém faça alguma coisa e o uso verbos auxiliares modais (dever, precisar, ter etc.) são recursos empregados para a identificação do *status* deôntico de um falante na interação. Como exemplo, podemos citar um professor que tem direitos de solicitar, questionar ações de seus alunos pois a ele é conferido um *status* de autoridade, isto é, de perícia sobre os assuntos que leciona e o controle da sala de aula.

A postura e o *status* deônticos de uma pessoa podem ser divergentes. Um indivíduo que possua um grau menor de autoridade deôntica em certo domínio pode lançar mão de desenhos de turnos de fala para aumentar a legitimidade do direito requerido. Por outro lado, indivíduos que realmente possuem o legítimo poder de exercer o direito de determinar as ações futuras de outros indivíduos, raramente precisam lançar mão de modelos mais assertivos de turnos. A postura deôntica de um indivíduo está relacionado à maneira como ele produz seu turno de fala, independentemente do seu *status*.

Dentre os três tipos de postura contemplados neste capítulo, a deôntica é que só mais recentemente vem despertando o interesse de pesquisadores.

4.1.2.

Postura Afetiva

A postura afetiva abarca todos os tipos de sentimentos, humores, atitudes e emoções que são exibidos linguisticamente pelos indivíduos durante a interação; e podem estar diretamente ligadas à trajetória que a interação toma. Os indivíduos também podem expressar sua postura afetiva por meio de ações corporificadas como gestos, expressões faciais, postura corporal, olhar, dentre outros. São muitos, portanto, os dispositivos linguísticos e não linguísticos por meio dos quais os indivíduos realizam demonstrações de afeto. Incluem-se, entre os linguísticos, as exclamações involuntárias não lexicais – exclamações que os indivíduos produzem quando são pegos de surpresa – (*response cries*) (Goffman, 1981) ou itens lexicais que expressam afeto positivo ou negativo:

“A postura afetiva é a exibição pública de algo interpretável como uma atitude, sentimento, emoção ou estado interior. As exibições de afeto são realizadas usando recursos visíveis, vocais e verbais e podem constituir turnos na própria fala ou ser laminados em turnos na conversa. Por fazerem parte do registro público de interação, são sempre de relevância potencial para o que acontece a seguir na conversa”. (Couper-Kuhlen, Selting, 2017, p. 43)

Diferentemente do que é entendido na área da psicologia, a emoção, na perspectiva da AC, não pertence ao indivíduo ou às suas estruturas cognitivas; ela é um fenômeno totalmente social e cultural (Goodwin & Goodwin, 2000). Logo, é na interação social, sequencialmente organizada, que a emoção deve ser analisada.

Segundo Wilkinson e Kitinger (2006, p. 161),

“As exibições de afeto são situadas, ou seja, localizadas em momentos sequencialmente específicos na interação, e são interpretáveis com relação ao seu contexto particular de ocorrência. Um e o mesmo “objeto” linguístico podem ser usados para exibir diferentes afetos, e podem ser interpretados como tendo diferentes interpretações afetivas, dependendo do contexto sequencial. Demonstrações de afeto, especialmente aqueles em posição responsiva, muitas vezes orientam para o fato de que um turno anterior fez tal exibição de afeto relevante (...)”

Um trabalho clássico sobre a expressão do afeto e da episteme é o de Biber e Finegan (1989), intitulado “*Lexical and grammatical marking of evidentiality and affect*”. Quanto à postura afetiva, os autores descrevem estilos de fala do inglês a partir da análise de diferentes tipos de texto. Como aponta o título do trabalho, a postura de afeto é tratada do ponto de vista gramatical e semântico.

De acordo com essa abordagem, os autores identificam que recursos lexicais e gramaticais expressam atitudes, sentimentos, julgamentos ou compromisso em relação ao conteúdo proposicional de uma mensagem. Nesta seção, destacamos a expressão linguística de atitude de afeto.

Já o afeto, envolve a expressão de uma ampla gama de atitudes pessoais, incluindo emoções, sentimentos, humores e disposições em geral. No artigo em questão, os pesquisadores sobre a rubrica de *postura*, exploram as codificações lexicais e gramaticais tanto de evidencialidade e quanto de afeto em inglês. Eles também fazem uma descrição mais ampla da marcação de postura em inglês, investigando até que ponto diferentes tipos de textos empregam diferentes categorias gramaticais para a marcação de postura.

Nesta seção, destacamos o que eles incluem como marcadores de afeto (positivos ou negativos em quatro categorias gramaticais, a de verbos, adjetivos, advérbios e modais, com o objetivo de identificar e interpretar os estilos básicos de expressão da postura afetiva em inglês.

Biber e Finegan (1989) dividem os marcadores de postura em 12 categorias baseadas em critérios semânticos e gramaticais. A frequência de ocorrência de cada categoria em cada texto também é calculada. Dentre as doze categorias, destacamos, nesta seção, a afetiva. Numa primeira subdivisão, os recursos foram distribuídos de acordo com a qualidade do afeto: positiva ou negativa.

Apresentamos abaixo quadro (Quadro 2) adaptado de Biber e Finegan (1989)

1. Afeto
Positivo
Adjetivos - Ex. É maravilhoso; foi um palpito infeliz.
Verbos - Ex. isso me agrada; aprecio muito isso.
Advérbios – Ex. felizmente; tratou respeitosamente.

Negativo
Adjetivos - Ex. estou chocado; ele é irritante.
Verbos - Ex. temo por minha vida; lamento o que aconteceu.
Advérbios - Ex. infelizmente não tenho boas notícias; desgraçadamente etc.

Os autores apontam também para os recursos de expressão enfática de afeto, o que escalona para cima ou para abaixo o sentimento exibido. Como exemplo temos: “estou muitíssima agradecida por seu apoio” ou “Nossa, que absurdo!”

4.1.3.

Postura Epistêmica

Etimologicamente, a palavra grega episteme poderia ser traduzida como “conhecimento”, “compreensão” ou “familiaridade. Ela foi objeto de estudo de programas de pesquisa cognitivistas⁷ que abordavam questões lógicas, sociológicas e psicológicas na linguagem e no uso da linguagem. Em seguida, uma Escola de Episteme foi inaugurada na Universidade de Edimburgo no final da década de 1960, mais tarde renomeada como Centro de Ciência Cognitiva (Lynch, Wong, 2016). Só mais recentemente a questão da episteme entrou na agenda de outras tradições de pesquisa não cognitivistas. Como aponta Landgrebe (2012), é grande hoje o interesse em investigar como os indivíduos interagem em posições de quem sabe o quê, quem tem acesso ao conhecimento e quem tem o direito de saber.

Pomerantz (1980), por exemplo, examinou tipos de conhecimento envolvidos em pedidos de informação. Analisando conversas espontâneas ao telefone, revelou que, ao fazerem esses pedidos, os participantes se orientam para dois tipos de conhecimentos conhecíveis (*knowables*), designados como tipo 1 e tipo 2. O tipo 1 refere-se aos conhecimentos que os indivíduos têm direito e obrigação de saber, pois tratam de informações sobre eles mesmos (nome, endereço etc.). O tipo 2 refere-se aos saberes que não são sobre si, mas a que o indivíduo pode ter acesso (idade de alguém, data do aniversário, onde essa pessoa trabalha etc.). Considerando esses tipos, nem sempre os pedidos de informação são feitos de forma direta. Muitas vezes é por meio de um relato de experiência, que os indivíduos buscam elicitare uma informação.

⁷Fonte: Stanford Encyclopedia of Philosophy <https://plato.stanford.edu/entries/epistemology/> Acessado em 20 de fevereiro de 2021.

Uma das tradições teórico-analíticas que vem dando, cada vez mais, atenção especial à episteme é a da Análise da Conversa. Segundo Heritage (2010a), dentro de um gradiente epistêmico, o conhecimento de um indivíduo – em relação a determinado domínio de conhecimento ou território de informação – é variante. Dessa forma, o autor considera que os indivíduos em uma interação ocupam diferentes posições em um gradiente epistêmico que vai do K+ ao K-, ou seja, do mais conhecedor ao menos conhecedor (onde K remete à palavra “*knowledge*”/conhecimento). O indivíduo com mais conhecimento e informações, isto é, com mais acesso epistêmico, estaria em uma posição K+, enquanto o indivíduo com menos conhecimento e informação estaria em uma posição K-.

Para reivindicar o direito a fazer afirmações ou avaliar certos domínios de conhecimento, os interagentes recorrem a recursos que vão além dos gramaticais e lexicais, como os identificados por Biber. De acordo com Raymond e Heritage (2006), determinadas ações, como fazer *accounts*, categorizar, avaliar, perguntar envolvem questões de episteme. Esses recursos são, dessa forma, utilizados na configuração de relações tornadas relevantes pelas ações que estão sendo implementadas na conversa.

Heritage (2012a) chama atenção para outros recursos, a formatação gramatical de uma elocução, na expressão da postura epistêmica:

- (i) Você é casado? (ii) Você é casado, não é? (iii) Você é casado.

As três elocuções têm o mesmo conteúdo proposicional (pedido de informação sobre o estado civil do ouvinte). Mas a posição epistêmica codificada gramaticalmente é bastante diferente, podendo ser representada em termos dos diferentes gradientes epistêmicos K+ / K-. Cada uma dessas sentenças aborda informações que estão dentro do domínio epistêmico do interagente. Assim, o interagente tem direitos primários para conhecer as informações. Contudo, em (i) propõe-se que o questionador não tem conhecimento definido do estado civil do interagente, e indexa um gradiente epistêmico inclinado entre um questionador (K-) desconhecido e um interagente conhecedor (K+). Os enunciados (ii) e (iii), em contraste, expressam um compromisso crescente com a probabilidade de o interagente ser casado, o que pode ser representado por K- a K+ superficiais e gradientes. O último desses formatos é usado principalmente quando o falante

já foi informado (ou independentemente conhece) as informações e procura confirmar ou reconfirmar, ou alternativamente transmitir inferências/suposições (Heritage, 2012a). Ao tomar uma posição epistêmica de não conhecedor, como em (i), o falante convida a elaboração e projeta a possibilidade de expansão sequencial; os formatos mais “conhecedores” representados por (ii) e (iii) tendem a convidar a confirmação e o encerramento da sequência (Heritage, 2010; Raymond, 2010).

No caso de perguntas, a diferença entre *status* epistêmico e posição epistêmica é relevante para a compreensão de como os indivíduos negociam seus domínios epistêmicos. Heritage (2012a; 2012b) observou que, ao analisar a orientação dos indivíduos para os territórios de conhecimento durante a interação, existe uma diferença entre (i) as expectativas sobre o que um indivíduo sabe e (ii) o que ele demonstra saber interacionalmente. Em outras palavras: a diferença, respectivamente, entre seu “*status* epistêmico” e sua “posição epistêmica”. *Status* epistêmico, é o meio do pelo qual os indivíduos se reconhecem como sendo mais conhecedores\informados sobre determinado domínio de conhecimento, ou seja, o grau de conhecimento do indivíduo corresponde ao seu *status* epistêmico (em dado domínio) que:

“[...] é um conceito inerentemente relativo e relacional concernente ao acesso relativo a certo domínio de duas (ou mais) pessoas em algum ponto no tempo. O status epistêmico de cada pessoa, relativo às outras pessoas, tenderá a variar de domínio para domínio, bem como através do tempo e pode ser alterado momento a momento como resultado das contribuições interacionais específicas” (Heritage, 2012, p. 4)

Um exemplo dado por Heritage (2012) e que dá conta de exemplificar os pontos levantados no excerto acima é o do médico e do paciente que visualizam ou exame de raio x. Embora ambos tenham acesso à informação (raio x), eles não estão em posições equivalentes dentro do gradiente epistêmico (capacidade de leitura e análise do exame de raio x).

A postura epistêmica de um interagente se refere ao modo como esse grau de conhecimento é explicitado no desenho do turno de fala-em-interação (Heritage; Raymond, 2005). Em outras palavras, a postura epistêmica é a expressão social do domínio epistêmico por meio de desenhos de turnos que abarcam conteúdos

proposicionais/semânticos que são formatados gramaticalmente de diferentes formas. Com isso, as ações realizadas na fala-em-interação (avalições, pedidos de informação etc.) podem ser realizadas de diferentes formas de turno de fala e transparecem onde o indivíduo se posiciona dentro do gradiente epistêmico relativo àquele domínio epistêmico específico.

O *status* epistêmico e a postura epistêmica de um indivíduo tendem a ser iguais, ou seja, se uma pessoa possui um *status* X superior em determinado domínio epistêmico em relação ao seu par, o seu turno de fala tende a ser desenhado de modo que ele expresse seu grau de conhecimento superior a respeito do assunto em questão. Conforme Heritage (2012), enquanto o *status* epistêmico de um indivíduo pode ser definido como um estado de coisas, a postura epistêmica é facilmente manipulável pelo indivíduo, pois um indivíduo pode desenhar seu turno e posicionar-se epistemicamente, de forma que ele se mostre mais ou menos conhecedor do tópico em questão, manipulando sua verdadeira postura.

A questão da postura e *status* epistêmicos é mais saliente em determinados contextos institucionais. Sert (2011), por exemplo, analisando o contexto da sala de aula, observou o fenômeno denominado *claims of insufficient knowledge* (CIK) utilizado por estudantes para demonstrar não saber algo que está sendo perguntado pelo professor. Já Sahlstrom (2012), estudando o mesmo contexto, analisou o modo como alunos e professores se orientam e revelam seus conhecimentos de maneira explícita na interação.

Duas noções centrais para a Análise da Conversa, ação e sequencialidade, têm sido, portanto, relevantes para mostrar como os individuais se orientam para as questões de conhecimento durante a interação.

A assimetria epistêmica teve como foco ação e sequencialidade. Um exemplo é o da ação de pedir uma informação desconhecida. Diferentes *status* epistêmicos podem estar vinculados a esse tipo de ação. Quando um indivíduo pede informação, ele presume que seu interlocutor tem maior acesso epistêmico à informação requisitada, isto é, no gradiente epistêmico, o interlocutor é K+ em relação a essa informação (logo, aquele que pergunta seria K-). Já quando esse indivíduo realiza a ação de anunciar algo, presume-se que o interlocutor não possui acesso epistêmico àquela informação, logo é menos conhecedor; já quem anuncia

se projeta como mais conhecedor, isto é, tem K+ em relação ao que está sendo anunciado. O status epistêmico de um interlocutor em relação a outro está relacionado ao conhecimento da informação pedida.

Stivers e Rossano (2010) e Heritage (2012a) reconhecem, então, que o tipo de ação implica considerar também a noção de ações em pares - os pares adjacentes - e organização sequencial, noções centrais também na agenda de pesquisa da AC (Landgrebe, 2012).

Vejam, por exemplo, o caso das asserções e avaliações (Heritage, 2012a) O reconhecimento do *status* epistêmico de um interagente vai depender do quanto ele se projeta como perito num determinado território de conhecimento. Um exemplo, é a entrevista com pessoas que tenham *expertise* reconhecida para avaliar a decisão de um agente policial em matar um sequestrador num ônibus cheio de reféns. Seu *status* epistêmico é exibido quando ele enumera que todos os protocolos foram seguidos corretamente pelo policial até a prevista execução do sequestrador. Em conclusão, a avaliação do perito sobre aquela ação é positiva porque apoiada em fundamentos.

O autor (ibidem) chama atenção ainda para o fato de que, embora, geralmente, haja concordância entre *status* epistêmico e postura epistêmica, este último pode ser mascarado por indivíduos para parecerem mais conhecedoras do que realmente são.

Ainda com relação à ação de avaliação, Heritage e Raymond (2005) destacam que, quando um falante faz uma primeira avaliação, ele está reivindicando implicitamente direitos primários para avaliar o que está sendo avaliado. Assim, as avaliações, em primeira posição, são produzidas como simples avaliações declarativas e podem ter como ações responsivas uma concordância/ou discordância.

Concordância com avaliações são comumente feitas de um modo que evite a implicação de que um falante, em segundo turno, simplesmente segue o primeiro. A independência epistêmica é algo para a qual os participantes se mostram claramente orientados. Da mesma forma, os participantes exibem posições muito diferenciadas com respeito a quem pode ter prioridade em matéria de avaliação. Então, em alguns casos, falantes que oferecem as primeiras

avaliações podem trabalhar para derrotar uma implicação de que eles estão reivindicando direitos primários para avaliar o assunto em questão. Assim, uma avaliação de primeira posição pode ser modulada de maneiras específicas, a fim de baixar a reivindicação de direitos primários para avaliar (Clift, 2016).

Stivers et al. (2011) apontam também para os aspectos morais do domínio epistêmico que se alinham ao conceito de postura deontica, no entanto, os autores não o denominam assim. Posto isso, os autores destacam três dimensões no estudo da episteme: (i) o acesso epistêmico, (ii) a primazia epistêmica e (iii) a responsabilidade epistêmica.

O acesso epistêmico está ligado ao que se sabe, o quanto se sabe e como se sabe. Já a primazia epistêmica está relacionada ao direito de saber e fazer alegações, bem como à autoridade que um indivíduo tem sobre o conhecimento. Em nosso entendimento, autoridade aqui se refere à expertise, ao poder de perícia de um indivíduo sobre um território de conhecimento. Nesses termos, quanto mais autoridade, isto é, quanto mais um indivíduo é reconhecido como um especialista em um determinado assunto, maior é seu direito de fazer alegações sobre determinado domínio epistêmico.

Quanto à responsabilidade epistêmica, ela está relacionada ao tipo de conhecimento que se tem e às adaptações de ação e *design* de turno feitos ao interlocutor, de modo que ele reconheça quem tem mais conhecimento e trate esse interagente em consonância com tal reconhecimento (Stivers et al., 2011, p.9).

Como apresentado, para a Análise da Conversa, os recursos de expressão de postura epistêmica estão nas ações, no design dos turnos, na sequencialidade. Mas a postura epistêmica também foi examinada sob uma perspectiva semântica e lexical. O que Biber e Finegan (1989) denominam de postura de evidencialidade internacional diz respeito exatamente ao modo como os falantes expressam atitudes em relação ao seu conhecimento sobre um assunto,

Ou seja, a evidencialidade compreende o grau de certeza enfática ou de dúvida expresso pelo falante em relação a um conhecimento, a confiabilidade no que afirma, o modo de saber, e a adequação de sua expressão linguística.

Os recursos semânticos e gramaticais identificados pelos autores para a expressão de certeza são (Quadro 3):

Certeza
1. Adjetivos (Ex. impossível; óbvio; verdadeiro)
2. Verbos (Ex. Eu concluo; isso demonstra que...)
3. Advérbios ou locuções adverbiais (Ex. com certeza; de fato; sem dúvida)
4. Expressões enfáticas (Ex. sem sombra de dúvida; realmente; tão nítido)
5. Modais preditivos (Ex. isso deve acontecer)

Os recursos semânticos e gramaticais identificados para a expressão de dúvida são (Quadro 4):

Dúvida
1. Adjetivos (Exemplo: alegado; duvidoso; incerto)
2. Verbos (Exemplo: Eu SUPONHO; Isso INDICA que...)
3. Advérbios (Exemplo: supostamente; talvez;)
4. Hedges (Exemplo: por volta de; tecnicamente falando)
5. Modais de possibilidade (Exemplo: poderia acontecer)
6. Modais de necessidade (Exemplo: deveria acontecer)

Em resumo, como vimos neste capítulo, a postura na interação foi inicialmente tratada no nível gramatical e semântico. Já a postura epistêmica, na tradição da Análise da Conversa, está relacionada à noção de ação situada e à noção de sequencialidade. Nessa abordagem, os recursos mobilizados pelos falantes vão além da gramática do léxico. Envolvem práticas como a da formulação extrema, prestação de contas, dentre outras, utilizadas pelos falantes para marcar o seu grau de conhecimento sobre um determinado território de conhecimento. São recursos, portanto, manifestos na configuração de relações tornadas relevantes pelas ações que estão sendo implementadas na conversa.

4.2.

Tipos de conhecimento na filosofia

Este capítulo tem como foco o papel do conhecimento nas batalhas epistêmicas travadas na seção de comentários aqui analisada. Na seção 4.1, apresentamos um quadro geral dos tipos de conhecimentos identificados na história da filosofia. Na seção 4.2, buscamos identificar que características do conhecimento científico e de senso comum se mostraram relevantes para nossa análise.

4.2.1.

Tipos de conhecimento

Na história da filosofia, foram identificados cinco tipos de conhecimento:

(i) Conhecimento filosófico

Segundo Chauí (2000), o conhecimento filosófico, em suas origens, foi orientado pela racionalidade; o oferecimento de respostas conclusivas para os problemas, a exigência de regras de funcionamento, a recusa de explicações preestabelecidas e à tendência à generalização. Esse tipo de conhecimento, portanto, aproxima-se do rigor do conhecimento científico, como um trabalho intelectual sistemático, porque:

“(...) não se contenta em obter respostas para as questões colocadas, mas exige que as próprias questões sejam válidas e, em segundo lugar, que as respostas sejam verdadeiras, estejam relacionadas entre si, esclareçam umas às outras, formem conjuntos coerentes de ideias e significações, sejam provadas e demonstradas racionalmente.” (Chauí, *ibidem*, p. 13)

(ii) Conhecimento Científico

Na definição de Trujillo (1982, p. 2) “a ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigido ao sistemático conhecimento, com objetivo limitado e capaz de ser submetido à verificação”. A partir daí, podemos concluir que o que caracteriza centralmente o conhecimento científico é o método o tipo de instrumentos utilizados.

Independente do tipo de paradigma, isto é, do conjunto de crenças, regras e padrões, que orienta uma pesquisa; do tipo de abordagem, dedutiva ou indutiva, quantitativa ou qualitativa, a produção do conhecimento científico envolve sistematização e verificabilidade. De acordo com Marconi e Lakatos (2003 p. 76), isso é obtido, preponderantemente, “por intermédio de teorias, que constituem o núcleo da Ciência”. É função do método científico impedir ou minimizar erros e ambiguidades. Só o rigor metodológico pode assegurar a veracidade do conhecimento ou, ao longo do tempo, a revisão dessa verdade.

(iii) Conhecimento de senso comum

O conhecimento, oriundo do senso comum, também chamado de popular, é, comumente, caracterizado como aquele que, grosso modo, é produzido pela experiência do cotidiano e é baseado em saberes rasos e sem comprovação, assim como generalização de eventos e interpretações individuais. Um efeito do conhecimento de senso comum é que, pela repetição, esse conjunto de saberes superficiais acaba por construir um sistema de crenças que nem sempre são validadas ou que, se foram validadas pela ciência, deixaram de ser, uma vez que a verdade na ciência pode sempre ser revista, reavaliada, modificada. Já as “verdades” do senso comum podem variar de pessoa para pessoa, de grupo para grupo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o conhecimento de senso comum, também chamado de popular, não se diferencia do científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido, mas sim pelo método e pelos instrumentos do conhecimento. Essa diferença é destacada por Chauí quando afirma que:

“(…) por serem subjetivos, generalizadores, expressões de sentimentos de medo e angústia, e de incompreensão quanto ao trabalho científico, nossas certezas cotidianas e o senso comum de nossa sociedade ou de nosso grupo social cristalizam-se em preconceitos com os quais passamos a interpretar toda a realidade que nos cerca e todos os acontecimentos”. (CHAUÍ, 2000, p. 316)

(iv) Conhecimento religioso

O conhecimento religioso buscou explicar o mundo a partir da agência de um Deus. Sua função foi a de disseminar crenças nas revelações divinas, nos textos

sagrados, no que embasa a fé religiosa. O objetivo da teologia, isto é, da área de conhecimento que tem como foco o conhecimento religioso, veio estruturar os dogmas religiosos (Chauí, 2000; Cotrim, Fernandes, 2003).

Em resumo, como afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 79):

“O conhecimento religioso, isto é, teológico, apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas (valorativas), por terem sido reveladas pelo sobrenatural (inspiracional) e, por esse motivo, tais verdades são consideradas infalíveis e indiscutíveis (exatas); é um conhecimento sistemático do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino; suas evidências não são verificadas: está sempre implícita uma atitude de fé perante um conhecimento revelado. Assim, o conhecimento religioso ou teológico parte do princípio de que as "verdades" tratadas são infalíveis e indiscutíveis, por consistirem em "revelações" da divindade (sobrenatural). A adesão das pessoas passa a ser um ato de fé, pois a visão sistemática do mundo é interpretada como decorrente do ato de um criador divino, cujas evidências não são postas em dúvida nem sequer verificáveis”.

(v) Conhecimento mítico (ou alegórico)

Esse tipo de conhecimento se baseia nos mitos e no passado longínquo e fabuloso. Na Grécia Antiga, os responsáveis pela transmissão desse tipo de conhecimento eram os rapsodos ou poetas-rapsodos. Os tópicos das narrativas fantasiosas eram histórias sobre o início dos tempos, a origem do mundo e outros relevantes para a sociedade desse tempo. O compartilhamento dessas histórias míticas favoreceu a construção de uma consciência coletiva, reforçando o pertencimento dos membros àquela sociedade.

Abaixo, apresentamos um quadro que busca confrontar as diferenças encontradas sobre os tipos de conhecimentos aqui apresentados, conforme a literatura apresentada:

Quadro 5 – Tipos de Conhecimento

Tipos de Conhecimento					
	Filosófico	Científico	Senso Comum	Religioso	Mítico
Base do Conhecimento	Razão	Razão	Crença	Crença/Fé	Crença
Aquisição do Conhecimento	Reflexão	Investigação	Tradição	Escrituras	Narrativas Míticas

Validação do Conhecimento	Argumentação	Método	Não-questionamento	Dogmas	Tradição
Transmissor do Conhecimento	Filósofos	Cientistas	Pessoas Comuns	Líderes Religiosos/ Teólogos	Rapsodos

4.2.2.

Caraterísticas relevantes do conhecimento científico e de senso comum

A disputa pelo valor de verdade das afirmações e avaliações, na seção de comentários aqui analisada, aponta para a relevância do tipo de conhecimento e na validação das opiniões dos interagentes. Essa disputa reforçou a construção do desequilíbrio epistêmico na interação, em termos da oposição conhecimento científico x conhecimento de senso comum; e ainda o conflito entre repertórios de conhecimento de senso comum.

No que diz respeito à primeira oposição (científico x senso comum), observou-se que interagentes que reivindicam K+ exibem na produção de seus comentários algumas das características do conhecimento científico, listadas por Chauí (2000, p. 317). Uma delas é a objetividade. Ainda que os comentários possam também expressar uma postura afetiva diante de um fato, a base da avaliação é sempre objetiva e verificável. Isso é obtido por intermédio de teorias ou comprovações de reconhecida legitimidade, invocadas para sustentar uma dada posição.

Outro traço do conhecimento científico diz respeito à relação causal estabelecida entre o fato em exame e outros fatos semelhantes. A comparação é baseada em evidências que comprovam a relação estabelecida. De um modo geral, aqueles que reivindicam a posição de K+ buscam teorias para fundamentar suas discordâncias. Por outro lado, interagentes que são projetados ou se autoprojetam como de K- sustentam suas opiniões a partir de conhecimentos de senso comum, muitas vezes de natureza equivocada e preconceituosa, dada a natureza subjetiva dessas opiniões.

Por serem em grande parte sustentadas por sentimentos e crenças individuais ou de grupo, opiniões que invocam conhecimentos de senso comum são

por vezes marcadas por erros de raciocínio, como as generalizações que produzem conclusões equivocadas. Ex. quem mora em favela é bandido; quem vai a protestos é baderneiro. Muitas dessas generalizações são tomadas como verdade, regra para um grupo, em decorrência de sua repetição.

Juízos de valor sobre as coisas, pessoas e outros vêm de experiências, de vivências individuais ou em grupo. Logo há uma heterogeneidade de percepções sobre as representações da realidade. O senso comum não é um para todos. Quando as discussões são todas baseadas em conhecimento de senso comum, o conflito se deve as diferenças de repertórios de senso comum invocadas na fala de cada usuário. Uma atuação da polícia pode ser julgada por uns pelo viés da legalidade, e, por outros, viés de ordem moral. O embate entre os repertórios se deve ao entendimento que esses vieses são excludentes.

5

Metodologia de pesquisa

“O advento da Internet representou um desafio significativo para a nossa compreensão dos métodos de pesquisa” (Chisritine Hine, 2005a, p. 1).

Na seção 5.1, trato das minhas escolhas enquanto pesquisadora. Esta seção abarca a natureza da pesquisa, o tipo de ambiente virtual, o tipo de participação que assumo. Na seção 5.2, abordo a coleção de dados, trazendo informações sobre o universo da pesquisa, o corpus a ser analisado, os participantes e os procedimentos analíticos. Encerro a seção com o registro da aprovação do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da PUC-Rio.

5.1. As escolhas do pesquisador

A Natureza da Pesquisa

Alinhada a um posicionamento epistemológico firmado na abordagem qualitativa e interpretativista, buscamos, como resume Denzin e Lincoln (2006, p.17), estudar “as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. Dessa forma, nesse tipo de pesquisa, o que se busca é entender como os indivíduos se orientam para suas diferentes organizações buscando compreender as atividades do dia a dia, sejam elas rotineiras ou eventuais e onde existam interações, sejam elas *offline* ou *online*. De acordo ainda com esse posicionamento, os resultados de análise não devem ter a pretensão de serem tomados como verdade absoluta, mas uma das várias leituras possíveis para os dados.

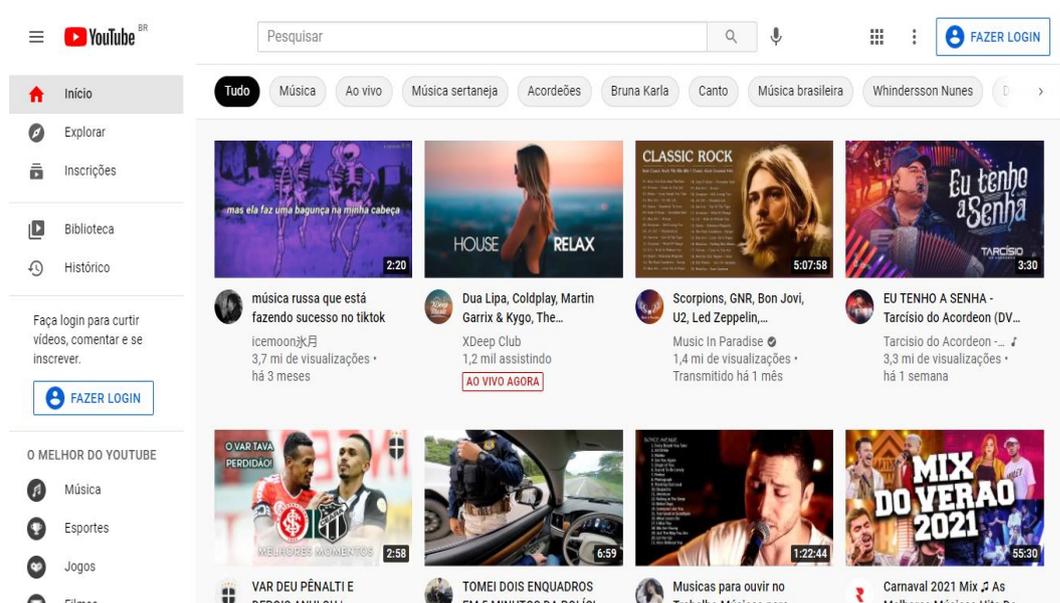
O Ambiente Virtual

Segundo Hoffman, “a Internet não consiste mais em artefatos singulares e

fechados. Metamorfoseou-se em um espaço criativo aberto que é mais colaborativo e interconectado do que nunca na sua breve história” (2010a, p. 12). Posto isso, a escolha do contexto virtual para a pesquisa se justifica não só por um interesse pessoal na complexidade das interações que ali se acontecem e por ser de uma geração que acompanhou muito a evolução desse contexto, mas também por ser o lugar em que se travaram as recentes batalhas políticas polarizadas na sociedade brasileira. Apesar do alcance das plataformas como campo de interação social, das especificidades das diferentes redes sociais, plataformas, fóruns etc., existe ainda uma carência de estudos, especialmente, na área da linguagem, sobre a interação no ambiente virtual.

Dado esse contexto, surgiu então a dúvida: qual ambiente virtual estudar? As opções eram muitas, mas, dentre as redes, uma que obteve destaque foi o *website YouTube*. Trata-se de uma plataforma de distribuição digital de vídeos, fundada em fevereiro de 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim e comprada, em 2006, pela Google. Em seu domínio, é hospedado uma variedade de produtos, como filmes, vídeos, clipes musicais e vídeos caseiros (tutoriais, receitas etc.) que, atualmente, são precedidos de breves propagandas. Além de serem disponibilizados na plataforma, esses vídeos podem ser disponibilizados em outros sites (*Facebook, blogs* etc.) através de um link gerado.

Figura 3 - Interface gráfica do usuário



Fonte: <https://www.youtube.com/>

Herring (2004) caracteriza o *YouTube* como um site de contribuição multimídia que combina texto, vídeo, áudio e gráficos e utiliza uma tecnologia *pull*, pois os espectadores devem ir à plataforma para postar mensagens. É considerado tanto público quanto semipúblico, porque o registro na plataforma não é requisito para se visualizar os vídeos, mas é preciso registrar-se para publicar comentários, vídeos, ou acessar canais pessoais. Outra característica importante é que ela tem uma população de usuários global e muito heterogênea. Em seus primeiros anos, a plataforma estava relacionada ao público mais jovem. No entanto, com o advento da mesma e a ampliação de conteúdos inseridos (vídeos sobre política, economia etc.), o público foi se expandido para todas as faixas etárias.

No *YouTube* é possível contabilizar e visualizar o número de vezes que cada vídeo postado foi visualizado. Quanto aos recursos interativos da plataforma, após assistir a cada vídeo, é possível marcar “gostei” ou “não gostei”, postar comentários e se inscrever no canal e ativar as notificações para receber mais conteúdo deste canal. Dessa forma, vemos que o usuário não é um mero observador de conteúdo, pois ele pode interagir com a plataforma e criar seu próprio conteúdo estando também sujeito às avaliações de outros usuários. Como aponta Cardoso (2014, p. 251), nesse tipo de ambiente virtual como o *YouTube*, “o usuário é potencialmente ao mesmo tempo ‘produtor’, ‘autor’, ‘crítico’, ‘espectador’, ‘colaborador’, etc.”. Assim, o *YouTube* se movimenta a partir de um “processo criativo iminentemente aberto e coletivo” (Cardoso, 2010, p. 36).

Alguns pesquisadores como Burgess e Green (2009, p. 18) destacam a popularidade e relevância do *YouTube*, pois em 2007 ele já era o site de entretenimento mais popular do Reino Unido, logo após a sua compra bilionária pela Google em 2006. Com tanta popularidade e tantos usuários não seria surpresa o *YouTube* possuir conteúdos bem heterogêneos e em constante mudança. Cardoso (idem:37), escreve que “um comentário pode provocar transformações significativas na experiência de visualização”, e, como veremos mais a frente isso está presente em nossos dados.

O tipo de participação do pesquisador

Uma questão que envolve muitas vezes questões éticas da pesquisa em ambiente virtual diz respeito à participação do pesquisador. Existem autores que defendem que o pesquisador pode escolher ser participativo (*insider*) ou um observador (*lurker*) e ainda variar nos graus de participação (Fragoso, Recuero, Amaral, 2011; Kozinets, 2007).

Teela Sanders (2005) defende que a observação não participativa é aceitável, pois, segundo ela, existe uma necessidade de nos preocuparmos com os usuários virtuais e pesquisadores. Quando o pesquisador se revela, podem ocorrer repercussões negativas. Procurando em sites de busca pelo nome do pesquisador, pode-se obter detalhes de sua vida profissional e pessoal, o que pode colocá-lo em possíveis situações vulneráveis (como uma abordagem na rua, por exemplo). Outra dificuldade que o pesquisador encontra ao tornar-se público é criada pela dinâmica do próprio ambiente virtual. A todo momento, usuários saem das comunidades, e novos usuários entram, dessa forma, ao postar uma mensagem explicando e anunciando sua presença, o pesquisador não tem garantias de que sua mensagem será lida (Rutter, Smith, 2005).

Segundo Braga (2006), a prática do *lurking* é considerada uma participação de um tipo especial, pois apesar de a informação sobre sua presença não estar visível aos participantes, ela pode ser inferida por eles já que o conteúdo de determinadas redes virtuais é público.

Morton (2001), de modo semelhante a Braga (2006), propõe que o pesquisador pode conduzir sua pesquisa de forma (i) distante ou (ii) participante. No primeiro, o pesquisador observa e coleta dados de forma não participante em sua comunidade virtual de pesquisa. No segundo, ele participa efetivamente. Segundo Kendall (1999), quando participa efetivamente, o pesquisador pode vir a ter um melhor entendimento sobre as performances identitárias dos participantes.

Por fim, alguns defendem que o pesquisador deve saber gerenciar adequadamente sua participação e/ou envolvimento para que se inteire sobre o funcionamento daquela comunidade e se mantenha focado nas questões que norteiam sua pesquisa (Hine, 2000).

Toda essa questão polêmica em torno do tipo e grau participação do

pesquisador na comunidade virtual de pesquisa nos leva a refletir sobre outro ponto relativo à pesquisa virtual: quais são as questões éticas que norteiam esse tipo de pesquisa e coleta de dados? Assim como em outros casos, o anonimato e a confidencialidade devem ser respeitados, isto é, mesmo que os usuários usem avatares e pseudônimos é recomendável modificá-los mesmo assim (Paccagnella, 1997; Rutter, Smith, 2005), embora trechos escritos sejam de fácil rastreio em sites públicos.

O que parece ser consenso entre estudiosos é que o pesquisador deve ser sensível ao seu campo de pesquisa, ou seja, suas decisões relacionadas à ética devem ser tomadas após uma análise do seu contexto específico de pesquisa (Rutter, Smith, 2005). Desse modo, cabe também a ele a escolha de ser observador ou participante, apresentar-se ou não (Mercado, 2012).

Para os fins deste trabalho, escolhemos não informar sobre a nossa pesquisa e nem participar efetivamente da comunidade virtual escolhida. Dessa forma, nos enquadrados como pesquisadores observadores. Há algumas justificativas para essa posição. A primeira é o foco do canal: a militarização das comunidades. Dado que não vivemos a realidade exibida nos vídeos, nossos comentários seriam mais de um *outsider*, o que poderia ter implicações interacionais, podendo afetar o objetivo da pesquisa. Em segundo lugar, nosso papel de observador não é completamente de um *outsider*. Durante a pesquisa de mestrado, iniciamos um processo de socialização sobre a vida numa comunidade carioca da zona do Rio de Janeiro marcada por relações conflituosas entre polícia e cidadão (Projeto *Faperj*) e da vida em comunidades. Outra razão é que o nosso interesse é o de examinar a polarização como prática comunicativa. Logo nossa atenção é para o modo como as pessoas realizam as ações de avaliar e discordar e que recursos mobilizam para realizar essas ações de modo polarizado. Outro ponto, já exposto acima, é própria dinâmica do ambiente virtual em questão. A todo momento usuários saem das comunidades e novos entram, comentários vão sendo adicionados e acabam “se perdendo” na grande lista de discussão que pode levar anos. Dessa forma, uma mensagem explicando nossa presença, não teria nenhuma garantia de ser lida.

Ressaltamos, no entanto, que foi feito um contato por e-mail com os donos

do canal no dia 14 de março de 2020, solicitamente respondido no dia 23 do mesmo mês. Além de colocá-los a par da pesquisa, questionamos a razão para a “desativação de alguns comentários” durante a coleta de dados. Foi justificado que, por serem um veículo de Imprensa Popular e Democrática e não receberem verbas de partidos políticos, grandes empresas etc., eles contam com um contingente de colaboradores bem restrito, o que os impede de controlar o que é postado. As restrições de publicação só foram ativadas em alguns vídeos como forma de coibir ofensas e outras repercussões negativas promovidas por certos usuários.

5.2. O levantamento dos dados

O universo da pesquisa

Assim que foi delimitado o ambiente virtual escolhido, no caso o *YouTube*, o novo desafio para a pesquisa foi delimitar de onde seriam coletados os dados. Assim, foi feita uma busca pela própria plataforma por canais que postassem vídeos que gerassem discussões significativas para a pesquisa na sessão de comentários. Apesar de o foco da plataforma ser os vídeos, foi decidido que nós analisaríamos a sessão de comentários uma vez que o conteúdo dos vídeos é o objeto de discussão nessa seção.

A escolha do Canal deveu-se ao interesse em continuar a desenvolver os estudos sobre a prática policial, iniciado na dissertação de mestrado.

Assim, para os fins desta pesquisa, foi escolhido o canal A Nova Democracia. Segundo o próprio canal, eles têm como missão:

“(...) construir e emancipar a imprensa democrática e popular, estreitando o contato com as massas, divulgando suas demandas, suas lutas, os crimes do Estado contra o povo e auxiliando assim na ampliação dos movimentos populares. AND têm obtido destaque nas coberturas jornalísticas das manifestações, da militarização de favelas e das remoções de bairros pobres no Rio de Janeiro (...)”⁸.

⁸ Canal AND no Youtube <https://www.youtube.com/c/JornalANovaDemocracia/about> Acessado em 17 de julho de 2019.

Figura 4 – Canal A Nova Democracia no YouTube



Fonte: A Nova Democracia no Youtube

Dado o destaque da “militarização das favelas”, o canal registra vídeos da prática de policiais em comunidades, o que funciona como gatilho para os comentários dos usuários.

Trata-se de um canal aberto a qualquer usuário e que não oferece uma moderação sobre os comentários postados. Por ser sua missão denunciar abusos policiais, ele oferece condições apropriadas para triangular os temas de interesse: polarização, ambiente virtual, e, de modo mais amplo, a percepção de usuários de diferentes identidades, sobre as relações entre a polícia e o cidadão.

O corpus da pesquisa

Nossa primeira ação foi selecionar quais reportagens sobre práticas policiais abusivas provocaram mais discussão entre os usuários, inclusive com comentários sendo publicados anos após a ocorrência registrada em vídeo. Com base nesse critério, selecionamos a seguinte amostra:

- (i) “Jovem é assassinado por PMs da UPP na favela do Jacarezinho”;
- (ii) “RJ: PM promove violento despejo contra famílias que ocupavam

- prédio de Eike Batista”;
- (iii) “Flagrante: PM ataca em bares da Lapa após protesto 'Fora Temer”;
 - (iv) “RJ: Flagrante de policiais aterrorizando manifestantes e censurando a imprensa democrática”;
 - (v) “Flagrante do momento em que jovem é baleado por PMs no morro do Borel”.

Após a seleção dessas amostras, fizemos uma seleção das sequências a partir do potencial de embate entre os usuários que têm posições contrárias à do AND ou à de outro usuário. As sequências selecionadas foram aquelas que formavam uma espécie de “cascata de respostas” diretamente ligadas a uma postagem anterior. Dessa forma, era mais difícil ter dúvidas sobre quem era o usuário o qual a resposta era endereçada. Para uma melhor visualização do que seria a “cascata de respostas” segue abaixo um *Print Screen*, com os devidos apagamentos de identidade. Observa-se que o primeiro comentário possui dezesseis respostas (16).

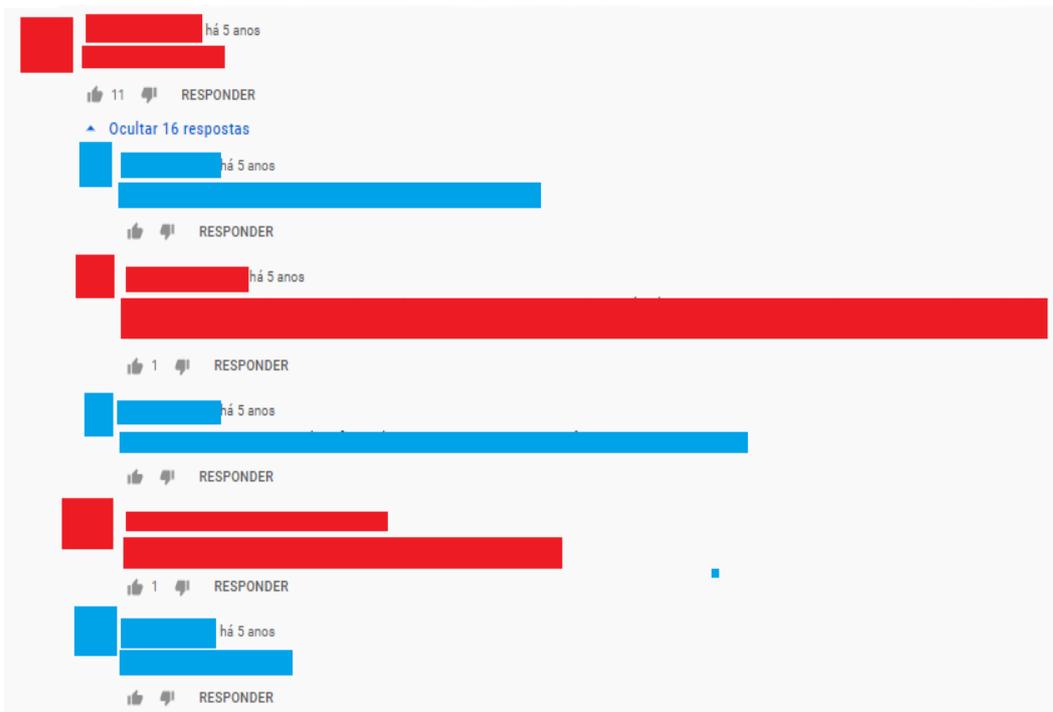
Figura 5 – Interface do Canal A Nova Democracia



Fonte: A Nova Democracia no Youtube

Vale ressaltar que dentro dessas dezesseis respostas também estão as respostas desse primeiro usuário (em vermelho) em relação aos demais (em azul).

Figura 6 – Interface do Canal A Nova Democracia (continuação)



Fonte: A Nova Democracia no *Youtube*

Desse corpus menor, buscamos identificar que recursos foram mais frequentemente mobilizados pelos usuários para reagir a posições contrárias. Como resultado dessa análise, selecionamos as sequências de ataque pessoal por divergência de posições de natureza ideológica e política, entre os usuários. A partir daí, examinamos que tipo de munição foi utilizada para combater o oponente. O que nos levou ao foco deste trabalho: o tipo de conhecimento invocado e as avaliações sobre o outro de natureza epistêmica e moral.

Com base nesses critérios, privilegamos não a quantidade de casos analisados, mas a representatividade dos dados selecionados quanto a uma tendência, em contextos polarizados, de inferiorizar o outro como estratégia de embate.

Os Participantes

Os participantes/usuários são indivíduos inscritos na plataforma, mas não

necessariamente no canal, ou seja, o indivíduo precisa estar logado à sua conta do *YouTube*, porém não precisa estar inscrito no canal para ver, avaliar e comentar os vídeos postados por ele.

As informações sobre os usuários em seus perfis são, de um modo geral, limitadas. Alguns dos participantes possuem seus próprios canais – páginas de perfis pessoais – nos quais outros usuários poderiam se inscrever. Esta inscrição por vezes é aberta, por vezes é restrita (o dono do perfil deve autorizar o pedido de inscrição). Em seus próprios canais, os usuários postam vídeos criados por eles, compartilham vídeos favoritos do próprio *YouTube* e de outras fontes.

Dados os procedimentos analíticos citados, o número de participantes varia em função do número de sequências de comentários selecionados para a análise.

Abaixo segue tabela para uma melhor visualização de participantes por postagem:

Quadro 6 – Participantes

Nome do caso	Participantes/Usuários	Quantidade
“Jovem é assassinado por PMs da UPP na favela do Jacarezinho”	- Daniel - Flávio	2
“RJ: PM promove violento despejo contra famílias que ocupavam prédio de Eike Batista”	- Fábio - Márcio - Alexandre - José - Manuel	5
“Flagrante: PM ataca em bares da Lapa após protesto 'Fora Temer’”	- João - Iuri - Marcelo	3
“RJ: Flagrante de policiais aterrorizando manifestantes e censurando a imprensa democrática”	- Carlos - Thiago	2
“Flagrante do momento em que jovem é baleado por PMs no morro do Borel”	- Lúcio - William - Leonardo	3

Para os fins deste trabalho, as fotos, perfis e nomes de usuário dos participantes não são tornados públicos. Apesar de muitos já utilizarem pseudônimos e imagens simbólicas de identidade, todas essas informações foram apagadas durante a coleta de dados, como garantia de anonimato dos usuários. Com a mesma preocupação com a ética da pesquisa, não foi utilizado o recurso de

Print Screen, mas a transcrição dos dados foi fiel à forma original.

Os procedimentos analíticos

Dada a abordagem teórica adotada, iniciamos identificando as sequências de ação que resultavam em interações conflituosas. Observamos também que tipo de ação em par ocorria nessas sequências. No caso, ou eram ações de avaliação ou de afirmação de posições.

Num terceiro momento, agrupamos as sequências vistas como desafiliativas ou em relação à posição do canal, ou à posição defendida por outro usuário. Organizados e ordenados os dados, iniciamos a análise da postura epistêmica dos participantes, buscando identificar os recursos mobilizados por eles para se posicionarem ou posicionarem o outro como um participante K+ ou K-. Em seguida, identificamos as marcas de postura afetiva e deontica exibida pelos participantes, buscando revelar a função que desempenham nas batalhas epistêmicas.

Aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da PUC-Rio

Apesar de esta pesquisa trabalhar com dados que são de acesso público, decidimos encaminhar o projeto da tese ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEPq), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CI.VRAc. 120/2019), que o aprovou como estando de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade uma vez que o contexto e condutas adotadas pela pesquisadora asseguram a confidencialidade e sigilo da privacidade dos usuários.

A fim de evitar o risco de o material coletado ser indisponibilizado pelo canal, asseguramos que uma cópia do conteúdo dos comentários seja guardada pela pesquisadora por 5 (cinco) anos e, posteriormente, descartada, conforme preconizado pela Resolução CNS nº. 466 de 12 de dezembro de 2012. Também fica assegurado que o material levantado é destinado apenas para fins de pesquisa cuja motivação é de natureza teórica e aplicada.

6 As Batalhas epistêmicas

Como mostrado em Oliveira, Valente e Ron-Rén (2020), o *design* da manchete e da notícia produzida pelo AND funciona como um gatilho para os embates dos usuários na seção de comentários. Nesse sentido, a avaliação do Jornal ocupa a primeira parte de um par adjacente (doravante PPP), tendo, como segunda parte (doravante SPP), ações aflitivas ou desafiliativas relativas à condenação da ação policial defendida na notícia.

É a partir desse confronto inicial gerado pela notícia que outros tópicos são introduzidos nos comentários, expandindo a discussão para outros territórios de conhecimento, vistos como subjacentes às avaliações produzidas no turno anterior. Logo o embate entre os usuários vai além daquele promovido pela avaliação do Jornal.

O foco deste capítulo é o processo de coconstrução do desequilíbrio epistêmico, em um contexto de polarização ideológico-política. Além do papel das ações na manifestação da postura epistêmica, o tipo de conhecimento também funcionou como um indexador do grau de conhecimento de um usuário.

Assim, organizamos este capítulo da seguinte forma. Na seção 6.1, apresentamos um caso em que o desequilíbrio epistêmico foi também marcado pela diferença entre conhecimento científico e conhecimento de senso comum. Nas seções seguintes, 6.2 e 6.3, examinamos casos em que o desequilíbrio epistêmico é motivado por divergências de crenças e valores vinculados a diferentes repertórios de senso comum.

Para facilitar a leitura, organizamos as sequências de embate de cada caso em excertos separados. Todos os casos são identificados pela manchete produzida pelo Jornal.

6.1. O caso “Jovem é assassinado por PMs da UPP na favela do Jacarezinho”

Notícia:

“Na noite do dia 29 de dezembro, policiais da Unidade de Polícia Pacificadora da Favela do Jacarezinho, zona norte do Rio, balearam e mataram o jovem Wesley Daniel Santos Oliveira, de 17 anos. O rapaz saía de um culto na igreja Resgatando Almas, na localidade Beira do Rio, quando foi atingido por três tiros: no peito, na barriga e na cabeça. No dia seguinte, revoltados, moradores fizeram um protesto exigindo justiça para os assassinos de Wesley Daniel”.

O vídeo registra o protesto realizado pelos moradores que, segundo o jornal, foram acompanhadas do início ao fim pelo AND e pela Mídia Independente e Coletiva. Durante o trajeto, de acordo com as reportagens produzidas por esses veículos, os moradores não pouparam críticas à rotina de terror imposta pela UPP desde janeiro de 2013. O vídeo tem a duração de três minutos e possui 5,3 visualizações até o momento de produção desta pesquisa. Apesar de postado em 2016, o vídeo recebeu, em agosto de 2019, um novo comentário. Os comentários coletados para a nossa análise datam de 2016, mesmo ano de postagem do vídeo.

A postura do Jornal sobre o fato é marcada tanto no design da manchete quanto no design da notícia:

- (i) Na manchete, observa-se que o AND categoriza a morte como assassinato e responsabiliza a Polícia Pacificadora; localiza o local do crime, uma favela;
- (ii) No que se refere à identificação da vítima, temos o uso das categorias de idade (jovem) e de religião (vinha de um culto), com a possível implicação de que não se trata de um criminoso, mas de um inocente.

É nesse contexto, em que a guerra do Nós x Eles, no ambiente virtual, que uma prática é colocada em ação: a de apelar para a assimetria de conhecimento sobre afirmações/avaliações emitidas por um usuário.

Posto isso, no excerto 1, analisaremos a interação entre os usuários Daniel e Flávio.

Excerto 1 - A Primeira Sequência⁹

01	Daniel	O braço armado do Estado sempre aniquilando
02		a vida dos mais pobres e mais pretos. Lendo
03		o comentário de alguns imbecis é nítido que
04		vivemos numa sociedade doente, burra,
05		preconceituosa e egoísta. Como já diz o Dep.
06		Marcelo Freixo, dignidade tem CEP. Matar um
07		pobre na favela não dá nada. Essa guerra
08		existe desde 1809. Antes era Guarda real,
09		hoje é guarda da burguesia.
18	Flávio	+Daniel Boa comunista, lá na Coreia do Norte
19		não tem burguesia, se muda pra lá, todo mundo
20		é igual. Tudo POBRE. Seu animal.

Vimos que o termo *stance* se refere à postura exibida pelo falante na interação, isto é, o modo como o falante, durante uma conversa, se apresenta publicamente em relação a um objeto, pessoa, enunciado, situação etc., de forma a julgá-lo. É isso que Daniel faz ao iniciar a conversa virtual expondo publicamente a sua postura afiliativa de concordância com a avaliação da prática policial feita pelo Jornal. Ao se afiliar à ação produzida pelo AND, Daniel desafilía-se dos que já postaram anteriormente comentários de discordância, avaliando positivamente a ação policial.

Nesse primeiro turno, portanto, Daniel exhibe tanto uma postura afetiva negativa, quanto uma postura epistêmica, por trazer evidências daquilo que sabe e de como veio a saber. Essa postura se manifesta, inicialmente, pelo grau de certeza com que defende sua posição: “O braço armado do Estado sempre aniquilando a vida dos mais pobres e mais pretos” (l. 01,02). O uso da formulação extrema (Pomerantz, 1986) aponta para a reivindicação de um *status* epistêmico projetado por seus conhecimentos da história do Brasil: “Essa guerra existe desde 1809. Antes era Guarda real, hoje é guarda da burguesia” (l. 07,09).

O mesmo sentimento de indignação exposto pelo Jornal orienta a fala de Daniel. Sua postura afetiva é visível na escolha do verbo “aniquilar”, como

⁹Decidimos excluir as linhas 10 a 17, pois nas linhas 10 e 11 o usuário que havia feito um comentário logo após o de Daniel decidiu por apagá-lo, mas antes que isso fosse feito, Daniel teve a chance de ler e responder tal comentário (l. 12, 17). Justificamos, nesse ponto, que não analisaremos as linhas 10-17, pois nosso foco são sequências em que as duas partes de uma ação estejam visíveis.

definidor de uma prática policial discriminativa: “O braço armado do Estado sempre aniquilando a vida dos mais pobres e mais pretos” (l. 01, 02).

É, a partir dessa base de conhecimentos teóricos, que Daniel exibe a uma postura afetiva de indignação com a ação policial e inferiorização dos que aprovam essa ação e da sociedade como um todo. A postura afetiva é manifesta por um processo de categorização envolvendo escolhas lexicais associadas a falta de conhecimento. A inferiorização dos discordantes é manifesta pela fala impolida de Daniel lançando mão de um xingamento: idiota, isto é, as pessoas, carentes de inteligência/ignorantes/tolos/estúpidos, como registrados nos dicionários. A sociedade é categorizada (l. 03,05) como burra e preconceituosa. Some-se a esses, atributos morais negativos, como doente e egoísta. Nesse sentido, a postura afetiva também serve para a construção do desequilíbrio epistêmico.

Em seguida, Daniel assume o papel de animador (Goffman, 1982) da fala do deputado Marcelo Freixo¹⁰ oficializando um conhecimento de senso comum aceito por parte da sociedade: dignidade tem CEP (l. 05, 07). A implicação do discurso relatado não só ilustra a discriminação feita pelos policiais, mas também acusa os policiais de um desvio em termos do que sua postura deontica obriga: proteger todos os cidadãos sem julgamentos por raça, classe, local de moradia etc. Como evidência desse desvio de conduta, Daniel faz uma afirmação, reconhecida por parte da sociedade: “matar um pobre não dá nada” (l. 06, 07). Pretos, pardos e pobres que vivem em comunidades são sempre suspeitos e alvos de violência policial.

Vemos, portanto, que as manifestações de postura epistêmica e afetiva que delinearam o registro público impolido de Daniel ao longo do seu primeiro turno, têm consequências para a trajetória da interação. Como lembra Du Bois (2007), uma vez que os falantes estão interagindo uns com os outros, é de se esperar que reajam ao que foi dito, em alinhamento ou não com o que o interlocutor disse.

E é o que vemos na ação responsiva de Flavio. Ele abre seu turno (a SPP) dirigindo-se ao seu interlocutor de modo marcado (+Daniel¹¹). Em tom irônico

¹⁰ Twitter Marcelo Freixo <https://twitter.com/marcelofreixo/status/780251720895045632> Acessado em 10 de abril de 2020

¹¹ Esse tipo de marcação “+nome do usuário” é um recurso opcional disponibilizado pelo YouTube até o momento da coleta desses dados.

cumprimenta Daniel para, em seguida, categorizá-lo como comunista: “+Daniel Boa comunista” (l. 18).

Nesse contexto, a categorização de Daniel como comunista é realizada como ação ofensiva (Oliveira, Valente, Ron-Rén, 2020), isto é, vinculada a predicados negativos, como será mostrado adiante: “+Daniel Boa comunista” Segundo Watson (1983) as categorias não estão ligadas apenas a ações, mas também a conhecimentos, crenças, valores, direitos, deveres etc., isto é, podemos entender também que a relação categoria/predicados pode estar entrelaçada com a ordem moral (Jayyusi, 2015; 1991). Aqui a categoria comunista é vista como moralmente negativa.

Daniel também é categorizado com um *outsider*, isto é, alguém que não deveria estar no Brasil, deveria procurar um lugar que estivesse alinhado com o que Flavio supõe ser a ideologia de um comunista: “Lá na Coreia do Norte não tem burguesia. Se muda pra lá, todo mundo é igual. Tudo POBRE” e fecha o turno, exibindo atitude de reprovação por meio de um xingamento que indexa falta de racionalidade: “Seu animal” (l. 19, 20).

Como se vê, a postagem de Daniel promoveu engajamento mais inflamado de Flávio. Sua postura afetiva é manifestada por ataques pessoais. Flávio também reivindica uma postura deôntica achando-se no direito de recomendar que Daniel vá para a Coreia. Tal recomendação tem por base um provérbio de senso comum: “os incomodados que se mudem”. Um silogismo equivocados é construído: se você quer igualdade social vá para a Coreia do Norte, descrita equivocadamente como um lugar só de pobre: “Tudo POBRE” (l.18, 20).

Excerto 2: A segunda sequência

21	Daniel	Coreia do Norte todo mundo pobre??? Ta vendo
22		muita Globo News ou lendo muita notícia no
23		Sputnik. Por que o argumento de vocês
24		reacionários é sempre o mesmo... Vai morar
25		lá, então vende tudo seu... Uma leitura
26		básica em qualquer obra do Marx, Engels,
27		Trotsky ou Lenin já acabaria com a ignorância
28		de vocês. Que apego ao capitalismo vocês tem.
29		Não conseguem enxergar fora da caixinha. Da
30		uma lida cara, para de seguir a manada, tente
31		argumentar com algum embasamento teórico.

Assim como a postura afetiva de Daniel teve consequências para um design mais agressivo na realização de sua ação responsiva, a postura epistêmica de Flavio marcada por K-, tem como consequência a coconstrução de um desequilíbrio epistêmico entre os usuários.

Daniel inicia a sua tréplica, com uma interrogativa de polaridade invertida (Koshik, 2005): “Coreia do Norte todo mundo pobre???” (l. 21). A pergunta não pede uma informação, ela afirma que o outro não tem conhecimento sobre a sociedade na Coreia do Norte, isto é, ela aponta para um erro de conhecimento. Mantendo o tom irônico, Daniel oferece uma explicação para o seu desconhecimento dos fatos: a natureza das fontes de conhecimento que sustentam sua fala: “Ta vendo muita Globo News ou lendo muita notícia no Sputnik” (l. 21, 23). Como vemos, a batalha epistêmica é um processo totalmente interacional e emergente e indexado por diferentes tipos de dispositivos.

Um dos dispositivos é a qualidade dos argumentos. Daniel inferioriza Flavio por invocar uma recomendação-chavão: “Vai morar lá, então vende tudo seu” (l. 24, 25). E por meio de outra interrogativa de polaridade invertida associa à categoria “reacionário” a falta de pensamento próprio e de argumentos: “Por que o argumento de vocês reacionários é sempre o mesmo... Vai morar lá, então vende tudo seu...” (l. 23, 25). Reivindicando o status deôntico de perito, especialista num determinado território de conhecimento, Daniel recomenda mais leitura de para fundamentar seu conhecimento sobre o comunismo: “Uma leitura básica em qualquer obra do Marx, Engels, Trotsky ou Lenin já acabaria com a ignorância de vocês” (l. 25, 28).

Ao categorizar Flavio como reacionário, Daniel realiza uma ação ofensiva uma vez que o predicado que ele associa a essa categoria é a de ignorante e de capitalista: “Que apego ao capitalismo vocês tem” (l.28). A exclamação de intensificação de surpresa tem como uma possível implicação a de que capitalistas não têm pensamento próprio: “Não conseguem enxergar fora da caixinha”, só reproduzem o que a massa pensa: “para de seguir a manada”, são pessoas sem conhecimento: “dá uma lida cara” e que, por isso, não estão capacitadas para um debate: “tente argumentar com algum embasamento teórico” (l.21,31).

Retomando Labov (1972), quando um indivíduo A solicita um indivíduo B a fazer X, é necessário que A tenha o direito de dizer a B para fazer X, para que o comando seja entendido como válido. No entanto, como afirmam Stevanovic, Peräkylä (2014, p.191), “falantes altamente autorizados raramente precisam comandar, enquanto os falantes com pouca autoridade às vezes podem tentar inflar a autoridade deles com diretrizes mais assertivas”. Indivíduos que realmente possuem o legítimo poder de exercer o direito de determinar as ações futuras de outros indivíduos, podem recorrer menos a modelos mais assertivos de turnos.

No caso de Daniel, não há evidências de que ele possua o suposto¹² *status* e postura deôntica reivindicado. Mas ele lança mão de desenhos de turnos de fala que projetam uma postura deôntica aumentam a legitimidade do direito reivindicado em certo domínio que apontam para a reivindicação de um suposto *status* e postura deôntica. Projetando-se como autoridade no assunto, ele reivindica o direito de fazer recomendações de natureza epistêmica – as leituras – (l. 25, 26 e 30), inferiorizando seu interlocutor.

Se no início da interação, a disputa era sobre quem estava certo ou errado em termos de suas avaliações sobre a prática policial, o que vemos neste momento da interação é que a disputa agora é de quem tem mais conhecimento. De forma geral, os falantes estão em constante ajuste de suas posturas epistêmicas em relação uns aos outros. Esse constante ajuste foi chamado por Heritage (2012b, p. 45) de “gangorra K + / K-”.

Há, de um modo geral, uma busca de consenso sobre como a informação é distribuída entre os participantes de uma interação (Hayano, 2013, p.31). Nas sequências avaliativas, isso implica um consenso sobre quem tem a maior autoridade epistêmica para julgar aquilo ou quem está sendo avaliado. No caso dessa sequência de excertos, a não congruência ocorre, porque as posturas epistêmicas dos usuários são incompatíveis entre si, pois ambos reivindicam a postura de K+.

É o que se pode observar no excerto 3. Flávio tenta trocar de posição na gangorra, reivindicando a postura de K+ sobre questões de natureza ideológica.

¹² Por não conhecermos o indivíduo em questão, não podemos afirmar com certeza que ele realmente possui o *status* que projeta na interação.

Excerto 3

32 Flávio +Daniel Quer um fato? 100 milhões de mortos na
33 conta do Marx. Basta ler os livros de história
34 para comprovar que o marxismo-comunismo só
35 trouxe destruição para sociedade. Exemplo
36 mesmo é o próprio Brasil, após os vermelhinhos
37 entrarem no poder começou a desabar o país. E
38 a Coreia do Norte que ameaça ser aniquilada
39 pela OTAN.

40 Daniel kkkkkk... Na conta do Marx. Em alguma obra ele
41 ordena execução ou algo do tipo??? Marxismo-
42 comunismo??? O que é isso? Os vermelhinhos que
43 entraram no poder são os PTistas??? PT não tem
44 nada, absolutamente nada de comunista. É um
45 partido tão burguês quanto o PSDB. Quantos o
46 capitalismo mata de fome por dia? Quantos
47 morrem na África de desnutrição por dia??? É
48 uma morte indireta, por isso você não enxerga.

Flávio inicia sua ação responsiva com uma interrogativa retórica que desafia a reivindicação de K+ de Daniel. O *design* de seu turno é marcado por aparentes evidenciais de prova. Ele anuncia que vai apresentar um fato e introduz números sobre o poder destrutivo do comunismo: “Quer um fato? 100 milhões de mortos na conta do Marx” (l. 32, 33). No entanto, mais uma vez, esse conhecimento é embasado de forma precária, porque é sem precisão: “Basta ler os livros de história para comprovar que o marxismo-comunismo só trouxe destruição para sociedade” (l. 33, 35).

A ação iniciada por Daniel mantém a discussão no âmbito da episteme. Novamente de modo irônico, Daniel inferioriza Flávio, com manifestações de riso: “kkkkkk... Na conta do Marx” (l. 40). A seguir, como um professor, testa o conhecimento de Flávio, com o objetivo de afirmar mais uma vez seu desconhecimento: “Em alguma obra ele ordena execução ou algo do tipo???” (l. 40, 41). Mais uma vez também recorre a uma interrogativa para apontar um erro de definição: “Marxismo-comunismo??? O que é isso?” (l. 41, 42). Na mesma linha, introduz outra interrogativa para apontar outro erro de definição: “Os vermelhinhos que entraram no poder são os PTistas???” (l.40, 43). Por meio de uma formulação extrema, nega a veracidade da afirmação feita: “o PT não tem nada, absolutamente nada de comunista. É um partido tão burguês quanto o PSDB” (l.43, 45). Daniel fecha o turno ratificando a posição inferior de Flávio na gangorra epistêmica, por meio de

perguntas retóricas que apontam para a falta de conhecimento de Flávio: “Quantos o capitalismo mata de fome por dia? Quantos morrem na África de desnutrição por dia???” (l. 45, 47). E conclui, reafirmando que pessoas como Flávio gozam de uma cegueira intelectual que os impede de ver a realidade.

Em todos os seus questionamentos, Daniel desafia e nega a veracidade das afirmações de Flávio ao tentar mudar a sua posição na gangorra epistêmica. Diferentemente de Flávio, Daniel não apela para os xingamentos, mas sua postura afetiva é de se apresentar como o desalmado, em termos goffmanianos (Goffman, 1959): aquele que não tem pena de deixar o outro com a cara no chão.

Excerto 4

49	Flávio	Não vou discutir com você sobre isso. Se
50		você não sabe(não acredita) que o PT é
51		marxista e que o Karl Marx incitava
52		terrorismo e genocídio, você não merece ser
53		levado à sério.
54	Daniel	kkkkkkkkkkkkkk... PT marxista??? Me de um
55		feito do PT que corrobore com essa sua
56		hipótese!!! Marx incitava terrorismo e
57		genocídio??? Certamente você nunca leu nem
58		o manifesto comunista que tem 33 páginas.
59		Cara, pare de ser bitolado, vá ler, estudar.
60		.. Ta na moda ficar falando um monte de merda
61		na internet. Porra, ser contra o socialismo
62		não é o caso. O seu problema é que você é
63		contra qualquer coisa que não seja fruto do
64		sistema capitalista. Esse comportamento
65		infelizmente é normal. 99% das pessoas que
66		criticam o comunismo da forma que você
67		criticou, nunca leram porra nenhuma sobre.
68		PT comunista??? Faça me o favor. Vá estudar
69		e pare de vomitar essas merdas que o imbecil
70		do Lobão e do Olavo de Carvalho falam!

Em sua ação responsiva, Flávio inicia anunciando sua desistência da batalha epistêmica: “Não vou discutir com você sobre isso”. E apresenta como um *account* um enquadre da veracidade do conhecimento como uma questão de fé: “Se você não sabe (não acredita) que o PT é marxista e que o Karl Marx

incitava terrorismo e genocídio, você não merece ser levado à sério” (l. 49, 53).

Daniel ignora o anúncio da desistência e, em sua ação responsiva, prossegue com o trabalho de expor publicamente a falta de conhecimento de Flávio. A postura afetiva de deboche é mantida não só pelo riso, mas também pela repetição das afirmativas equivocadas formuladas como interrogativas de espanto: “kkkkkkkkkkkkkkkk... PT marxista??? Me de um feito do PT que corrobore com essa sua hipótese!!! Marx incitava terrorismo e genocídio???” (l. 54, 57). As ameaças à face de Flávio emergem também no *account* oferecido para justificar a falta de conhecimento de seu interlocutor. Marcada por alto grau de certeza, Daniel afirma: “Certamente você nunca leu nem o manifesto comunista que tem 33 páginas” (l. 57, 58)

Ao mostrar conhecimento sobre o manifesto comunista, Daniel atribui a si um status deôntico de especialista no assunto, em função do que sabe e das fontes confiáveis onde adquiriu seus conhecimentos. Fica claro, portanto, que a postura epistêmica esteve relacionada à postura afetiva e deôntica exibida por Daniel.

É nessa linha que ele faz mais uma vez recomendações e categoriza o interlocutor como um indivíduo limitado, que só diz bobagem: “Cara, pare de ser bitolado, vá ler, estudar. Ta na moda ficar falando um monte de merda na internet” (l. 59, 61). Daniel não marca somente a falta de conhecimento de Flávio (K-), mas também a vantagem epistêmica ao se projetar como aquele que sabe mais K+ e que tem um tipo de conhecimento reconhecido como legítimo. E é com base na oposição conhecimento teoricamente fundamentado x conhecimento de senso comum equivocado, que a batalha se sustenta. Para Daniel, as críticas ao comunismo se devem ao tipo de conhecimento que embasa as afirmações feitas: conhecimentos de senso comum equivocados, mas que, repetidos, são entendidos como verdade: “99% das pessoas que criticam o comunismo da forma que você criticou, nunca leram porra nenhuma sobre.” (l. 65, 67). E fecha o turno reiterando publicamente alguns dos erros de conhecimento que são vistos como mais absurdos e que só podem ser corrigidos com muita leitura: “PT comunista??? Faça me o favor. Vá estudar e pare de vomitar essas merdas que o imbecil do Lobão e do Olavo de Carvalho falam!” (l.68, 70).

Conforme observado, a batalha epistêmica é alimentada pelo desequilíbrio epistêmico, mas também reivindicação de uma postura deontica e de afeto negativo inseridas em um discurso impolido pautado em sarcasmo, desprezo, xingamento, ridicularizações etc. (Bousfield, 2008). Num ambiente polarizado, não há esforços para buscar um certo equilíbrio epistêmico. Não existe assim ponto de congruência, isto é, a cada *round* os usuários de afastam ainda mais um do outro. Os recursos mobilizados no *design* de cada ação realizada inflamam a disputa. Os que exibem K+ se veem no direito de fazer recomendações, como se tivessem um status deontico reconhecido. Quanto à postura afetiva, os que exibem K- são mais diretos nos ataques pessoais. Já os que exibem K+ são mais indiretos, mas não menos ameaçadores à face dos que deles discordam. Não existe um ponto de congruência, a cada *round* os usuários se afastam ainda mais um do outro.

6.2.

O caso “RJ: PM promove violento despejo contra famílias que ocupavam prédio de Eike Batista”

Notícia:

“Jornal A Nova Democracia — Na madrugada do dia 13 para o dia 14 de abril, a PM do Rio de Janeiro foi ao bairro do Flamengo, zona sul da cidade, para cumprir uma ordem de despejo contra 150 famílias que ocupavam um prédio de propriedade do empresário e canastrão, Eike Batista. As famílias já haviam sido despejadas há um mês atrás de um terreno da CEDAE na região portuária. Depois de quase duas semanas vivendo nas ruas do Centro, os desabrigados decidiram ocupar o edifício abandonado.

Segundo denúncias dos ocupantes, logo que chegaram, policiais ameaçaram atear fogo ao prédio com as famílias dentro. Muito nervosa, uma mulher grávida de seis meses foi ao banheiro e acabou gerando seu filho ali mesmo, em um vaso sanitário. PMs se recusaram a ajudar mãe e filho e só mudaram de ideia quando uma cadeira foi arremessada de dentro da ocupação contra uma viatura de polícia. A mãe foi separada de seu filho e ambos foram levados para a UPA de Botafogo. Nesse momento, os dois se encontram internados no hospital Miguel Couto e o bebê segue vivo respirando com a ajuda de aparelhos.

Moradores rejeitaram a sugestão de representantes da prefeitura de irem para um abrigo em Santa Cruz. No entanto, diante do enorme aparato policial, as famílias aceitaram sair pacificamente. Na saída, colchões foram incendiados dentro do prédio e o filho de uma mulher ficou preso dentro do edifício em meio ao fogo. O desespero da mãe e de pessoas que saíram em sua defesa foi a senha para que a polícia, covardemente, disparasse spray de pimenta contra mulheres, idosos e crianças de colo. Além da agressão, vários desabrigados acabaram presos por resistir à violência da polícia”.

O vídeo registra a ação policial durante a evacuação do prédio de Eike Batista, que havia sido ocupado por famílias de sem-teto. Dado que o caso rendeu grande número de postagens, distribuimos algumas sequências de postagens sustentadas por conhecimentos de senso comum que geraram ações responsivas de acordo e desacordo. O vídeo tem a duração de aproximadamente cinco minutos e possui 14.438 visualizações até o momento de produção desta pesquisa. Apesar de postado em 2015, o vídeo recebeu há dois anos seu último e, no momento de produção dessa pesquisa, possui 74 comentários no total.

6.2.1.

Sequência 1 - trocas entre Fábio e Márcio

As trocas aqui contempladas tornam mais evidente a variação nas opiniões do que é certo ou errado. As asserções de verdade se dão a partir de diferentes julgamentos formados a partir de diferentes experiências, o que implica orientação para diferentes repertórios de senso comum.

Excerto 1

01	Fábio	Parabens a policia!
02	Márcio	+Fábio ???? por jogar spray de pimenta num
03		bebe ??
04	Fábio	por chocar' spray de pimenta.....assista o
05		video com atencao...se o predio nao é deles
06		: VAZA MERMAO! a pediu pra sair, e nao
07		saiu...paciencia, culpa de qm ficou pra ver.
08	Márcio	se o ''predio'' esta vazio e melhor fica nele
09		do que na rua e assista você o ''video'' com
10		''atencao''

A interação se inicia com a aprovação de Fábio para com a atuação da polícia. Em uma ação responsiva, em que Fábio é marcado, Márcio de modo irônico, usa uma interrogativa de polaridade invertida para apontar o absurdo da aprovação: “por jogar spray de pimenta num bebe?” (l. 02,03). A interrogativa aponta indiretamente um argumento de natureza moral inquestionável

(não se fere uma criança). Jogar *spray* de pimenta em um bebê é uma ação reprovável.

Em sua tréplica, Fábio coloca em contraste o argumento moral levantando um de natureza constitucional: o direito à propriedade: “se o predio nao é deles: VAZA MERMAO!” (l. 05, 06) e logo adiante para outro argumento de natureza legal: as obrigações parentais de proteção da criança “e a pediu pra sair, e nao saiu...paciencia, culpa de qm ficou pra ver” (l. 06, 07).

A batalha epistêmica, então, é deslocada para o terreno de conhecimento do Direito Constitucional. Márcio assume uma visão, também defendida por alguns juristas, de que a lei deve ser seguida “ao pé da letra”. Já Fábio assume a posição de outros juristas que defendem uma posição interpretativista da lei, entendendo que, em determinadas circunstâncias, o que é ilegal pode ser interpretado, ao menos, como justo.

Independente do conhecimento dos usuários sobre esse debate, fica claro que dois repertórios de conhecimento de senso comum estão em operação. Márcio manifesta postura de K+ ao introduzir um argumento que leva em conta o contexto da invasão: se o ‘predio’ esta vazio e melhor fica nele do que na rua” (l. 08, 10). Mostra-se, portanto, sensível à grande desigualdade social no país e à falta de políticas de habitação. Traz um fato que implica o entendimento de que o ilegal pode ser justo.

Excerto 2

11	Fábio	a pm ta certa, nao existem argumentosnao
12		tem o q falar contra.
13	Márcio	A pm nunca esta certa
14	Fábio	o bandido q ta entao? meu deus do ceu esse
15		brasil ja era msm.....
16	Márcio	a pm esta certa enque? eu vi foi vários
17		ignorantes fardados e armados maltrataram
18		idosas, mulheres e crianças pobres por que eu
19		nunca vi a pm (Pau Mandados) irem la em
20		Brasilia no Lago Paranoá expulsarem aquelas
21		''pessoas''

Fábio busca fechar a sequência expressando uma opinião subjetiva, sem sustentação, apesar do grau de certeza manifesto pela formulação extrema

(Pomerantz, 1986): “a pm ta certa, nao existem argumentosnao tem o q falar contra” (l. 11, 12). Essa interpretação invoca novamente a postura deontica da polícia: fazer cumprir a lei, no caso o direito à propriedade. Quem não obedece, merece punição.

Em sua ação responsiva “A pm nunca esta certa” (l. 13), Márcio apela também para uma formulação extrema, sem apresentar argumentos, o que leva Fábio a tirar uma dedução falsa: “o bandido q ta entao?” (l. 14). Vê-se aí que os invasores são categorizados como bandidos, o que leva Fábio a manifestar um sentimento de desesperança: “meu deus do ceu esse brasil ja era msm.....” (l. 14, 15).

Somente na linha 16, Márcio cobra de Fábio um argumento para justificar sua avaliação positiva da ação policial: “a pm esta certa enque?” (l. 16). Fábio foge da resposta, usando o vídeo como evidência, descreve a cena registrada de modo a categorizar a polícia como o único bandido: “eu vi foi vários ignorantes fardados e armados maltrataram idosos, mulheres e crianças pobres” (l. 16-18). Márcio categoriza a polícia também como instrumento do Estado que só serve àqueles que estão no poder “por que eu nunca vi a pm (Pau Mandados) irem la em Brasilia no Lago Paranoá expulsarem aquelas ' 'pessoas' '” (l. 18, 21). Ao apresentar fatos reconhecidos no senso comum como verdadeiros, Márcio exibe uma postura de K+.

Excerto 3

22	Fábio	pm de parabens! cumprindo ordem! o povo quiz
23		ficar pra ver....tomou.
24	Márcio	e os argumentos ?????????? me prova que a PM
25		estava certa ????. A PM só reprime e mata
26	Fábio	argumentar com quem caralhos é tu? ..pm
27		certa!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!
28		pm certa!!! taki meu argumento! quem pagar pra
29		ver,. verá.;...o cara ficou com criança pra
30		assistir!!! culpa dele!
31	Márcio	ou seja sem argumentos kkkkkkk quanta
32		ignorância

No excerto 3, mais uma vez, Fábio exibe uma postura de K-, repetindo sua fala inicial de orientação legal: “pm de parabens! cumprindo ordem! o povo quiz ficar pra ver....tomou.” (l. 22, 23). Isso leva Márcio a exigir evidências

para a avaliação feita: “e os argumentos ????????? me prova que a PM estava certa ???” e fecha o turno também como uma generalização: “A PM só reprime e mata” (l. 24, 25).

A batalha epistêmica mais clara nas ações de Fábio de recusa a prestar contas para alguém que não detém um status deontico que justifique os comandos feitos: “argumentar com quem caralhos é tu?” (l. 26) e num tom de um discurso impolido e irônico enquadra enfaticamente como argumento o princípio da punição aos que não respeitam a lei: “taki meu argumento! quem pagar pra ver, . verá. Com base nesse princípio, desresponsabiliza a polícia e responsabiliza o país pelos danos causados à criança: .;.o cara ficou com criança pra assistir!!! culpa dele!” (l. 28, 30).

Márcio, em sua ação responsiva, enquadra o argumento legal repetido como falta de argumento “ou seja sem argumentos” (l. 31) e, numa atitude de deboche, expressa gargalhadas (letras K seguidas), provocadas pelo que categorizou como demonstrações de ignorância (l. 31).

Excerto 4

33	Fábio	kkkkkkkkkkkkkkkk eu do replay e me mato de rir
34		com esse video mto bom! pm de parabens!
35	Márcio	Nossa cara como tu é ignorante
36	Fábio	eu q fico esperando a pm com criança no colo ?
37		eu q vejo uma tropa de choque vindo pra bater,
38		e tento conversar?acorda zé!
39	Márcio	tu ta na tua casa vem a PMerda e tu vai deixa
40		os teus filho la e tu tem razão a tropa de
41		choque só serve pra agredir mais nada. A PM e
42		vergonha do Brasil

Fábio responde com uma provocação: “kkkkkkkkkkkkkkkk eu do replay e me mato de rir com esse vídeo”. O deboche de Fábio está na categorização da cena como uma comédia e na repetição de sua aprovação da atuação policial (l. 33, 34). A reação de Márcio é o ataque pessoal, em formato direto, ao categorizar o interlocutor como ignorante “Nossa cara como tu é ignorante” (l. 35). Ignorante aqui abre, pelo menos, duas possibilidades de entendimento: sem

conhecimento e sem compaixão. Se a primeira opção inferioriza o outro, a segunda o desumaniza.

Fábio exhibe o entendimento de uma acusação moral e, por meio de perguntas retóricas desresponsabiliza-se: “eu q fico esperando a pm com criança no colo ? eu q vejo uma tropa de choque vindo pra bater, e tento conversar?”, e encerra o turno categorizando Márcio como alguém que não vê “a realidade”: “acorda zé!” (1.36, 38). Num movimento de contra-ataque, Márcio conclui que Fábio apenas confirmou sua tese: “tu tem razão a tropa de choque só serve pra agredir mais nada” (1.40, 41).

6.2.2.

Sequência 2: A postagem de Alexandre

Excerto 1

01	Alexandre	Meu deus do céu, devo estar sonhando !
02		Para todas essas pobres pessoas sofridas
03		e coitadinhos que querem mole segue minha
04		resposta : Que tal ir arrumar um trabalho
05		? Que tal já que não tem renda para pagar
06		um aluguel onde morava, procurar uma
07		imóvel na região metropolitana onde com
08		certeza sera mais em conta ? Que tal parar
09		de pensar que vossas pessoas tem direito
10		de exigir moradia onde querem ou mesmo de
11		invadir propriedades que não vos pertence
12		? Que tal tomar uma rumo em vossa vida e
13		fazer o que todo trabalhador ou pessoa de
14		bem quer , acordar cedo de manha e crescer
15		com ser humano ? Não , graças a imbecis e
16		cretinos esquerdista com esse jornal ou
17		mesmo, esses merdas de direitos humanos ,
18		vocês se acham sim no direito de tudo ,
19		sem contrapartida alguma, acham que o
20		governo ou a sociedade vos devem alguma
21		coisa, continuem vivendo com vosso bolsa
22		família de merda, usando entorpecente até
23		não querer mais e ficam reclamando de tudo
24		!!! Esse é uma grande parte do povozinho
25		carioca !!! Sou um pai de 3 filhos vindo
26		de família pobre, estudei, levo 2h30 para
27		chegar até meu local de trabalho, me
28		orgulho de ser uma pessoa honesta que não
29		deve absolutamente nada a ninguém e nunca
30		pediu um copo de arroz ao governo !!!!

Alexandre, inicia seu longo turno, com uma exclamativa que manifesta postura afetiva de satisfação diante da ação virulenta da polícia na evacuação: “Meu deus do céu, devo estar sonhando!” (l.01). Em seguida anuncia uma prestação de contas para justificar seu prazer, anunciando uma resposta às famílias, categorizadas, ironicamente, como “pobres pessoas sofridas e coitadinhos que querem mole” (l. 02, 03).

Em seguida, Alexandre produz uma série de interrogativas que categorizam aquelas pessoas como vagabundos (i) Que tal ir arrumar um trabalho ? como aproveitadores (ii) Que tal já que não tem renda para pagar um aluguel onde morava, procurar uma imóvel na região metropolitana onde com certeza sera mais em conta ? como egoístas e criminosos (iii) Que tal parar de pensar que vossas pessoas tem direito de exigir moradia onde querem ou mesmo de invadir propriedades que não vos pertence ? como pessoas que não são de bem porque não são trabalhadores (iv) Que tal tomar uma rumo em vossa vida e fazer o que todo trabalhador ou pessoa de bem quer , acordar cedo de manha e crescer com ser humano ? (l. 04, 15)

Como se pode ver, a opinião de aprovação da ação policial não se faz com base em argumentos, mas em ataques pessoais que revelam opiniões formadas a partir da experiência pessoal: “Sou um pai de 3 filhos vindo de família pobre, estudei, levo 2h30 para chegar até meu local de trabalho, me orgulho de ser uma pessoa honesta que não deve absolutamente nada.” (l. 25, 29).

Dessa história de vida, Alexandre conclui que (i) todos que vêm de família pobre podem superar obstáculos; (ii) superar obstáculos exige sacrifício; (iii) a honra está na honestidade e na responsabilidade pela sua história de vida. Ao recorrer a esse tipo de conhecimento de senso comum, Alexandre exhibe uma postura de K- porque revela o desconhecimento da complexidade da vida social e toma a sua história de vida como padrão. Sua postagem são simples opiniões.

Outro repertório de senso comum é invocado por Alexandre quando oferece uma resposta negativa aos seus próprios questionamentos “Não” (l. 15) e, num *account*, responsabiliza esquerdistas e defensores dos direitos humanos pela invasão: “graças a imbecis e cretinos esquerdista com esse jornal ou

mesmo, esses merdas de direitos humanos” (l. 15, 17). É, nessa linha, que ele categoriza as famílias como aproveitadoras “se acham sim no direito de tudo, sem contrapartida alguma, acham que o governo ou a sociedade vos devem alguma coisa, continuem vivendo com vosso bolsa família de merda, usando entorpecente até não querer mais e ficam reclamando de tudo !!!” (l. 18, 23).

A postura de K- não se manifesta apenas nos preconceitos, mas também no desconhecimento dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, especificamente:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

A postura afetiva negativa exibida por Alexandre motivou ações responsivas tanto de acordo quanto de desacordo.

Excerto 2 – Ação responsiva de desacordo com a postagem de Alexandre

31	Márcio	+Alexandre se ta difícil pra uma pessoa
32		que tem ensino médio e fundamental
33		completo achar um emprego imagina pra quem
34		não tem

Marcando Alexandre em sua resposta (+Alexandre), Márcio questiona, de modo moderado, a interpretação postada. Exibindo uma postura de K+, Márcio introduz informações factuais objetivas como argumento de discordância (l. 31, 34). Em sua fala, Márcio exhibe uma postura de K+ ao ver a realidade dos sem-teto de modo situado. Uma condição básica para obter trabalho é o grau de escolaridade. E, num tempo de poucas oportunidades de trabalho, faltam postos de trabalho até para os que têm estudo. Sem conhecimento suficiente, os julgamentos são apressados e equivocados.

Excerto 3 – Ação responsiva de acordo com a postagem de Alexandre

(José 1 ano depois)

34 José PORRA ALEXANDRE CARALHO. OBRIGADO POR
35 VOCE EXISTIR..... SE TODOS
36 FOSSEM IGUAL AGENTE ESSE BRASIL MUDARIA.
37 Violento ? PORRA, eu pago um
38 financiamento de 20 anos para caixa
39 econômica, pago IPTU, água, luz ,
40 telefone, moro a 2hs da capital e esses
41 invasores querendo moradia de graça,
42 gatinho de água, saúde com qualidade no
43 SUS, no pam , sem colaborar com nenhum
44 centavo e morar a 15 minutos do centro
45 da cidade ? Ta zuando né. Tinha que matar
46 uns 50. So assim meu ódio ia estancar.
47 Esses favelados do caralho. Além dessas
48 porras não pagarem contas, recebem
49 bolsas do governo e ainda.tem o risco de
50 receber apto com quartos em condomínios
51 de programas habitacionais. Aqui quem se
52 fode somos nos que pagamos. Não tive
53 nada. Motivei todas as minhas.conquistas
54 com muito trabalho.. Um homem cheio de
55 filhos desempregado, uma porrada de
56 mulher falando igual a bandido.
57 POLICIAIS PARABENS.

José, em sua ação responsiva, aprova enfaticamente (uso de letra maiúscula) a postagem de Alexandre como representante dos seus sentimentos e crenças: “PORRA ALEXANDRE CARALHO. OBRIGADO POR VOCE EXISTIR..... SE TODOS FOSSEM IGUAL AGENTE ESSE BRASIL MUDARIA” (l. 34, 36). A partir de uma evidência insuficiente - em sua história de vida – conclui que os sem-teto têm essa vida porque querem: “PORRA, eu pago um financiamento de 20 anos para caixa econômica, pago IPTU, água, luz, telefone, moro a 2hs da capital” (l. 37, 40) “Não tive nada. Motivei todas as minhas.conquistas com muito trabalho” (l. 52, 54). Numa postura afetiva assumida explicitamente de raiva contra os que reprovam o uso de métodos letais pela polícia “Tinha que matar uns 50. So assim meu ódio ia estancar. Esses favelados do caralho” (l. 46, 47).

As razões para o ressentimento envolvem a percepção de que os sem-teto são os privilegiados e os pagantes são as vítimas: “Além dessas porras não pagarem contas, recebem bolsas do governo e ainda.tem o risco de receber apto com quartos em condomínios de programas habitacionais. Aqui quem se fode somos nos que pagamos” (l. 47, 52).

Outro contraste feito por José envolve outro conhecimento de natureza

preconceituosa: “Um homem cheio de filhos desempregado, uma porrada de mulher falando igual a bandido” (l. 54, 56). A descrição dos sem-teto exhibe desconhecimento do que leva um indivíduo à situação de rua, à falta de informações ou de recursos para prevenção de gravidez, a falta de trabalho. A categorização da fala das mulheres como de bandido aponta também para a perda do que se supõe ser típico da feminilidade.

A fala de José, portanto, não é sustentada por evidências, mas por conhecimentos preconceituosos e por sentimentos negativos. José se vê como Alexandre: um injustiçado.

Excerto 4 – Ação responsiva de desacordo com a postagem de José:

58	Manuel	se você não sabe seu burro e direito de
59		todos brasileiros ter direito a moradia ,
60		saúde , e educação isso e responsabilidade
61		do governo segundo a constituição
62		brasileira se ta na constituição e pros
63		safados dos políticos cumprir e não cumpre
64		estão matando brasileiros na covardia
65		colocando eles miséria , esse ano vai ser
66		muito difícil que O SENHOR JESUS TENHA
67		MISERICÓRDIA DO BRASIL.

Manuel inicia seu turno lançando mão de um discurso impolido categorizando José como burro, isto é, sem conhecimento os direitos assegurados pela Constituição brasileira. Reivindicando K+, aponta uma causa para o não cumprimento desse direito. Categorizando os políticos como safados, Manuel responsabiliza-os pelo desrespeito à Constituição e pela miséria em que se encontra o povo. E encerra o turno invocando a misericórdia divina.

6.3.

O caso “Flagrante: PM ataca em bares da Lapa após protesto 'Fora Temer’”

Notícia:

“Jornal A Nova Democracia: Pessoas bebiam em bares da Lapa após o protesto 'Fora Temer' no dia 18 de maio Centro do Rio, quando policiais, diante das vaias de quem passava pelo local, começaram a atirar bombas contra as pessoas dentro dos estabelecimentos. Intoxicados, muitos tiveram que receber a ajuda de socorristas que estavam no local”.

O vídeo postado no dia 19 de maio de 2017 registra uma ação policial no bairro da Lapa no Rio de Janeiro. O vídeo tem a duração de aproximadamente 2 minutos e possui 4.137 visualizações até o momento de produção desta pesquisa. O canal optou por desativar os comentários desse vídeo.

Excerto 1

01 João na verdade todos do governo tem que cair tambem o
02 pinguço pra vcs alienados kkkkkkkkkkk putis que
03 alienação vcs ganha quantos do PT kkkkkkkkkkkk depois
04 de falar a verdade vou ser banido do canal
05 kkkkkkkkkkkkkk depois vão ta falando que Hitler era de
06 direita kkkkkkkkkk

07 Iuri A Alemanha possui um documento oficial no museu do
08 nazismo que o classifica como um partido de extrema
09 direita e tu quer me convencer que tu e um bando de
10 analfabeto político tem mais propriedade pra
11 definir?? ahsuhsauhas, que ego hein?

12 João Iuri Mas se eu fosse um líder nazista eu diria que
13 sou de direita e democrático. são as atitude dele que
14 o defini não oque esta escrito ne um papel. e se vc
15 não sabe o regime nazista é coletivista como
16 socialismo o gorveno e que controlava tudo dez da
17 economia ate o individuou sendo facista. era mais
18 correto vc afirma extrema direita fascista.
19 analfabeto politico, veja mais seus videos de
20 socialista alienadores para vim debater. a antes que
21 me chame de facista, "socialismo é apenas um tropeço
22 do fascismo" ,me diga a diferença dos dois a pesquise
23 mesmo o q é ta kkk ;), pois não quero que seu tipo de
24 governo comunista tire meus bens privados e vire do
25 gorveno assaltante e não posso mais ter liberdade de
26 disser o que eu penço se for pra toma no cu não leve
27 todo mundo.

João inicia seu turno com uma formulação extrema (na verdade todos do governo tem que cair (l. 01). Apesar de à época o presidente Temer ser o

ocupante do cargo, João traz para a conversa o nome do ex-presidente Lula – categorizando-o como “pinguço” por um suposto vício em álcool. Observa-se, portanto, que João infere que quem se alinha ao Jornal, são os petistas, categorizados como alienados, isto é, pessoas alheias ao que está acontecendo na realidade, e vendidos, isto é, que recebem para fechar os olhos à realidade: “tambem o pinguço pra vcs alienados kkkkkkkkkkkk putis que alienação vcs ganha quantos do PT kkkkkkkkkkkkkk” (l. 01, 02).

Assumindo a postura de K+, João se autocategoriza como o porta-voz da verdade, o que implica a categorização dos outros porta-voz de mentiras, o que justificaria seu banimento do Canal: “depois de falar a verdade vou ser banido do canal kkkkkkkkkkkk” (l. 02, 04). Ainda em tom irônico, provoca os petistas lembrando o que categoriza como uma mentira: “depois vão ta falando que Hitler era de direita kkkkkkkkkk” (l. 05, 06).

A postura afetiva negativa manifestada no tom debochado e no uso das categorias vinculadas a predicados moralmente negativos tem consequências interacionais para o clima de conflito e para a introdução de um novo tópico: a ideologia o abandono do tópico em discussão: a cena policial registrada em vídeo.

É nessa linha que Iuri reage para explicitar a postura de K- do interlocutor. Invocando provas documentais (A Alemanha possui um documento oficial no museu do nazismo que o classifica como um partido de extrema direita (l. 01, 02). Iuri categoriza João e seus pares como alguém que não tem status epistêmico para fazer falar de nazismo, categorizando-o todos eles como analfabetos políticos: “e tu quer me convencer que tu e um bando de analfabeto político tem mais propriedade pra definir?? ahsuhsauhas, que ego hein?” (l. 09, 11).

A partir daí, João se engaja na batalha epistêmica, aberta por Iuri, fazendo uma tréplica, disputando o status epistêmico exibido por Iuri. O prêmio se limita ao prazer da vitória, pois, como veremos, ganhar a batalha nos implica chegar a um entendimento mútuo, independentemente de haver acordo ou não.

É, assim, que João em sua ação responsiva, tenta deslegitimar o conhecimento de Iuri, opondo verdades escritas a verdades amparadas em atitudes: “Iuri Mas se eu fosse um líder nazista eu diria que sou de direita

e democrático. são as atitudes dele que o defini não oque esta escrito ne um papel” (l. 12, 14).

A partir daí, João embarca na batalha epistêmica tentando mudar de posição na gangorra: de alguém que é visto como K- ele passa a reivindicar a postura de K+: “e se vc não sabe o regime nazista é coletivista como socialismo o gorveno e que controlava tudo dez da economia ate o individuou sendo facista” (l. 14, 17). Reivindicando status epistêmico, João “corrige “a formulação de Igor e o categoriza como alguém sem conhecimento (era mais correto vc afirma extrema direita fascista. analfabeto politico (l. 17, 18). Assumindo uma postura deontica justificada pelo status epistêmico reivindicado, João faz recomendações que apontam também para a superficialidade dos conhecimentos de Iuri: “veja mais seus videos de socialista alienadores para vim debater” (l. 19, 20).

Ainda em tom desafiador e debochado, busca desqualificar o grau de conhecimento do interlocutor, recomendando uma pesquisa para diferenciar sistemas ideológicos ““socialismo é apenas um tropeço do fascismo”, me diga a diferença dos dois a pesquise mesmo o q é ta kkk ;)” (l. 21, 22).

Daí em diante, João introduz informação que contradizem o status epistêmico reivindicado, uma vez que recorre a conhecimentos de um determinado repertório de senso comum que atribui a todos os sistemas de esquerda a perda de direitos sobre bens privados e sobre a livre expressão. Vê-se aqui que a categoria petista foi interpretada também como comunista: “pois não quero que seu tipo de governo comunista tire meus bens privados e vire do gorveno assaltante e não posso mais ter liberdade de disser o que eu penço” (l. 21, 22).

A postura afetiva de raiva fica mais explícita no modo como João fecha o turno utilizando uma expressão de baixo calão. Ali também se manifesta uma postura afetiva de medo que é alimentada por alguns repertórios de senso comum que associam esquerda a crenças e atividades destrutivas: “se for pra toma no cu não leve todo mundo” (l. 26, 27).

Como foi possível observar, os interagentes se diferenciam também pelo tipo de conhecimento. Enquanto Igor se apoia em fontes de conhecimento de natureza histórica e documental, João não traz evidência que sustentem sua afirmação. Ele só repete conhecimentos de um dado repertório de senso comum que se tornaram mais frequentes com o crescimento da extrema direita no mundo.

João simula *status* epistêmico para impor uma versão de verdade que carece de fundamento. E a postura afetiva exibida em sua postagem provocou mais interações, como veremos no próximo excerto.

No excerto 2, o usuário Marcelo entra na sequência da batalha, mas, por não marcar a quem está respondendo, favorece uma quebra de intersubjetividade.

Excerto 2

28	Marcelo	Larga de ser burro, moleque. A esquerda domina o estado alemão em todas os poderes. Todo estado existe pra uma coisa: tomar o que é dos outros. E só se mantém de pé escondendo os próprios vacilos e difundindo mentiras. Depois, museu de história tem compromisso ético de pesquisa com alguma coisa, ou está ali pra defender uma tese? Pau no teu cu, menino. Vai te fudê... Larga de ser tapado e manipulável.
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37	João	interpreta direito eu disse "os outros (comunistas) depois vão ta falando que Hitler era de direita" todos sabem que estado alemão era esquerda.
38		
39		
37	João	interpreta direito eu disse "os outros (comunistas) depois vão ta falando que Hitler era de direita" todos sabem que estado alemão era esquerda.
38		
39		
40	João	interpreta o texto direito antes de me ataca.
41	Iuri	Burro
42	Marcelo	João... Eu tô respondendo esse Iuri, fi...
43	Iuri	Burro
44	Marcelo	Mula

Marcelo abre seu comentário com um xingamento (burro) - que, no senso comum, é usado para designar pessoas de pouca inteligência ou de poucos

conhecimentos. A dificuldade de se reconhecer o endereçado continua, uma vez que Marcelo justifica a categorização de burro por meio de três generalizações (l. 29, 32): (i) o governo alemão é dominado pela esquerda; (ii) todo estado existe para tomar o que é dos outros; e (iii) todo estado se mantém porque esconde erros e difunde mentiras. A desambiguidade do endereçado só ocorre no fecho do comentário. O uso do elemento de coesão “depois”, sugere uma adição aos *accounts* que justificam o xingamento “burro”, quando Marcelo questiona a validade do argumento apresentado por Iuri para defender que o nazismo não é de esquerda. Esse entendimento de quem é o endereçado da resposta exige o entendimento do conteúdo da postagem, até porque o referente “menino”, inclui tanto João quanto Iuri, assim como o predicado tapado – pessoa ignorante, sem conhecimento – foi usado por João e por Iuri para categorizar um ao outro. Nas linhas 37-40, observamos uma quebra de entendimento sobre quem é o endereçado da mensagem de Marcelo. “Enfiando a carapuça”, João, tomando-se como o endereçado, pede que Marcelo interprete corretamente o texto antes de atacá-lo.

Imediatamente, Iuri volta à conversa não para responder a João, mas para recategorizá-lo: além de ele ser um analfabeto político, ele é uma pessoa sem capacidade para entender o que está sendo dito num comentário, logo, é um “burro”. Só após essa interrupção, Marcelo (l. 42) realiza uma ação responsiva a João, esclarecendo que ele se dirige a Iuri (o menino burro), o que leva Iuri a reiterar sua avaliação de João, na linha 43: “Burro”.

Em resposta a Iuri, Marcelo introduz outro xingamento (Mula), na tentativa de explicitar seu alinhamento a João. O bate-boca no domínio da episteme aumenta o tom conflituoso da batalha, sem deixar brecha para um entendimento, isto é, um ponto de congruência ou de guarda mais baixa em relação aos outros usuários.

No excerto 3 uma outra sequência da batalha epistêmica se inicia com João que responde aos xingamentos de Iuri por meio de uso ofensivo da categoria petista (Oliveira et al, 2020), por associar a essa categoria a atividade negativa: a destruição.

Excerto 3

45 João Iuri, seu petista em prol da destruição!

46 Iuri Petista? hsuhsauash. Quero mais é que o pt se
47 exploda, queime no inferno junto com todos os outros
48 partidos políticos e qualquer forma de governo. Só
49 fico indignado quando alguém fala uma burrice como
50 "Nazismo é de esquerda" ou "Pt é comunista", não
51 tem relação alguma com a realidade

52 Iuri O socialismo fez atrocidades? Sim e muitas. É
53 comparável com o imperialismo e as mazelas da
54 propriedade privada dos meios de produção? Não.
55 Qualquer um que ocupe uma posição de dominância
56 seja pela ordem política da hierarquia social
57 (sendo de direita ou esquerda) ou dominando os

Em sua ação responsiva, Iuri volta a utilizar uma pergunta retórica, seguida de risos, para apontar outro erro de interpretação “Petista? hsuhsauash” (l. 46), produzido por uma inferência equivocada: a de quem ataca a polícia é de esquerda, é petista. E introduz *accounts* para explicitar a falta de conhecimento exibida por João, já que ele, Iuri é apartidário e contra qualquer governo.

Com base nos *accounts* apresentados, podemos dizer que Iuri entra na conversa não por motivos ideológicos, mas por intolerância à ignorância, o que evidencia a seguir. Iuri desmascara o *status* epistêmico reivindicado por João, ao retomar a questão do nazismo de esquerda e PT comunista dizendo que ambas as ideias são reproduzidas por pessoas ignorantes (l. 50, 51). Ou seja, Iuri toma os comentários de João como incoerentes e o classifica como burro, isto é, como ignorante (K-).

Excerto 4

58 Marcelo Burro.

59 João O socialismo é a filosofia do fracasso, a crença
60 na ignorância, a pregação da inveja. Seu defeito
61 inerente é a distribuição igualitária da miséria.
62 seu comunista assassino cinico

63 João De quais acusações o PT é culpado? comunista de
64 bosta

65 João não imagina lula nem financio cuba comunista
66 assassino, vá estuda seu bosta vai fumar maconha.

67 João responde seu maconheiro agora sou
68 opresooooooooooooor!

Marcelo inicia o turno com um ataque pessoal, a categoria “burro” (l. 58), cujo uso se aplica pessoas tidas como sem conhecimento ou capacidade de raciocínio. João reage atacando não diretamente Marcelo, mas o que ele supõe identificar Marcelo: a ideologia socialista (l. 59), vista como uma ideologia que fracassou. Exibindo uma postura de K-, João não distingue socialismo de comunismo, o que o leva a categorizar Marcelo como comunista. O uso da categoria como ofensa decorre da invocação de conhecimentos de um repertório de senso comum que associa a essa categoria predicados negativos, como o de pessoas ignorantes, invejosas, assassinas e que defendem distribuição igualitária da pobreza (l.59, 62).

Mantendo o turno e dirigindo-se a Marcelo pela categoria “comunista de bosta”, João introduz uma interrogativa para reafirmar que as acusações feitas ao PT revelam os predicados negativos que ele acabou de associar à categoria comunista. E num erro de raciocínio, aproxima o governo petista ao cubano, e reivindica uma postura deôntica, ao recomendar leitura, como se fosse Marcelo aquele que tem K- (l. 63, 66).

Exibindo uma postura afetiva de irritação por ter respostas aos seus turnos, exige uma reação de Marcelo, recorrendo a uma categorização de valor moral, “maconheiro” (l.67) e, assumindo o lugar de opressor que, para ele, está relacionado a uma prática comunista, a da opressão. No excerto 5, Iuri volta à batalha epistêmica:

Excerto 5

69	Iuri	Crença na ignorância e pregação da inveja?
70		hsuhasusauhasushuusaashua. Tu é tipo um cego
71		tentando debater um quadro, não tem o mínimo de
72		conhecimento sobre o tema cara... Não curto o
73		comunismo pelo caráter ditatorial que utilizam
74		pra fazer a transição do fim do estado (que
75		acaba nunca chegando) mas as suas críticas é de
76		alguém que nem consegue entender a mais-valia
77		(ou seja não faz idéia do que é o comunismo de
78		verdade) e só repete bosta de pessoas tão
79		ignorantes e desprovidas de leitura quanto você.
80		Pt é corrupto e tem que ser preso, acabei de
81		falar isso no comentário anterior (" quero mais
82		que o pt se exploda, queime no inferno") imagino
83		que a julgar pelo teu conhecimento de mundo tu
84		deve ter preguiça de leitura e não deve nem ter
85		chego no fim do comentário....

Iuri inicia com interrogativas que expressam surpresa provocada pela ignorância do outro (l.69). Exibindo uma postura afetiva de deboche, categoriza João como uma pessoa desprovida de conhecimento e, portanto, sem direito a falar sobre o socialismo/comunismo (l.72). Em uma mais uma tentativa de fazer Marcelo entender o que o levou a apontar os erros de raciocínio de João, Marcelo apresenta *accounts* que evidenciam não se alinhar nem ao comunismo, nem ao PT. O problema é de natureza epistêmica: não se pode criticar aquilo que não se sabe (l.72, 83). E fecha o turno com uma suposição: a de que a falta de conhecimento de João se deve à falta de leitura e a uma falha moral: a preguiça (l. 82, 85).

O próximo excerto mostra que Joao não desiste e que ele volta ao ringue para mais um round.

Excerto 6

86	João	vc no proprio texto diz: " não curto o comunismo"
87		mais se contradiz o defendendo seu cinico vc
88		distorce o texto assassino , vc so vive no mundo
89		do comunismo nem tenta ler outros ideologias e vc
90		não é ignorante? talvez vc nem sabe o significado
91		vai estuda seu alienado e lei livros direito seu
92		bosta e vai dividi a sua miserita em outro pais
93		traidor da nação vai pra cuba onde governa seus
94		assassinos que pregão a igualdade da miséria pros
95		outros e desfruta do dinheiro maconheiro comunista
96		fascista filho da puta e cinico agora .
97	João	hipócrita
98	João	Estamos caminhando para o socialismo, um sistema
99		que, como se diz, só funciona no céu, onde não
100		precisam dele, e no inferno, onde ele já existe.
101	João	uma utima coisa para de ser maniulado com as
102		fakenews da globosta alienadado abra a mente

Como se pode ver, João faz três postagens sem obter resposta de Iuri. A questão epistêmica continua sendo central para os ataques pessoais, manifestos em categorizações morais e relativas a conhecimento. A recomendação de leitura e outros comandos encobrem a falta de argumentos e explicitam uma postura afetiva de ódio (l.86, 96) que é retomada numa outra postagem (l. 97) por meio de uma categorização de ordem moral: hipócrita. Nas postagens seguintes, João mantém os ataques pessoais e retoma conhecimentos de senso comum preconceituosos sobre

socialismo e, ainda sem resposta, faz um último comando, categorizando Iuri como alguém que não tem pensamento próprio e tem mente fechada.

No próximo excerto, Iuri vai para o contra-ataque, com golpes de natureza epistêmica.

Excerto 7

```

103 Iuri      Existe uma diferença entre defender e só "não
104          falar bosta". Quer criticar o comunismo critique
105          pelas coisas que merecem crítica (como a transição
106          autoritária de poder) não baseado em informações
107          superficiais de alguém que não sabe nem o básico
108          do básico do assunto. Não tento ler livros de
109          outras ideologias? Li alguns livros sobre
110          liberalismo, sobre comunismo, sobre anarquismo
111          (que é o grupo que mais me identifico) posso
112          debater qualquer um desses temas se vomitar
113          qualquer besteira que li na internet , repetindo
114          igual uma ovelha.

```

Num tom professoral, Iuri tenta explicar a João a diferença entre defender e “falar bosta”. Para tanto, apresenta como *account* a condição necessária para se entrar num debate: ter conhecimento, ter leituras suficientes sobre os tópicos que podem ser discutidos. Ao exhibir seus conhecimentos (l.108), Iuri exhibe uma postura de K+, o que implica a avaliação de que as recomendações de leitura feitas por João não se adéquam.

Assumindo um status epistêmico, Iuri apresenta *accounts* que evidenciam que a postura de João é de K-. Ele não tem argumentos, seus conhecimentos são superficiais e equivocados (l.106). Contrastando o grau de conhecimento dos dois interagentes, Iuri categoriza João como alguém que vomita as besteiras do repertório de conhecimento do seu grupo, categorizando-o como segue um pastor sem nenhuma capacidade de reflexão crítica (l.112-114).

O embate continua em várias trocas de postagens, aqui omitidas porque envolvem uma repetição das ações aqui analisadas, como ataques pessoais e tentativas frustradas de João reverter a posição que ele ocupa, como menos conhecedor, na gangorra epistêmica coconstruída na interação.

No entanto, selecionamos uma ação responsiva de Iuri, no excerto 8, para mostrar um outro modo, utilizado por Iuri, para se projetar como de K+ e a saída encontrada por João para se render a Iuri e não ser visto como ignorante.

Excerto 8

155 Iuri 1- Cara o nazismo é uma ideologia de cunho
 156 nacionalista autoritário, que defende uma suposta
 157 "ordem" organizada se baseando em princípios
 158 criados a partir de uma visão de "homem ideal", é
 159 disso que se trata o discurso da "superioridade
 160 ariana". Nela o setor militar é o considerado mais
 161 importante e o que comanda o país. A visão do
 162 Socialismo é SUPOSTAMENTE (e é isso que caga)
 163 autoritária só por um período limitado de tempo
 164 necessário para a destruição do sistema capitalista
 165 e organização de uma nova ordem produtiva, onde o
 166 estado seria inevitavelmente extinto e governado
 167 pelo povo (é nesse momento que socialismo vira
 168 comunismo, que é semelhante ao anarquismo de certa
 169 forma). Nela o setor produtivo, os operários, são
 170 considerados os mais importantes e quem comanda o
 171 país. Por isso não é a mesma coisa cara, ambos são
 172 autoritários? sim. São a mesma coisa? não. Um
 173 autoritário de extrema direita (nazismo) e outro
 174 de extrema esquerda (socialismo) . 2- EU JÁ FALEI
 175 3 VEZES MANO QUE QUE O PT ROUBOU E TEM QUE SE FODER
 176 CARA, VC É MALUCO? ,OLHA ALI CARALHO, É SÓ LER. E
 177 isso que não vou nem entrar no mérito de falar da
 178 relação nada "amigável" que o nazismo alemão tinha
 179 com o socialismo soviético, banho de sangue.
 180 Iuri Quero saber pq tu acha que eu sou incoerente com o
 181 anarquismo por falar as coisas que acabei de
 182 explicar?

183 João nada eu só tava enchendo seu saco....vc pode me
 194 indicar alguns LIVROS? eu gostei das suas ideias.

Como vemos neste excerto, Iuri toma o seu turno para fazer uma postagem do tipo “aula”. Assumindo o papel de professor, ele “explica” para João a diferença entre socialismo e comunismo. Como vemos (l. 180), o que justificou a aula foi o fato de João tê-lo categorizado como incoerente ao se opor ao comunismo/socialismo/PT e, ao mesmo tempo, opor-se também às falas de João. A saída de João da batalha foi justificar suas avaliações de Iuri como trolagem. Apesar disso, ironicamente ou não, fica “impressionado” com o conhecimento de Iuri e assume a postura de K- pedindo recomendações de leitura.

Em resumo, o ambiente virtual não é diferente do ambiente *off-line*. Aqui também os participantes buscam exibir posturas que podem não corresponder à realidade, mas que podem funcionar para alguns interlocutores. Um dos ataques pessoais produzidos pelo discurso impolido de Iuri para inferiorizá-lo em termos de conhecimento foi apontar sua dificuldade de ler, entender e escrever. Erros gramaticais, como falta de concordância, ortografia, estruturação de frases

ininteligíveis foram alvo de Iuri em outras postagens. No entanto, o próprio Iuri cometeu várias infrações estabelecidas pela língua padrão, só que João talvez nem tenha se dado de conta. Nesta postagem também podemos observar algumas deficiências de conhecimento sobre o que o Iuri está falando. Mas, para o grande público, ele sai como o vencedor da batalha.

O que a análise de todos os casos revela é que de fato o desequilíbrio epistêmico teve um papel central na coconstrução dos conflitos; que a postura afetiva negativa e um discurso impolido influem para o escalonamento do conflito; e que a postura deontica emergiu da reivindicação de uma postura de um suposto status epistêmico.

7

Batalhas epistêmicas: Bandeira Branca

Neste capítulo destacamos dois casos que demonstram que batalhas epistêmicas podem ser interrompidas por uma bandeira branca, isto é, por uma metáfora de paz, uma trégua interacional que tem consequência para a ação. Na seção 7.1 analisaremos o caso “Flagrante do momento em que jovem é baleado por PMs no morro do Borel” e em 7.2 O caso “RJ: Flagrante de policiais aterrorizando manifestantes e censurando a imprensa democrática”. Ambos os casos mostram que um participante oportuniza uma trégua na batalha iniciada ao reconhecer alguma base comum com o oponente, algum nível de entendimento do ponto de vista do outro.

7.1.

O caso “Flagrante do momento em que jovem é baleado por PMs no morro do Borel”

Notícia:

“Agora há pouco, um jovem morador do Morro do Borel, identificado como Jonathan, foi baleado por policiais e levado ainda com vida para uma unidade de saúde. Moradores viram tudo e filmaram com seus celulares.”

O vídeo registra o momento em que um morador do Morro do Borel é carregado por policiais até uma viatura e encaminhado para uma unidade de saúde. O vídeo tem a duração de pouco mais de um minuto e possui 10.834 visualizações até o momento de produção desta pesquisa. Apesar de postado em 2016, o vídeo recebeu, em 2021, um novo comentário. Os comentários coletados para a nossa análise datam de 2016.

A postura do Jornal sobre o fato é marcada tanto no *design* da manchete quanto no *design* da notícia:

- (i) Na manchete, observa-se que o AND responsabiliza a Polícia Pacificadora pela morte de um jovem e localiza o local do crime, um morro;

- (ii) No que se refere à identificação da vítima, temos o uso da categoria de idade (jovem) com a possível implicação de que não se trata de um criminoso, mas de um inocente.

Nos excertos abaixo, analisaremos a interação entre os usuários William, Lúcio e Leonardo que ocorre a partir da postagem do vídeo. No excerto 1, William inicia com uma interrogativa de polaridade invertida uma e uma avaliação sobre aqueles que estavam no local e filmaram a ação policial.

Excerto 1

01	William	Já que viram tudo e filmaram com seus celulares
02		cadê o contexto da história ? Se o rapaz estivesse
03		estudando ou trabalhando não estaria morto.
04	Lúcio	Era um garoto de 16 anos, e tem direito de andar
05		onde ele quiser, boçal !
06	William	+Lúcio inclusive roubando e traficando e trocando
07		tiro com a polícia não é memo? Antes a família de
08		um vagabundo chorando do que a de um policial.
09	Lúcio	Tu nem sabe da história cara, quem te garante q
10		o menor tava roubando, traficando ou trocando
11		tiro com policia? Pelo q ouvi ele nem envolvido
12		era. Larga de ser preconceituoso rapaz

Nesse primeiro momento vemos que William expõe sua postura desafiativa à posição do canal e a quem pensa como este último. O argumento para a desafiliação é a falta de informações sobre o contexto, uma vez que uma filmagem é sempre um recorte do todo, isto é, o recorte do olhar do indivíduo que filma (1.01,02). Assim vemos que ele se posiciona contra o canal e contra os outros usuários que compartilham da mesma opinião do canal.

Ainda em sua fala William exhibe uma postura afetiva negativa e um discurso impolido ao levantar uma questão moral em relação à conduta do indivíduo morto e associar, explicitamente, ele a um aspecto negativo: se não trabalha e não estudo, logo, é vagabundo. Dessa forma, de acordo com um código moral, ele infere que se ele estava naquele lugar era porque era um vagabundo: “o rapaz estivesse

estudando ou trabalhando não estaria morto” (l.01-03), logo, só é morto pela polícia quem é (entendido como) vagabundo.

Em resposta a William, Lúcio argumenta que o indivíduo morto era “um garoto de 16 anos” (l. 04) e que, como qualquer outro cidadão, ele tem o direito de ir e vir (l. 04, 05). Assim, Lúcio lança mão da categoria idade para embasar seu argumento e do direito de ir e vir, previsto pela constituição, para justificar o jovem estar transitando naquele momento e naquele lugar. A fala de Lúcio se mostra impolida ao lançar mão do xingamento “boçal” para evidenciar a falta de conhecimento de William sobre o que fala.

Em sua tréplica, William insiste na categorização de que o jovem era um vagabundo, concluindo que é melhor, “a família de um vagabundo chorando do que a de um policial” (l. 07,08). Observa-se aqui também a oposição entre as categorias jovem (como vagabundo visto como bandido) e policial (defensor da ordem visto como mocinho).

Lúcio, então, questiona a base de conhecimentos de William para inferir que o jovem era um bandido: “Tu nem sabe da história cara, quem te garante q o menor tava roubando, traficando ou trocando tiro com policia?” (l. 09, 11). Lúcio também expõe uma informação de segunda mão “Pelo q ouvi ele nem envolvido era. Larga de ser preconceituoso rapaz” (l. 11, 12) e categoriza William como preconceituoso por julgar o indivíduo sem saber de sua história. Vemos aqui o conhecimento sendo tratado como condição da validade das informações. Se o outro não tenho um conhecimento baseado em evidência, logo, não pode opinar/falar.

Neste momento William abandona a conversa e Leonardo entra para questionar Lúcio.

Excerto 2

13 Leonardo +Lúcio tu sabe se não era envolvido otario?
 14 Prefere ouvir as palavras desse povo favelado
 15 ignorante que acredita em tudo pra incriminar a
 16 policia, bando de mente lavada A policia não mata
 17 sem motivo nao, com certeza é bandidinho menor de
 18 idade que tava na hora de ir pro saco ja que a lei
 19 não bota menor de idade numa prisao fazendo
 20 trabalho forçado.

21 Lúcio Ele foi confundido cara, n é atoa q a policia ta
 22 socorrendo. Tenho parentes nesse morro q me
 23 disseram q nem ai ele morava. Agora se ele era
 24 envolvido ou não, ai ja n sei N to criticando
 25 policia nem defendendo bandido, to falando desse
 26 caso específico, vc ta dizendo q o garoto é
 27 envolvido sem nem saber de nada po

28 Leonardo +Lúcio Nao pode esquecer que policia é um ser
 29 humano, e policial vive 24hrs em estado de MEDO
 30 quando entra em uma favela principalmente no Rio
 31 de Janeiro, então se assustar com algo ou
 32 confundir é facil Ja vi um caso de no meio de um
 33 tiroteio, o policial matar uma moça que estava com
 34 um guarda chuva nas mãos correndo, ai a população
 35 toda caiu em cima, mas esquece que atras da farda
 36 tem um homem normal sujeito a erros, ele confundiu
 37 com um fuzil sendo que ela estava longe

Leonardo inicia sua postagem, lançando mão do mesmo argumento usado por Lúcio: a falta de conhecimento sobre o envolvimento do jovem com bandidos, por meio de uma pergunta de polaridade invertida “tu sabe se nao era envolvido otario?” (l. 13), e discurso impolido atribuindo a Lúcio a categoria de otário, isto é, ingênuo, tolo, inexperiente. E o categoriza ainda como alguém que não tem pensamento próprio, que reproduz o que “favelado” diz.

Leonardo também categoriza o favelado como alguém que não tem conhecimento nem pensamento próprio, o que explica uma atitude preconceituosa com relação à polícia: “povo favelado ignorante que acredita em tudo pra incriminar a policia, bando de mente lavada” (l. 14-16). Como argumento para a defesa dessa tese, invoca o que entende como uma prática legítima da polícia: o direito de matar aquele que é visto como criminoso. Nesse sentido, Leonardo invoca um conhecimento de senso comum equivocados, já que, como prevê a Constituição, qualquer cidadão tem direito de julgamento, e como prevê o código policial, sobre o uso da força o direito de matar só é assegurado em casos de legítima defesa.

É com base nesse conhecimento, que Leonardo lança mão de uma formulação extrema “A policia não mata sem motivo nao” e constrói uma inferência marcada por um evidencial de certeza de que o jovem era um bandido: “Com certeza é bandidinho menor de idade que tava na hora de ir pro saco ja que a lei não bota menor de idade numa prisao fazendo trabalho forçado” (l. 16, 20). Outro conhecimento de senso comum equivocado é de que matar seria a solução para interromper a vida de um criminoso jovem. Para Leonardo, as leis deveriam ser mais rígidas no caso de criminosos jovens.

Lúcio, então, apresenta um enquadre para a cena (Ele foi confundido cara, n é atoa q a policia ta socorrendo. Tenho parentes nesse morro q me disseram q nem ai ele morava) e sustenta essa posição invocando dois *accounts*. O primeiro deles é que se fosse criminoso, a polícia não socorreria. O segundo envolve uma posição de K+, o conhecimento daqueles que são membros dessa comunidade: “Tenho parentes nesse morro q me disseram q nem ai ele morava” (l. 22, 23). Ele ainda confirma sua posição neutra no caso, assumindo ter K- sobre um possível envolvimento do jovem com o crime “Agora se ele era envolvido ou não, ai ja n sei” e assume uma posição não enviesada sobre a polícia (N to criticando policia nem defendendo bandido) e explicita o enquadre da sua fala: “to falando desse caso específico, vc ta dizendo q o garoto é envolvido sem nem saber de nada po” (l. 23, 27). Assim como Lúcio honestamente admite não saber se o jovem poderia estar envolvido com o crime, Leonardo não poderia categorizar o jovem como bandido sem ter informações suficientes.

O que merece destaque aqui é que num contexto de polarização como o que está em exame, percebe-se o quanto o *design* de uma postagem afeta o modo como o outro reage. No caso aqui, Leonardo parece admitir que possa ter havido um erro, ao invocar um argumento moral: policial é humano, todo ser humano erra e acrescenta ainda um outro *account*: as condições de trabalho (policial vive 24hrs em estado de MEDO quando entra em uma favela principalmente no Rio de Janeiro, então se assustar com algo ou confundir é fácil) (l. 29, 32).

Para justificar a possibilidade de erros, traz uma evidência que mostra também que falhas humanas não são admitidas pela sociedade no caso de policiais:

“Ja vi um caso de no meio de um tiroteio, o policial matar uma moça que estava com um guarda chuva nas mãos correndo, ai a população toda caiu em cima, mas esquece que atras da farda tem um homem normal sujeito a erros, ele confundiu com um fuzil sendo que ela estava longe” (l. 32, 37).

Neste caso, a troca entre os três indivíduos gira em torno de argumentos morais, mas também de questões de conhecimento. William e Leonardo põem em xeque o caráter idôneo do indivíduo morto, categorizando-o como vagabundo, bandido e traficante e pontuando que se ele fosse trabalhador ou estudante não teria sido morto. Observa-se aí que as inferências não foram construídas com base em evidências, mas em conhecimentos de senso comum preconceituosos. Observa-se também que a humanidade e a vulnerabilidade dos policiais deve ser considerada, especialmente porque atuam num terreno minado, que os coloca em risco de vida e mais sujeitos a interpretações equivocadas do que os coloca em perigo.

Lúcio, por sua vez, argumenta contra esses conhecimentos sem fundamento. Sua posição não é extremada: sua avaliação da prática policial tem como foco apenas o caso específico. O que ele aponta é para o modo como conhecimentos equivocados levam a generalizações e julgamentos que carecem de evidências.

7.2.

O caso “RJ: Flagrante de policiais aterrorizando manifestantes e censurando a imprensa democrática”

Notícia:

“Jornal A Nova Democracia - Na noite da última quarta-feira, milhares de pessoas fizeram um protesto no acesso à rua onde mora o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho. Os manifestantes denunciaram a corrupção na gestão Cabral, o derrame do dinheiro público, as remoções de bairros pobres por conta dos megaeventos, o extermínio da juventude nas favelas e o ataque aos povos indígenas. Os manifestantes caminharam pelas ruas do Leblon, um dos bairros mais caros do mundo. A poucos metros da casa de Cabral, PMs não hesitarão em atacar. Mas como tem acontecido repetidas vezes, as massas resistiram bravamente e enfrentaram as tropas de repressão do Estado fascista.”

O vídeo registra o protesto realizado pelos moradores no acesso à rua onde

mora o agora ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. A rua em questão fica no Bairro do Leblon, um dos bairros mais caros do mundo para se morar. Segundo o AND, quando se aproximaram da rua em que o ex-governador mora PMs não hesitaram em atacar os manifestantes. O vídeo tem a duração de cinco minutos e possui 122.810 visualizações até o momento de produção desta pesquisa. Apesar de postado em 2013, o vídeo recebeu, em 2020, seu último comentário. Os comentários coletados para a nossa análise datam de 2013, mesmo ano de postagem do vídeo.

A postura do Jornal sobre o fato é marcada tanto no design da manchete quanto no design da notícia, isto é, eles categorizam a polícia como aquela que aterroriza e censura manifestantes e imprensa. No excerto 1, analisaremos a interação entre os usuários Carlos e Thiago.

Excerto 1

01	Carlos	Essa é a pm mais despreparada do mundo,
02		marginais de farda que forjam falsos
03		flagrantes para prender manifestantes, pec 51
04		já ! Foda se a copa vândala é o estado
05	Thiago	Então quando vc tiver algum problema que
06		precise dessa mesma polícia despreparada,
07		lembre-se de suas palavras e ligue para o
08		Batman.

Carlos inicia a conversa virtual expondo publicamente a sua postura afiliativa à posição defendida pelo Jornal sobre a prática policial. Assim como em outros casos, ao se afiliar à ação produzida pelo AND, Carlos desafia-se dos que anteriormente já postaram comentários aprovações sobre a conduta policial. Em seu primeiro turno, Carlos exhibe uma postura afetiva negativa e um discurso impolido por meio do adjetivo “despreparada” e de um escalonamento do nível de despreparo, categorizando-o como o maior do mundo: “Essa é a pm mais despreparada do mundo” (l.01). Em seguida, exhibe a postura de quem tem mais conhecimento, categorizando a ação policial como uma prática recorrente para

justificar seus atos: “forjam falsos flagrantes para prender manifestantes”¹³ (l. 02, 03).

Ao categorizar negativamente os policiais, associando localmente a categoria a atributos como “marginais” e “corruptos” e a atividades como forjar falsos flagrantes, Carlos expõe uma postura afetiva negativa em que aqueles que deveriam ser os heróis/mocinhos são vistos como os bandidos. Assim, à categoria policial são associados localmente predicados que não correspondem a qualidades e atividades esperadas de um policial.

Carlos também expõe uma postura afetiva negativa quando categoriza o Estado como vândalo, ou seja, aquele que destrói não os bens públicos, mas a ordem pública, ao promover ações que não respeitam a garantia dos direitos individuais e coletivos dos indivíduos.

Percebemos, assim, que o mesmo sentimento de indignação exposto pelo Jornal orienta a fala crítica de Carlos, o que terá consequências na trajetória da interação, como veremos na reação de um outro usuário. Em sua ação responsiva, inferindo pela generalização feita por Carlos, que ele defende que não precisamos de uma polícia assim, Thiago se desafia de Carlos, de modo irônico, aconselhando- a ligar para “para o Batman”¹⁴ (l. 07, 08), quando precisar de proteção policial.

Excerto 2

09 Carlos	Prefiro o batman do que essa atual Policia
10	corrupta e covarde
11 Thiago	Ok meu caro. Mas falar isso estando dentro de
12	casa e seguro é mole.

¹³ PEC 51/2013 Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial.

¹⁴ Batman ou Homem-Morcego é um personagem fictício, um super-herói americano da DC Comics.

Carlos mantém o tom de impolidez se valendo de sarcasmo (“prefiro o batman”) e reforça a postura afetiva negativa, categorizando-a como “corrupta e covarde” (l. 10). Em sua ação responsiva, Thiago infere que Carlos deve pertencer a uma classe social que não precisa dos serviços da polícia: “falar isso estando dentro de casa e seguro é mole” (l. 11, 12). Ao avaliar que é “mole” fazer essa avaliação dada a suposta realidade de Carlos, Thiago descredencia o avaliador por falta de um conhecimento que vem da experiência de quem, ainda assim, precisa do apoio da polícia.

Excerto 3

13	Carlos	Estou na rua 18 hrs por dia todo dia sei como
14		é a pista meu caro e se queres segurança nada
15		melhor que você mesmo para fazer isso
16	Thiago	Como ? Andando armado ? pondo colete a prova
17		de balas ? Não quero iniciar uma discussão. Só
18		Queria que entendesse que a polícia pode ser o
19		que for, mas infelizmente, é o que temos.
20		Concordo que a polícia do RJ é mal preparada,
21		o tempo de formação de um PM é de apenas oito
22		meses, se não me engano, não considero esse
23		tempo suficiente. Mas como eu disse,
24		infelizmente é o que temos. Um abraço e que Deus
25		nos guarde.

Carlos infere que foi colocado por Thiago na categoria de privilegiado e nega a atribuição, categorizando-se como um batalhador (estou na rua 18 horas por dia todo dia) e reivindicando status epistêmico de conhecedor da realidade de violência cotidiana: “sei como é a pista” (l. 13, 14). E volta a ratificar a avaliação de que a polícia não protege o cidadão, oferecendo um conselho a Thiago: “se queres segurança nada melhor que você mesmo para fazer isso” (l. 14, 15).

Em sua ação responsiva, Thiago explicita uma outra inferência à fala de Carlos. Por meio de interrogativas de polaridade invertida, ele afirma que Carlos seria um defensor das armas: “Como? Andando armado? pondo colete a prova de balas?” (l. 16, 17). Neste ponto, Thiago dá um passo atrás, isto é, recua do bate-boca, explicitando um outro enquadre para suas reações: “Não quero iniciar

uma discussão. Só Queria que entendesse que a polícia pode ser o que for, mas infelizmente, é o que temos. Concordo que a polícia do RJ é mal preparada, o tempo de formação de um PM é de apenas oito meses, se não me engano, não considero esse tempo suficiente. Mas como eu disse, infelizmente é o que temos. Um abraço e que Deus nos guarde” (l. 16, 25).

Nessa postagem, o que estava se realizando como um embate é interrompido, por um *account* que explicita o enquadre que Thiago afirma orientar suas reações: “não quero iniciar uma discussão” (l. 17). “Só Queria que entendesse que a polícia pode ser o que for, mas infelizmente, é o que temos” (l. 17, 19). Um outro recurso anti-beligerante oferecido por Thiago é o da concordância parcial. Ele exhibe entendimento do ponto de vista negativo de Carlos sobre a polícia, mas justifica esse entendimento ao despreparo da polícia e não às avaliações morais apresentadas: “Concordo que a polícia do RJ é mal preparada, o tempo de formação de um PM é de apenas oito meses, se não me engano, não considero esse tempo suficiente” (l. 20, 23). Após essa concordância, realiza ações de encerramento da conversa, primeiro reafirmando sua tese: “Mas como eu disse, infelizmente é o que temos” (l. 23, 24) e, a seguir, realiza um ato de despedida em tom amistoso: “Um abraço e que Deus nos guarde” (l. 24, 25), incluindo Carlos no desejo de que Deus proteja a ambos.

A fala de Thiago aponta para o modo como entender o ponto de vista do outro pode interromper um clima de disputa. Inicialmente, houve a suposição de um desequilíbrio epistêmico decorrente da suposta falta de experiência de Carlos sobre o assunto. Após a correção dessa suposição, Thiago foi capaz de recolocar a discordância, agora apenas em termos da formação desses policiais. O conhecimento não era mais em termos de experiência, mas sim do que Thiago sobre os limites dessa formação.

Excerto 4

26 Carlos Sim thiago se o estado não lhe oferece a devida
 27 segurança que cada um tome suas atitudes em
 28 legítima defesa ,temos sim a pior polícia de
 29 todos os tempos e infelizmente gostaria de me
 30 orgulhar dela mais me faltam motivos para crer
 31 no lema servir e proteger que ao meu ver só
 32 vale aos corruptos e ao sistema ! Um abraço
 33 que deus nos ajude !

Carlos, em sua ação responsiva, espelha o tom de negociação respeitosa de diferenças de pontos de vista, colocando-se como *accountable*, isto é, alguém que se sente na obrigação de prestar contas por sua posição. Em seu primeiro *account*, ele justifica porque defende o armamento, categorizando-o como um ato de legítima defesa por falta de uma alternativa: “Sim thiago se o estado não lhe oferece a devida segurança que cada um tome suas atitudes em legítima defesa” (l. 26, 28). Ele não recua da sua avaliação negativa da polícia, “temos sim a pior polícia de todos os tempos” (l. 28, 29), mas o faz agora exibindo uma postura afetiva de lamento por essa realidade: “e infelizmente gostaria de me orgulhar dela”. Um outro *account* é introduzido para justificar sua avaliação negativa da polícia. A base são os fatos que contradizem o lema da polícia que é o de servir e proteger o cidadão “faltam motivos para crer no lema servir e proteger” que segundo ele “só vale aos corruptos e ao sistema!” (l. 30, 32). Por fim, retribui ao fechamento respeitoso de Thiago, com uma despedida e a retribuição do desejo da proteção divina “Um abraço que deus nos ajude!” (l. 30, 32).

Excerto 5

34 Thiago Infelizmente é isso. Pensamos um pouco
 35 parecidos. Um grande abraço.
 36 Carlos Esse é o pensamento de quem vê a realidade das
 37 ruas e não é alienado pela TV ,a política de
 38 segurança pública tem que mudar

O tom amistoso da discórdia se inicia com a reafirmação de que apesar do fecho proposto por Thiago, ele volta para responder ao comentário de Carlos. Thiago concorda com a postura afetiva negativa de Carlos diante da realidade:

“Infelizmente é isso” (l. 34) e demonstra que, apesar das diferenças, houve a construção de um entendimento comum: “Pensamos um pouco parecidos” (l. 34, 35). Nesse clima amistoso, há também um escalonamento do afeto na despedida: “Um grande abraço” (l. 35).

Carlos inicia o fechamento afirmando também a base comum construída, categorizando ambos como pessoas que têm conhecimento da realidade e, portanto, têm status epistêmico por sua experiência nessa realidade: “Esse é o pensamento de quem vê a realidade das ruas e não é alienado pela TV, a política de segurança pública tem que mudar” (l. 36, 38). A partir desse ponto os dois realmente saem da conversa.

Este caso constitui-se raro no *corpus*, o que justifica tratá-lo num capítulo à parte junto com o caso anterior. Como vimos no excerto 1, o *design* da postagem de Carlos é marcado por uma postura afetiva negativa escalonada a tal ponto que a polícia – o mocinho – é categorizada como bandido. No entanto, diferentemente do que ocorreu em outros casos, Thiago não partiu para um ataque pessoal mais pesado. De modo indireto, como uma brincadeira, discordou de que fosse possível abrir mão da polícia.

O embate epistêmico foi apenas ameaçado quando Thiago deslegitima a posição de Carlos como avaliador por lhe faltar conhecimento sobre o que acontece “na pista”. No entanto, quando Carlos se credencia como um “*insider*”, pela carga horária de trabalho e pela vida na rua, esse desequilíbrio de conhecimento por experiência desaparece.

Isso muda o *footing* (Goffman, 1981) em que Thiago se apresentava. Sai a ironia e inicia-se um processo de construção de entendimento mútuo. A discordância de Thiago era em termos da posição extrema de Carlos de que não precisamos dessa polícia. Mas ouvindo Carlos, ele reconhece uma crítica à polícia que é embasada por fatos: a polícia não é suficientemente preparada para agir. Não chegou a haver ataques pessoais, porque, de alguma forma, ambos usuários passaram a reconhecer o que tinham em comum e não aquilo que os diferenciava.

Casos como este e o primeiro nos levam a pensar que, mesmo em ambientes polarizados, participantes que não assumem uma postura radical e reagem de modo mais indireto, com ironia, por exemplo, têm mais possibilidades de chegar a uma

negociação diante de discordâncias. Em termos de polidez, o tom é menos impolido, uma vez que as avaliações negativas foram atenuadas pela indiretividade.

As diferenças em termos de conhecimento se restringem à falta de evidências que sustentam as avaliações ou à suposta categorização de quem critica como um outsider, isto é, alguém que não compartilha a realidade dos desfavorecidos.

8

Considerações finais

Neste trabalho, propusemos olhar a polarização, como fenômeno comunicativo. Para tanto, buscamos um contexto favorável à guerra do nós contra eles: um canal do YouTube que, com a missão de divulgar as lutas e crimes do Estado contra o povo, faz coberturas jornalísticas sobre operações policiais em comunidades e em eventos no Rio de Janeiro. Por ser um canal aberto e sem moderador, participantes tidos como de direita ou de esquerda partem para ataques pessoais em sua troca de postagens na seção de comentários.

Como proposto, buscamos olhar esses ataques a partir da noção de desequilíbrio epistêmico. Ou seja, para a prática de apelar para uma assimetria de conhecimento como o objetivo de descredenciar as opiniões do oponente.

De acordo com a análise empreendida, apresentamos evidências de que o conhecimento foi utilizado como principal munição, em discussões de natureza político-ideológica e moral, substituindo argumentos por juízos de valor. A análise também demonstrou como as contribuições da Análise da Conversa, especificamente a noção de par adjacente, sequencialidade, nos permitiram demonstrar como a batalha epistêmica é co-construída interacionamente, como ela emerge a partir dos entendimentos construídos turno a turno pelos usuários.

O recorte analítico de sequências desafiliativas foi decisivo para a identificação dos recursos que foram mobilizados pelos participantes para reivindicar o desequilíbrio epistêmico. Foi possível caracterizar a postura epistêmica, além dos dispositivos gramaticais e lexicais já descritos na literatura, como, por exemplo, o uso de *accounts* para a postura de K+ ou K-. Foi observado também que a linguagem ofensiva foi também afetada por questões epistêmicas. Todos os xingamentos invocados tinham por base expressões que significam falta de conhecimento.

Outro resultado interessante e pouco ainda estudado são as relações entre postura epistêmica e postura deôntica. Como revelado na análise, aqueles que se apresentaram como K+ reivindicaram um status deôntico de peritos em relação a

um território de conhecimento. Nessa linha, esses usuários se viram no direito de fazer recomendações, uma ação restrita àqueles que são reconhecidos como especialistas em alguma área do conhecimento, como médicos, professores, padres, advogados em suas áreas de conhecimento.

Quanto à postura afetiva, ficou claro que manifestações de afeto negativo em relação a um objeto ou pessoa gerou mais engajamento de usuários na guerra do Nós x Eles, agravando o clima de animosidade entre os participantes. Um recurso também revelado como marca de postura afetiva foi o uso de interrogativas de polaridade invertida. Por meio delas, os participantes marcaram falta de conhecimento do oponente, indicando conhecimentos equivocados, ou expressando deboche diante do que foi visto como evidência da ignorância do outro.

No quadro 6, apresentamos alguns dos dispositivos utilizados para exibir a postura deôntica, afetiva e epistêmica, encontrados na análise:

Quadro 7 - Dispositivos utilizados para exibir postura deôntica, afetiva e epistêmica

Postura deôntica: recomendações de leitura; recomendações de natureza moral relacionadas a falhas de caráter, falta de conhecimento.
Postura afetiva: indignação/intolerância/desaprovação: uso de metáforas; categorizações negativas, intensificadores, ironia, verbos de carga semântica negativa; exclamativas de surpresa, crítica; palavrões; xingamentos envolvendo falta de conhecimento, de reflexão etc.; categorias ideológicas usadas como ofensa; risos; substantivos de carga semântica negativa.
Postura epistêmica: formulação extrema, discurso relatado, informações factuais, apresentação de números, porcentagens; interrogativas de polaridade invertida que evidenciam K+ ou K-; perguntas para testagem de conhecimento; falácias; silogismos.

Em termos de impolidez, a análise dos dispositivos linguísticos revela a preferência pela realização direta e intencional de atos de ameaça à face do oponente (Culpeper, 2005), por meio de xingamentos (Blitvich, 2010; Culpeper, 2011); da ridicularização do oponente e do uso de um tom sarcástico para inferiorizá-lo (Blitvich, 2010), denunciando-o por falta de conhecimento.

Com base nos resultados encontrados, vale arriscarmos algumas conclusões que podem vir a ser objeto de estudo de futuras pesquisas. Uma delas diz respeito ao objetivo de um ambiente virtual aberto e sem moderador. Como vimos no capítulo 6, a batalha epistêmica ali observada não trouxe um ambiente favorável para a escuta de posições contrárias às que foram trazidas por cada participante. Ao contrário, o embate só serviu para reforçar as crenças que cada participante trouxe para a interação. Uma postura radical foi exibida por todos os participantes que se engajaram naquela batalha. Logo, se o objetivo do canal não é ser uma bolha, não é falar para os pares, é, ao contrário, criar um espaço de debate na seção de comentários, vale pensar que condições são oferecidas para isso. No caso do canal, entendemos que, dada a sua missão, manifesta no design e no conteúdo do AND, uma posição extrema já foi assumida. Não houve modalizações nem relativizações. Com isso, o padrão mais frequente observado nesse canal é o de troca de ofensas. O que nos leva a supor que aqueles que se desafiliam da posição do canal ou estão ali para *trollar*¹⁵ ou para impor uma verdade alternativa sobre os fatos.

Outro padrão, mais raro, foi apresentado no capítulo 7. A análise dos dois casos mostra que, mesmo em ambientes polarizados, os participantes podem chegar a algum nível de entendimento mútuo sobre pontos de vista diferentes. A análise trouxe evidências de que a batalha epistêmica pode ser interrompida quando um participante não reforça o clima beligerante da troca e demonstra entendimento do ponto de vista do outro. Evidentemente, como tudo é coconstruído, esse tipo de comportamento não assegura um acordo de paz. O que vimos ali é que, quando um oponente exibe uma atitude menos radical, ele pode ser sensível à atitude de alguém que é capaz de fazer uma concordância parcial, apesar das diferenças de pontos de vista. Esse esforço de escuta não implica chegar a um acordo, mas, com certeza, oportunizar algum nível de entendimento mútuo.

A exceção desses casos, o que a pesquisa demonstra é que o desequilíbrio epistêmico serviu apenas para alimentar o discurso do ódio e reforçar a construção de identidades totalizantes.

¹⁵ *Trollar* é uma gíria da internet que significa zoar, chatear, tirar sarro. Basicamente consiste em sacanear os participantes de uma discussão/sessão de comentários etc. em fóruns da internet com argumentos sem sentido, com o objetivo de enfurecer e perturbar os participantes e a conversa. Fonte: <https://www.significados.com.br/trollar/#:~:text=Trollar%20%C3%A9%20uma%20g%C3%A9ria%20da,enfurecer%20e%20perturbar%20a%20conversa>. Acessado em 19 de junho de 2020.

9

Referências bibliográficas

ABRAMOWITZ, ALAN I.; SAUNDERS, KYLE L. **“Is Polarization a Myth?”**. *The Journal of Politics*, 2008.

_____. **“Ideological Realignment in the U.S. Electorate”**. *The Journal of Politics*, 1998.

AMARAL, M. S. **“A linguagem no Twitter: um enfoque sistêmico-funcional”**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

AMOSSY, R. **Coexisting in Dissensus. Polemical discourse in talkbacks**. *Open Edition Journals*. p. 25-42, 2011.

ANDRADE, Daniela Negraes Pinheiro. **Recomendações e prescrições para cuidados de saúde no pós-alta : a investigação de um programa educativo a pacientes cardiopatas sob uma perspectiva interacional**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, RS, 2016.

BALDASSARRI, D; GELMAN, A. **“Partisans without Constraint: Political Polarization and Trends in American Public Opinion”**. *American Journal of Sociology*, 2008.

BALOCCO, A. E. **“A representação de atores sociais em comentários eletrônicos: que figuras habitam o imaginário político dos brasileiros na atualidade?”** *Gragoatá, Niterói*, n. 40, p. 423-444, 1, 2006.

_____. E.; SHEPHERD, T. M. G. **A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional**. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 2017.

BERGLUND, T.Ö. **Disrupted turn adjacency and coherence maintenance in instant messaging conversations**. 2009.

BIBER, D.; FINEGAN, E. **Styles of Stance in English: Lexical and Grammatical Marking of Evidentiality and Affect**. *Text*, 9, 93-124, 1989. <http://dx.doi.org/10.1515/text.1.1989.9.1.93>

BILMES, J. **Category and rule in Conversation Analysis**. *IPrA Papers in Pragmatics* 2, 1-2, pp. 25-59, 1988.

- BLITVICH, P. GARCÉS-CONEJOS. “**The YouTubification of Politics**”. University of North Carolina at Charlotte, USA Handbook of Research on Discourse Behavior and Digital Communication: Language Structures and Social Interaction, 2010.
- BOUSFIELD, D. **Impoliteness in Interaction**. Journal of Asian Pacific Communication, 2008.
- BRAGA, A. “**Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica**”. UNI revista, vol. 1, n° 3, 2006.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < www.planalto.gov.br> Acesso em: 10/01/2020
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. “**Politeness: some universals in language usage**”. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BRUGNAGO, F; CHAIA, V. “**A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook**”. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, 2015.
- BURGESS, J.; GREEN, J. **YouTube e a revolução digital: Como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.
- CARDOSO, B. **Todos os olhos: Videovigilância, voyeurismos e (re)produção imagética**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CLIFT, R. **Conversation analysis**. Cambridge: Ed. Cambridge University Press, 2016.
- CORONA, M. de O. D. **O universo do 190 pela perspectiva da fala-em-interação**. São Leopoldo, 2011, 245p., Tese de Doutorado em Linguística Aplicada – Unisinos.
- COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de filosofia**. 2ed. São Paulo : Saraiva, 2013
- COUPER-KUHLEN G.; SELTING. “**Interactional Linguistics: An Introduction to Language in Social Interaction**”. Cambridge University Press, 2017.
- CULPEPER, J. “**Impoliteness: using language to cause offence**”. Cambridge and NY: Cambridge University Press, 2011.
- _____. “**Reflections on Impoliteness, Relational Work and Power**”. In D. BOUSFIELD AND M. LOCHER (eds.), *Impoliteness in Language: Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*, pp. 17-44. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2008.

_____. **Conventionalised impoliteness formulae**. *Journal of Pragmatics*, 42, 2010.

_____. **Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link**. *Journal of Politeness Research: Language, Behaviour, Culture* 1: 35-72: 2005.

_____. **Language and Characterization: People in Plays and Other Texts**. London e New York. Routledge, 2001.

_____. **Towards an Anatomy of Impoliteness**. *Journal of Pragmatics*, 25, 349-367: 1996.

CULPEPER, J., BOUSFIELD, D., WICHMANN, A. **Impoliteness revisited: With special reference to dynamic and prosodic aspects**. *Journal of Pragmatics*. Vol, 35: 1545-1579: 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. “**A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**”. In: Denzin, Norman K.; Lincoln, Yvonna (orgs). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DEREK BOUSFIELD e MIRIAM A. LOCHER (eds.), **Impoliteness in language: Studies on its interplay with power in theory and practice**. Berlin e New York: Mouton de Gruyter, 2008.

DIMAGGIO, P; EVANS, J; BRYSON, B. “**Have American's Social Attitudes Become More Polarized?**”. *American Journal of Sociology*: 1996.

DU BOIS, J. e KÄRKKÄINEN, E. “**Taking a stance on emotion: affect, sequence, and intersubjectivity in dialogic interaction**”. *Text e Talk*, 32(4),pp. 433-451., 2012.

DU BOIS, J. W. **The stance triangle**. In R. Englebretson (ed.), *Stancetaking in discourse: Subjectivity, evaluation, interaction*, 139–182. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.

DURANTI, A. **Linguistic Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press; xxi, 398 pages; ISBN 0-521-44536-1 (hardback); 0-521-44993-6 (paperback), 1997.

EELLEN, G. **A Critique of Politeness Theories**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.

FERRARI, A. T. **Metodologia da Pesquisa Científica** - São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. “**Political Polarization in the American Public**”. *Annual Review of Political Science*, 2008.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **“Métodos de pesquisa para internet”**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GARCIA, A.C., JACOBS, J.B. **The eyes of the beholder: understanding the turn-taking system in quasi-synchronous computer-mediated communication**. Res. Lang. Soc. Interact. 32 (4), 337--367, 1999.

GIBSON, J.J. **The Ecological Approach to Perception**. Houghton Mifflin, London, 1979.

GILES, D., STOMMEL, W., PAULUS, T., LESTER, J., REED, D. **Microanalysis of online data: the methodological development of “digital CA”**. Discourse Context Media 7, 45—51, 2015.

GILES, H.; FORTMAN, J.; DAILEY, R.; BARKER, V.; HAJEK, C.; ANDERSON, M.; et al. **Communication Accommodation: Law Enforcement and the Public**. Center on Police Practices and Community. UC Santa Barbara: Center on Police Practices and Community, 2005.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual: Essays in face-to-face behavior**. Garden City, NY: 1967.

_____. **Forms of Talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GOODWIN, C., HERITAGE, J. **“Conversation Analysis.”** Annual Review of Anthropology, vol. 19, 1990.

GRAHAM, S. **Disagreeing to agree: Conflict, (im)politeness and identity in a computer-mediated community**. Journal of Pragmatics, 2007.

GRICE, H. P. **Lógica e conversação**. Trad. João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, M. (Org.). Fundamentos da linguística contemporânea. Campinas: [1967]1982.

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written language**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASTRDLOVÁ, S. **Impoliteness in an Internet Chatroom**. Lambert publishing house, 2010.

H, J. **“EpistemicH in action: Action formation and territories of knowledge”**. Research on Language e Social Interaction, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2012.

_____. **A change-of-state token and aspects of its sequential placement**. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Ed.). Structures of social action: Studies in conversation analysis. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1984, p. 299– 345.

_____. **Oh-prefaced responses to assessments: A method of modifying agreement/ disagreement**. In C. Ford, B. Fox, e S. Thompson (Eds.),

The language of turn and sequence (pp. 196–224). Oxford, England: Oxford University Press: 2002b

_____. **Questioning in medicine**. In A. F. Freed e S. Ehrlich (Eds.), “Why do you ask?”: The function of questions in institutional discourse (pp. 42–68). New York, NY: Oxford University Press, 2010.

_____. **Territories of knowledge, territories of experience: Empathic moments in interaction**. In T. STIVERS, L. MONDADA, e J. STEENSIG (Eds.), The morality of knowledge in conversation (pp. 159–183). Cambridge, England: Cambridge University Press: 2011.

_____. **The epistemic engine: Sequence organization and territories of knowledge**. *Research on Language and Social Interaction*, v. 45, n. 1, 2012b, p. 30–52.

_____. **The limits of questioning: Negative interrogatives and hostile question content**. *Journal of Pragmatics*, 34(10–11), 1427–1446: 2002a.

HERITAGE, J., e RAYMOND, G. **The terms of agreement: Indexing epistemic authority and subordination in assessment sequences**. *Social Psychology Quarterly*, 68(1), 15–38: 2005.

HERRING, S. **“Computer-Mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior”**. In Barab, S. A., Kling, R., e Gray, J. H. (Eds.), *Designing for Virtual Communities in the Services of Learning* (pp. 338–376). New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. **Interactional Coherence in CMC**. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 1999.

HETHERINGTON, M. J. **“Review Article: Putting Polarization in Perspective”**. *British Journal of Political Science*: 2009.

HINE, C. **“Virtual Ethnography”**. Londres: Sage, 2000.

_____. **“Virtual Methods: Issues in Social Research on the Internet”**. Oxford: Berg, 2005.

HOFFMAN, C. R. **“Introduction: Narrative revisited: Telling a story in the age of new media”**. Em HOFFMAN, C. R. (org). 2010. *Narrative revisited: Telling a story in the age of new media*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, p. 1-18., 2010a.

HOLLANDER, B. A. **“Tuning Out or Tuning Elsewhere? Partisanship, Polarization, and Media Migration from 1998 to 2006”**. *Journalism e Mass Communication Quarterly*: 2008.

HUTCHBY, I. **Technologies, texts and affordances**. *Sociology* 35, 441—456: 2001.

_____; WOOFFITT, R. **Conversation analysis: principles, practices, and applications**. Cambridge: Polity Press, 1998.

JAYYUSI, L. **Categorization and the Moral Order**. Boston: Routledge, 1984.

_____. Values and moral judgement: Communicative praxis as a moral order. In: BUTTON, G. (Ed.). *Ethnomethodology and the Human Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

KASPER, G. **Linguistic Politeness: Current Research Issues**. *Journal of Pragmatics*, 14, 193-218: 1990.

KENDALL in ANS, L. “**Authenticity Online: using webnography to address phenomenological concerns**”. In: MOUSOUTZANIS, A.; RIHA, D. (orgs.). *New Media and the Politics of Online Communities*. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010.

KIDWELL, M. “**Gaze as Social Control: How Very Young Children Differentiate 'The Look' From a 'Mere Look' by Their Adult Caregivers**”. *Research on Language and Social Interaction* 38 (4):417-49., 2005.

KIENPOINTNER, M. **Varieties of rudeness: Types and functions of impolite utterances**. 1997.

KOZINETS, R. “**On Netnography: Inicial Refletions on Costumer Research Investigatios of Cyberculture**”, 1997.

LABOV, W. “**The Social Stratification of(r) in New York City Department Stores**”. In W. Labov, *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 43-54., 1972.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKOFF, R. **The logic of politeness: Or, minding your p’s and q’s**. In C. CORUM, T. CEDRIC SMITH-STARK, e A. WEISER (Eds.), *Papers from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago Linguistic Society, 292-305:1973.

LANDGREBE, J. “**I think - you know**”: **Two epistemic stance markers and their significance in an innovation process**. *Språk och interaction*, v. 3, 2012, p. 107-131.

LEECH, G. **Principles of pragmatics**. New York: Longman, 1983.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LEVINSON, S. Action formation and ascription. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Ed.). **The handbook of conversation analysis**. Boston: Wiley-Blackwell, 2013. p. 103-130.

LYNCH, M., WONG, J. **Reverting to a hidden interactional order: Epistemics, informationism, and conversation analysis**. Discourse Studies: 2016.

MANN, T. E.; ORNSTEIN, N. J. **“It's Even Worse Than It Looks: How the American constitutional system collided with the new politics of extremism”**. Basic Books: 2009.

MARGARET L. MCLAUGHLIN. **Conversation: How talk is organized**. London: Sage, 1984.

MARTIN, J. R. **Introduction**. Text 23(2). 171–181, 2003.

MERCADO, L. P. L. **“Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual”**. Revista Teias, vol. 13, no. 30, setembro/dezembro, p. 169-183., 2012.

MEREDITH, J. **Chatting Online: Comparing Spoken and Online Written Interaction between Friends**. PhD thesis, 2014.

_____, STOKOE, E., **Repair: comparing Facebook 'chat' with spoken interaction**. Discourse Commun. 8 (2), 181—2017, 2014.

MEREDITH, Joanne. **Analyzing technological affordances of online interactions using conversation analysis**. Journal of Pragmatics, p. 42-55, 2017.

MEY, J. **Pragmatics: An Introduction**. Oxford: Blackwell publishing, 2001.

MORTON, H. **“Computer-Mediated Communication in Australian Anthropology and Sociology”**. Social Analysis Journal of Cultural and Social Practices, v. 45, n. 1, pp. 3 11, 2001.

NUNES, Rodrigo. **Todo lado tem dois lados**. Serrote. n34. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales. P. 42 – 67, Março de 2020.

OCHS, E. **Linguistic resources for socializing humanity**. In J. J. Gumperz e S. C. Levinson (eds.), Rethinking linguistic relativity, 407– 437. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, M. C. L. **Polidez, uma estratégia de dissimulação. Análise de cartas de pedido de empresas brasileiras**. 1992. 283 f. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada ao Português), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Polidez e interação**. In: CALDAS-COULTHARD, C. R. e SCLIAR- CABRAL, L. Desvendando Discursos. Conceitos básicos. Florianópolis Ed. UFSC, 2008.

_____, Maria do Carmo Leite de; VALENTE, Carolina; RON-REN,

Rony. **Cabo de Guerra Verbal e Moral: um estudo do uso de categorias como ofensa no ambiente virtual**. REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 1603-1636, oct. 2020. ISSN 2237-2083.

PACCAGNELLA, Luciano. **“Getting the Seats of Your Pants Dirty: Strategies for Ethnographic Research on Virtual Communities”**. JCMC, vol. 3, no. 1, junho, p. 1- 17., 1997.

PARISER, E. **“The filter bubble: What the internet is hiding from you”**. New York, NY: The Penguin Press, 2011.

PAULUS, T.M., LESTER, J.N. **Making learning ordinary: ways undergraduates display learning in a CMC task**. Text Talk 33 (1), 53—70: 2013.

PENMAN, R. **Facework in Communication: Conceptual and Moral Challenges**. In: TING-TOOMEY, S. (Org.) .The challenge of facework. New York: State University of New York, 1994.

_____. **Facework e Politeness: multiple goals in courtroom discourse**. In:_. Journal of Language and Social Psychology, 1990.

PIETRO S. N.; DAVID W. B. **“Red and blue nation? Volume One: characteristics and causes of America's polarized politics”**. Washington, DC: Brookings Institution: 2006.

POMERANTZ, A. **Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred and dispreferred turn shapes**. In: ATKINSON, J.M.; HERITAGE, J. (Eds.), Structures of social action. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. **Telling my side: “Limited access” as a “fishing” device**. Sociological Inquiry, v. 50, p. 186-198:1980.

RAYMOND, G. **Grammar and social relations: Alternative forms of yes/no-type initiating actions in health visitor interactions**. In A. F. Freed e S. Ehrlich (Eds.), “Why do you ask?”. The function of questions in institutional discourse (pp. 87–107). New York, NY: Oxford University Press, 2010.

_____, e HERITAGE, J. **“The epistemics of social relations: Owning grandchildren”**. Language in Society, 35(5), 677-705., 2006.

RHEINGOLD, H. **“The Virtual Community: Homesteading On The Electronic Frontier”**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

RUTTER, J., SMITH, G. W. H. **“Ethnographic Presence in a Nebulous Setting”** (org), 2005.

SACKS, H. **“Lectures on conversation”**. Oxford: Blackwell, 1995.

_____. **Lectures on conversation** (Vol. 2). Oxford, England: Blackwell,

1992.

_____ ; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. **A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation**. *Language*, v. 50 p. 696-735: 1974.

SAHLSTRÖM, F. **The Truth Lies in the Detail: On Student and Teacher Epistemic-stance Displays in Classroom Interaction**. In: KAUER, B. *Understanding teaching and learning: classroom research revisited*. 2012.

SANDRES, T. **“Researching the Online Sex Work Community”**. Oxford: 2005.

SCHEGLOFF, E. A. **Sequence organization in interaction: A primer in conversation analysis** (Vol. 1). Cambridge, England: Cambridge University Press, 2007.

_____. **Beginnings in the telephone**. In: Katz, J.E., Aakhus, M.A. (Eds.), *Perpetual Contact: Mobile Communication, Private Talk, Public Performance*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 284—300: 2002.

_____. **Reflections on talk and social structure**. In: Boden, D., Zimmerman, C. H. (Eds.), *Talk and Social Structure*. University of California, Berkeley, pp. 44—70: 1991

_____. **Sequencing in conversational openings**. *Am. Anthropol.* 70, 1075-- 1095. Schegloff, E.A., 1979. Identification and recognition in telephone conversation openings. In: Psathas, G. (Ed.), *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*. Irvington Publishers, New York, pp. 23—78: 1968.

_____. **The routine as achievement**. *Hum. Stud.* 9, 111—151: 1986.

_____, SACKS, H. **Opening up closings**. *Semiotica* 8 (4), 289—327:1973.

SCHÖNFELDT, J., GOLATO, A. **Repair in chats: a conversation analytic approach**. *Res. Lang. Soc. Interact.* 36 (3), 241—284: 2003.

SELL, M.; OSTERMANN, A.C. **Análise de categorias de pertença (ACP) em estudos da linguagem e gênero: a (des)construção discursiva do homogêneo masculino**. *Alfa*, vol. 53, 2009.

SERT, O. **A micro-analytic investigation of claims of insufficient knowledge in EAL classrooms**. 2011. 190 f. Tese (PhD em Linguística Aplicada e Educacional) – Escola da Educação, Comunicação e Ciências da Linguagem, Universidade de Newcastle, Newcastle, 2011.

SINCLAIR, B. **“Spoiling the Sausages? How a Polarized Congress Deliberates and Legislates”**. In Pietro S. Nivola e David W. Brady. *Red and blue nation? Volume Two: Consequences and Correction of America's Polarized*

Politics. Washington, D.C.: Brookings, 2008.

STANLEY, JASON. **A Política do amigo e do inimigo**. Serrote. n34. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales. Março de 2020, p.30-41

STEVANOVIC, M. **Participants' deontic rights and action formation: the case of declarative requests for actions**. InLiSt (Interaction and Linguistic Structure), n. 52, 2011.

STEVANOVIC, M., PERÄKYLÄ, A. **“Deontic Authority in Interaction: The Right to Announce, Propose, and Decide”**. Research on Language and Social Interaction 45 (3):297-321., 2012.

_____. **“Three Orders in the Organization of Human Action: On the Interface Between Knowledge, Power, and Emotion in Interaction and Social Relations”**. Language in Society 43 (2):185-207., 2014.

STEVANOVIC, Melisa; SVENNEVIG, Jan. **Introduction: Epistemics and deontics in conversational directives**. Journal of Pragmatics. 78. 10.1016/j.pragma.2015.01.008, 2015.

STIVERS, T. **“An overview of the question-response system in American English”**. Journal of Pragmatics, 42, 2772–2781., 2010.

_____, MONDADA, L., STEENSIG, J. **Knowledge, morality and affiliation in social interaction**. The Morality of Knowledge in Conversation: 2011.

STIVERS, Tanya; ROSSANO, Federico. **Mobilizing Response. Research on Language and Social Interaction**. 43. 3-31. 10.1080/08351810903471258, 2010.

STOMMEL, W., KOOLE, T. **The online support group as a community: a micro- analysis of the interaction with a new member**. Discourse Stud. 12 (3), 357—378, 2010.

TAGG, C.; SEARGEANT, P.; BROWN, A. A. **“Taking Offence on Social Media: Conviviality and Communication on Facebook”**. Palgrave Macmillan, 2017.

TANNEN, D. **“The argument culture”**. New York: Random House, 1998.

TRUJILLO FERRARI, Afonso. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw –Hill do Brasil. p.2., 1982.

TURNER, P. **“Grammar, epistemics and descriptive adequacy: Question construction in out-of-hours calls to an on-call physician**. Unpublished paper, Department of Applied Linguistics, UCLA, 2008.

WATTS, R. J. **Relevance and relational work: linguistic politeness as politic behavior**. Multilingua, 1989.

_____; IDE, S.; EHLICH, K. (Orgs.) **Politeness in language. Studies in its history, Theory and practice.** New York: Mouton de Gruyter, 1992.

WILKINSON, S; KITZINGER, C. **Surprise as an interactional achievement: Reaction tokens in conversation.** *Social Psychology Quarterly* 69(2): 150–182, 2006.

ZIZEK, SLAVOJ. **Violence.** Profile Books, Great Britain: P. 49-62, 2008